

RELATÓRIO FINANCEIRO DO DIRETOR e RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

OPAS



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
Américas

RELATÓRIO FINANCEIRO DO DIRETOR E RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Washington, D.C., 2023

Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo. 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022
(Documento oficial: 367)

ISBN: 978-92-75-72760-7 (PDF)

© **Organização Pan-Americana da Saúde, 2023**

Alguns direitos reservados. Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 3.0 OIG de Creative Commons ([CC BY-NC-SA 3.0 IGO](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/)).



De acordo com os termos da licença, é permitido copiar, redistribuir e adaptar a obra para fins não comerciais, desde que se utilize a mesma licença ou uma licença equivalente da Creative Commons e que ela seja citada corretamente, conforme indicado abaixo. Nenhuma utilização desta obra deve dar a entender que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) endossa uma determinada organização, produto ou serviço. Não é permitido utilizar o logotipo da OPAS.

Adaptações: em caso de adaptação da obra, deve-se acrescentar, juntamente com a forma de citação sugerida, o seguinte aviso legal: “Esta publicação é uma adaptação de uma obra original da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). As opiniões expressas nesta adaptação são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição da OPAS”.

Traduções: em caso de tradução da obra, deve-se acrescentar, juntamente com a forma de citação sugerida, o seguinte aviso legal: “Esta publicação não é uma obra original da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A OPAS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela exatidão da tradução”.

Referência bibliográfica sugerida. Organização Pan-Americana da Saúde. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo. 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. (Documento oficial: 367). Washington, D. C.; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727607>.

Dados de catalogação: podem ser consultados em: <http://iris.paho.org>.

Vendas, direitos e licenças: para adquirir publicações da OPAS, entrar em contato com sales@paho.org. Para solicitações de uso comercial e consultas sobre direitos e licenças, ver <http://www.paho.org/permissions>.

Materiais de terceiros: caso um usuário deseje reutilizar material contido nesta obra que seja de propriedade de terceiros, como tabelas, figuras ou imagens, cabe a ele determinar se necessita de autorização para tal reutilização e obter a autorização do detentor dos direitos autorais. O risco de ações de indenização decorrentes da violação de direitos autorais pelo uso de material pertencente a terceiros recai exclusivamente sobre o usuário.

Avisos legais gerais: as denominações utilizadas nesta publicação e a forma como os dados são apresentados não implicam nenhum juízo, por parte da OPAS, com respeito à condição jurídica de países, territórios, cidades ou zonas ou de suas autoridades nem com relação ao traçado de suas fronteiras ou limites. As linhas tracejadas nos mapas representam fronteiras aproximadas sobre as quais pode não haver total concordância.

A menção a determinadas empresas comerciais ou aos nomes comerciais de certos produtos não implica que sejam endossados ou recomendados pela OPAS em detrimento de outros de natureza semelhante. Salvo erro ou omissão, nomes de produtos patenteados são grafados com inicial maiúscula.

A OPAS adotou todas as precauções razoáveis para confirmar as informações constantes desta publicação. Contudo, o material publicado é distribuído sem nenhum tipo de garantia, expressa ou implícita. O leitor é responsável pela interpretação do material e seu uso; a OPAS não poderá ser responsabilizada, de forma alguma, por qualquer prejuízo causado por sua utilização.

FRM/2023

SUMÁRIO

COMENTÁRIOS DO DIRETOR	1
-------------------------------	----------

RELATÓRIO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Certificação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022	14
Declaração sobre controle interno	15
Parecer do Auditor Externo	20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da situação financeira	23
Demonstração do desempenho financeiro	24
Demonstração das mutações do ativo líquido	25
Demonstração dos fluxos de caixa	26
Comparação dos montantes orçados e efetivos	27
Notas às demonstrações financeiras	29

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	75
-------------------------------------	-----------

ANEXO NÃO AUDITADO

Informações segmentadas sobre a demonstração do desempenho financeiro	1
Contribuições fixas	6
Mecanismos de compras	7
Contribuições voluntárias	12
Escritório Regional para as Américas (AMRO), Organização Mundial da Saúde	41
Outros centros	42

O Anexo não Auditado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser consultado no portal dos Órgãos Diretores, em [Anexo](#).

COMENTÁRIOS DO DIRETOR



Em conformidade com o parágrafo 14.9 do Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tenho a satisfação de apresentar o Relatório Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde referente ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS), o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da OPAS.

Embora a OPAS tenha adotado um exercício de apresentação de informações financeiras anual conforme o estipulado no parágrafo 2.2 do Regulamento Financeiro, o período orçamentário continua a ser um biênio (parágrafo 2.1 do Regulamento Financeiro). Portanto, para fins de comparação entre os montantes efetivos e os montantes orçados nos comentários do Diretor, os montantes do orçamento anual representam a metade do Orçamento por Programas bienal de 2022-2023 como uma aproximação dos montantes orçamentários anuais.

1. Principais conquistas e desafios técnicos de 2022

Em 2022, a OPAS continuou a ser uma voz que representava a autoridade na Região das Américas, oferecendo orientação estratégica e técnica nos mais altos níveis de governo, nos sistemas interamericano e das Nações Unidas (ONU) e na esfera mundial, ao mesmo tempo em que alavancava sua posição para influenciar as decisões em matéria de políticas. **Com o maior reconhecimento de seu nome**, a Organização manteve a colaboração na resposta à pandemia de COVID-19 com os governos nacionais e parceiros, enquanto dava início à transição para uma cooperação técnica básica sustentada. Além de atender às demandas por uma resposta eficaz à pandemia, a Organização continuou a cumprir os compromissos contínuos de cooperação técnica para proteger os ganhos em termos de saúde pública conquistados a duras penas nas Américas.

Graças ao desempenho sustentado na obtenção de resultados e aos esforços vigorosos de mobilização de recursos, facilitados pelo aumento da visibilidade da Organização e pela priorização da saúde por parte dos governos e de outros doadores, a OPAS conseguiu encerrar 2022 com 95% do financiamento do Orçamento por Programas 2022-2023 (tanto para os programas de base como para os especiais). O financiamento dos programas de base foi de 88%, o que é um bom augúrio para a prestação segura da cooperação técnica básica na Região. A execução também foi vigorosa, com 76% (US\$ 489,1 milhões) de todos os recursos disponíveis executados até o fim do ano, o que representa 42% a mais do que o montante executado no primeiro ano do biênio anterior (US\$ 344 milhões). A OPAS continuou a seguir uma abordagem prudente de gestão financeira, considerando as lições aprendidas com a crise financeira de 2020-21 e a grave contração econômica da Região nos últimos três anos.

A OPAS continuou a **se posicionar no mais alto nível político**, permanecendo relevante e responsiva às necessidades e prioridades dos Estados Membros. Com o respaldo de sua posição de liderança estratégica e técnica, continuou a influenciar os líderes a não apenas responder às emergências, mas também a buscar uma recuperação melhor. Nos últimos três anos, à medida que a OPAS respondeu à COVID-19, a outras emergências e a compromissos contínuos contidos em seu Plano Estratégico 2020-25, sua pegada e alcance cresceram significativamente. Por meio de cooperação técnica, a OPAS continua a atuar como

um **catalisador, um mediador honesto e um agente de união** na melhoria da saúde e do bem-estar dos povos das Américas em colaboração com os Estados Membros e com os parceiros.

Conquistas técnicas selecionadas de 2022.

Dezembro de 2022 representa o ponto médio não apenas do Orçamento por Programas da OPAS para o biênio 2022-2023, mas também do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, um importante momento para fazer um balanço de onde estamos e refletir sobre como podemos avançar durante a segunda metade desses planos. Os parágrafos a seguir destacam algumas das principais conquistas e desafios identificados pelas entidades técnicas, administrativas e gerenciais responsáveis da OPAS.

- **Mais de dois bilhões de doses de vacinas contra a COVID-19 foram administradas** nas Américas e, até o fim de dezembro de 2022, 70,7% da população da América Latina e do Caribe (ALC) estava imunizada, um aumento de 11,6 pontos percentuais no número de pessoas na ALC que tinham recebido pelo menos duas doses de vacina contra a COVID-19, em comparação com janeiro de 2022. Ao longo de 2022, a OPAS apoiou os esforços dos países para aumentar a vacinação contra a COVID-19 e reduzir as brechas na vacinação por meio de uma abordagem integral, com equipes de vacinação móveis em áreas remotas e periurbanas, campanhas de comunicação para lidar com a hesitação sobre as vacinas, e a aquisição de equipamentos da cadeia de frio para o armazenamento e transporte seguro das vacinas. O Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo) continuou a facilitar o acesso a vacinas contra a COVID-19 por intermédio do mecanismo COVAX, com mais de 151 milhões de doses entregues na Região, das quais mais de 37 milhões foram doadas. Cerca de **46 milhões de seringas** para a administração de vacinas contra a COVID-19 e outras doenças foram posicionadas previamente no depósito da OPAS no Panamá para assegurar o acesso nos países que corressem o risco de falta de estoque ou estivessem em condições de emergência. Além disso, 20 países receberam apoio para comprar equipamentos da cadeia de frio, bem como assistência técnica em operações com essa cadeia.
- **Seis países** reforçaram a capacidade de **sequenciamento completo do genoma**. A OPAS alavancou a resposta durante a pandemia de COVID-19 para investir no sequenciamento genômico que permite a vigilância vital do SARS-CoV-2 e a detecção de variantes de preocupação. Agora são sete laboratórios na América Latina e no Caribe, frente a dois no início da pandemia, atuando como centros de referência para o sequenciamento na Rede Regional de Vigilância Genômica de COVID-19 (COVIGEN) da OPAS. Além disso, em 2022, o número de países com capacidade para sequenciar amostras do SARS-CoV-2 aumentou para 21, com a inclusão de mais quatro países. A **COVIGEN** agora soma **30 países e territórios participantes**. Além disso, **todos os países da ALC estão adotando gradualmente novas tecnologias como a MALDI-TOF**, o melhor método disponível para identificação específica de patógenos e o sequenciamento completo de genomas, o que permite o rastreamento e a caracterização de mecanismos de resistência aos antimicrobianos sob uma abordagem de “Saúde Única”.
- Ao longo de 2022, além da resposta à pandemia de COVID-19, a OPAS **continuou a implementar operações de resposta** durante duas outras emergências prolongadas: a situação humanitária na Venezuela e países vizinhos, e o surto de varíola símia nas Américas. Houve também 11 novas emergências, envolvendo a explosão de tanques de petróleo em Cuba, distúrbios civis no Haiti, a circulação do poliovírus derivado da vacina tipo 2 (PVDV2) nos Estados Unidos da América, os efeitos do Furacão Ian sobre Cuba, a epidemia de cólera no Haiti e na República Dominicana, a estação chuvosa em Honduras, o furacão Julia na Nicarágua, a tempestade tropical Lisa em Belize, a migração no Estreito de Darien (Panamá), as inundações na região de La Mojana (Colômbia) e a atividade vulcânica em Cotopaxi (Equador).

No âmbito da agenda da iniciativa de eliminação regional, **cinco países e territórios conseguiram revalidar a interrupção da transmissão materno-infantil (TMI) do HIV e da sífilis**. A OPAS ofereceu orientação global atualizada sobre a eliminação da TMI do HIV, da sífilis e da hepatite, bem como os critérios para a revalidação. As representações da Organização Mundial da Saúde (OMS) também apoiaram a compilação e revisão dos relatórios de revalidação, enquanto a secretaria da OMS conduziu a revisão por pares dos relatórios de revalidação antes da revisão pelo Comitê Consultivo de Validação Global (GVAC, na sigla em inglês). Além disso, após a eliminação da malária em El Salvador em 2021, **Belize chegou ao terceiro ano consecutivo sem casos autóctones de malária**, consolidando as bases para a certificação em 2023. A OPAS e a OMS trabalharam com os países para desenvolver elaborar e implementar programas integrais contra a malária, com uma abordagem integrada de controle vetorial.

Prestou-se cooperação técnica para aumentar o diagnóstico (detecção laboratorial), a vigilância e o manejo de casos de malária. Também se ofereceram orientação técnica e apoio direto às autoridades nacionais na pós-vigilância necessária para o processo de verificação. Além da orientação técnica direta e do apoio da representação no país e do escritório regional, foram realizadas missões com especialistas externos em colaboração com a sede da OMS. Por último, **a interrupção da transmissão vetorial da Doença de Chagas foi mantida em pelo menos 18 países**, onde foram implementadas ações para eliminar a transmissão do *Trypanosoma cruzi* (causador da doença) pelos vetores principais e secundários. A Bolívia e a Colômbia também obtiveram resultados significativos, com cada país interrompendo a transmissão da doença em mais de 30 municípios em que ela era endêmica.

- **O Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública da OPAS (Fundo Estratégico) apoiou o diagnóstico, a prevenção e o tratamento de mais de 20 milhões de pessoas** em 2022, das quais 5,3 milhões no âmbito de programas prioritários para o HIV, a tuberculose e a malária. Além disso, o Fundo adquiriu mais de US\$ 2,5 milhões em medicamentos para diabetes e doenças cardiovasculares, medicamentos hematológicos, antineoplásicos e imunomoduladores, representando um aumento de 450% em relação a 2021.
- Em 30 de setembro de 2022, após mais de três anos sem casos confirmados de cólera, o Haiti e a República Dominicana detectaram e confirmaram novos casos. Em apoio aos esforços nacionais, foi dada uma resposta imediata, em coordenação com parceiros, para retardar a transmissão no contexto de uma situação de segurança frágil. Nos cinco municípios selecionados para a primeira rodada de operações de vacinação (nos departamentos de Oeste e Centro), mais de três quartos (76%) das pessoas aptas a receber a vacina receberam uma dose das **mais de um milhão de doses de vacina oral entregues em resposta ao ressurgimento do cólera no Haiti**. A OPAS entregou 49 toneladas de provisões médicas essenciais aos centros de tratamento do cólera e apoiou a entrega de 1,2 milhão de doses das vacinas orais contra o cólera (Euvichol-Plus) aprovadas pelo Grupo Internacional de Coordenação do Fornecimento de Vacinas (ICG, na sigla em inglês) em 25 de novembro de 2022. Essa quantidade permitirá ao país administrar uma dose única a todas as pessoas aptas com idade igual ou superior a 1 ano que vivam nos municípios selecionados. As doses restantes estão sendo usadas para campanhas de varredura vacinal e para estender as campanhas de vacinação para outros municípios afetados.
- A OPAS elaborou o protocolo ético MEURI (do inglês *Monitored Emergency Use of Unregistered and Investigational Interventions*) para apoiar os Estados Membros no uso emergencial de intervenções não comprovadas fora dos ensaios clínicos durante o surto de varíola símia, relatado pela primeira vez em maio de 2022. A OMS veio a adotar o MEURI no mesmo ano. A OPAS também prestou cooperação técnica a 41 países e territórios para que seus laboratórios estivessem aptos a detectar casos, fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica, formular diretrizes clínicas por meio da síntese de evidências das opções terapêuticas, tomar medidas adequadas de prevenção e controle de infecções e combater o estigma e a discriminação mediante estratégias de comunicação de risco e envolvimento comunitário.
- **Leis e regulamentos sobre a alimentação saudável foram adotados em três países** e, no fim de 2022, dois terços da população das Américas estavam protegidos dos ácidos graxos trans de produção industrial. A OPAS apoiou a implementação obrigatória das metas regionais atualizadas da OPAS para a redução do sódio, a formulação de roteiros quinquenais na Costa Rica, Panamá e Peru, e estudos sobre os níveis de sódio na Argentina, Costa Rica, Panamá e Peru para embasar os processos de formulação de políticas. Além disso, concluiu a primeira e mais importante etapa no estabelecimento de referências para a política de tributação de produtos alimentares não saudáveis, finalizando e publicando a nova metodologia e os resultados da avaliação de base da tributação de bebidas açucaradas nas Américas, adotada pela OMS para ser replicada em todo o mundo. Em linha com o *Plano de ação para eliminar os ácidos graxos trans de produção industrial 2020-2025 da OPAS*, a Região continuou a avançar na eliminação dessa substância nociva dos alimentos.

A Região continuou a ser pioneira no trabalho sobre fatores de risco para doenças não transmissíveis, com a aprovação de uma importante **lei sobre o controle do tabaco no México em dezembro de 2022**, enquanto abordava a má nutrição ao implementar roteiros para combater a obesidade em nove países. As **leis e regulamentos** sobre a segurança no trânsito foram fortalecidos na Argentina, Brasil, Colômbia e México, e a resposta aos acidentes de trânsito foi reforçada na Costa Rica e Paraguai por meio de avaliações e melhorias nos sistemas de atendimento de

emergência. A OPAS também trabalhou para fortalecer a resposta à violência contra mulheres e meninas em populações migrantes na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Estratégias INSPIRE,¹ para fazer face à violência contra as crianças, foram adotadas na Argentina, Colômbia, Honduras e Paraguai.

- **Antígua e Barbuda, Bahamas, Guiana, México e Paraguai conseguiram avanços na legislação sobre a saúde mental baseada em direitos**, em linha com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Essa convenção está voltada para os serviços comunitários e na integração da saúde mental na atenção primária, bem como para a promoção e proteção da saúde mental, a detecção precoce e a prevenção. A Guiana ratificou sua legislação sobre saúde mental, revogando uma portaria de 1930, e também promulgou uma lei sobre a prevenção de suicídios que descriminaliza o suicídio. O México aprovou reformas em sua Lei Geral de Saúde para assegurar o acesso universal, igualitário e equitativo à saúde mental e à atenção à dependência química. Esse diploma também prevê a eliminação dos hospitais psiquiátricos de internação e sua conversão progressiva para centros ambulatoriais ou hospitais gerais. Em 2022, a OPAS prestou apoio técnico a **Belize, Guiana, Suriname e Trinidad e Tobago** para formular planos multissetoriais para a prevenção do suicídio, em linha com as diretrizes do programa *LIVE LIFE* da OMS, sobre como implementar essa prevenção.
- A Organização continuou sua cooperação técnica para promover intervenções para o desempenho das funções essenciais de saúde pública e para avançar rumo ao acesso universal à saúde e à cobertura universal de saúde — ou seja, à saúde universal — usando a abordagem da atenção primária à saúde (APS), a fim de evitar a reversão dos ganhos em saúde pública duramente conquistados na região. **Dezenove países fortaleceram as redes integradas de serviços de saúde**, alinhadas com a *Política sobre atenção integrada para melhorar os desfechos de saúde*, adotada na 30ª Conferência Pan-Americana Sanitária. A OPAS trabalhou com esses países para construir redes integradas de serviços de saúde e fortalecer a função gestora das autoridades de saúde por meio das funções essenciais de saúde pública. A OPAS também lançou a publicação ***Construir sistemas de salud resilientes para avanzar hacia la salud universal en la Región de las Américas. Enseñanzas de la COVID-19***, aumentando a base de evidências sobre gastos empobrecedores e catastróficos e a proteção financeira.
- Por meio da Plataforma Regional para Promover a Fabricação de Vacinas contra a COVID-19 e Outras Tecnologias em Saúde nas Américas, o desenvolvimento de vacinas de mRNA foi iniciado no Brasil e na Argentina em 2022. A OPAS apoiou estudos sobre cadeias de valor de medicamentos, vacinas e diagnósticos, avaliações sobre a transferência de tecnologia para a produção de tecnologias de saúde, e o fortalecimento de laboratórios de controle de qualidade de referência para equipamentos de proteção individual.
- A OPAS trabalhou com autoridades nacionais e parceiros para ampliar o acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade voltados para pessoas, famílias e comunidades, de forma compatível com as aspirações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e, ao mesmo tempo, abordou os determinantes sociais e ambientais da saúde. Uma abordagem baseada na comunidade orientou a implementação de **intervenções para aumentar a cobertura e a qualidade do atendimento pré-natal para partos institucionais**, com destaque para a melhoria da resposta a emergências obstétricas em oito países e a capacitação de parteiras comunitárias em cinco países.
- Em 2022, elaboraram-se **avaliações da vulnerabilidade da saúde à mudança climática e planos nacionais de adaptação da saúde para Granada e Santa Lúcia**. Com apoio da OPAS, estão sendo preparadas publicações em outros oito países do Caribe para lançamento em 2023. Esses documentos delineiam ações sobre a saúde e a mudança climática, e sua elaboração está a cargo dos respectivos ministérios da saúde e de outras partes interessadas, com apoio da OPAS. São usados pelo Fundo Verde do Clima e por outros doadores para orientar seus planos de investimento.
- Reconhecendo que a Região não está no rumo certo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, os Estados Membros adotaram a ***Política para a retomada do avanço rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com equidade, mediante ações sobre os determinantes sociais da saúde e trabalho intersectorial***. Também foram obtidos avanços na implementação da *Estratégia e plano de ação*

¹ INSPIRE: um seito grupo de sete estratégias bem-sucedidas para acabar com a violência contra as crianças.

para a promoção da saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-2030 da OPAS, a saber: a COMISCA aprovou o Plano Estratégico de Promoção da Saúde na América Central 2023-2025; em dezembro, El Salvador aprovou uma política nacional para promover a saúde; e a Costa Rica aprovou um plano institucional para promover a saúde, para o período 2023-2027. Por último, a [Declaração da Cidade do Panamá](#) foi adotada na 5ª Reunião Regional de Prefeitos de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis, com a participação de mais de 30 prefeitos de 16 países das Américas, para promover ações dos governos locais voltadas para a saúde e o bem-estar com equidade no contexto pós-pandemia.

- Em 2022, a OPAS trabalhou para finalizar a iniciativa **Hospitais Inteligentes**, contribuindo para o estabelecimento de centros de saúde seguros, ecológicos e sustentáveis, otimizando a resiliência, fortalecendo aspectos estruturais e operacionais, e fornecendo tecnologias ecológicas para construir instalações de saúde inteligentes do ponto de vista climático como o padrão ouro para que a infraestrutura crítica seja resiliente. A OPAS coordenou e apoiou a reforma de 55 estabelecimentos de saúde em Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Seis outros estabelecimentos foram beneficiados por intervenções na fase de projeto. Com o apoio financeiro do Governo do Canadá, da União Europeia, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outros parceiros, adaptações inteligentes estão sendo implementadas em outros estabelecimentos de saúde no Caribe, incluindo, pela primeira vez, o Haiti, um dos países de maior risco e propensão a desastres na Região. A OPAS também está trabalhando para estender a iniciativa de Hospitais Inteligentes para outras partes da Região.
- Na área de sistemas de informação, evidências e conhecimento, e pesquisa e inovação, a OPAS apoiou os Estados Membros na implementação da análise de dados e de ferramentas e diretrizes baseadas em evidências. Foram implantadas bibliotecas virtuais em saúde nacionais, e o primeiro curso on-line da Research4Life foi lançado em espanhol. A OPAS também implementou plataformas e metodologias multilíngues para ampliar o alcance de sua literatura científica e técnica e fomentar sua cooperação técnica. Com o apoio da OPAS, 17 países obtiveram importantes avanços na implementação de modelos de telessaúde no primeiro nível da atenção atendimento, bem como de documentação digital da vacinação contra a COVID-19 que permitirá a homologação conforme os requisitos da União Europeia. Duas plataformas cruciais de Sistemas de Informação para a Saúde (IS4H) foram lançadas durante a 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana: Saúde nas Américas 2022 e Indicadores Básicos 2022.
- O relatório **Prevenção e resposta à exploração e ao abuso sexual na OPAS** (CE170/29) foi apresentado ao Comitê Executivo em junho de 2022. O relatório apresenta uma visão geral das ações e iniciativas que a OPAS vem adotando para prevenir e responder à exploração e ao abuso sexual. Também detalha outras medidas e ações que estão sendo tomadas para fortalecer ainda mais as políticas e práticas da OPAS para minimizar o risco de exploração e abuso sexual, facilitar a denúncia, proteger as vítimas e responsabilizar os autores.
- **A Organização tem demonstrado um êxito notável na mobilização de recursos** para apoiar a consecução dos resultados delineados no Plano Estratégico 2020-2025 e nos orçamentos por programas. Mais de US\$ 259 milhões foram mobilizados (acordos assinados) até o momento, com US\$ 47,6 milhões em contribuições voluntárias da OPAS, US\$ 77,8 milhões em contribuições voluntárias nacionais e US\$ 133,7 milhões em fundos de emergência da OPAS.
- Quarenta e oito documentos e quinze resoluções foram apresentados e aprovados durante a Sessão Especial do Conselho Diretor,² a 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana e a 171ª Sessão do Comitê Executivo. À medida que a Região trabalhe para se recuperar da pandemia e, ao mesmo tempo, acelerar o progresso rumo à consecução das metas da ASSA2030 e dos ODS, a implementação das resoluções adotadas será fundamental, com destaque para as seguintes: i) *Política para fortalecer os sistemas regulatórios nacionais de medicamentos e outras tecnologias de saúde*, que estabelece uma série de recomendações para fortalecer a governança e as capacidades dos sistemas regulatórios, melhorando a integração regional e promovendo a convergência; ii) *Estratégia de vigilância genômica regional para preparação e resposta a epidemias e pandemias*, que destaca a necessidade imperiosa de a Região contar com ferramentas avançadas para detecção precoce e monitoramento de vírus que constituam uma ameaça grave à saúde; iii) *Política para melhorar a saúde mental*, que visa ajudar os países a fortalecer e implementar

² Uma sessão especial do Conselho Diretor foi realizada de forma virtual em 5 de agosto de 2022 para discutir o preço das vacinas contra a varíola símia a serem adquiridas pela Repartição Sanitária Pan-Americana em nome dos Estados Membros da Região das Américas.

políticas para melhorar a saúde mental na Região; iv) *política sobre atenção integrada para melhorar os desfechos de saúde*, que busca abordar a fragmentação dos sistemas de saúde, um problema que afeta a organização, a gestão e a prestação de atendimento em quase toda a Região e v) *Política para a retomada do avanço rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com equidade, mediante ações sobre os determinantes sociais da saúde e trabalho intersectorial*, que promove a ação sobre os determinantes sociais da saúde por meio do fortalecimento dos programas de saúde, da participação comunitária, da ação intersectorial e do envolvimento dos governos locais.

Desafios selecionados

- **A frágil situação da economia e da segurança na Região continua a ser o principal desafio**, com a crescente agitação social, instabilidade política e espaço fiscal limitado para os esforços de recuperação da pandemia e as propostas de reforma da saúde nos países. Esses cenários terão ramificações para a cooperação técnica, as operações, o funcionamento e o cumprimento do mandato da OPAS, enquanto a Organização busca manter seus valores e a confiança nela depositada.
- Os **preços de certas vacinas permaneceram excepcionalmente altos em 2022**, devido a posições monopolistas. Isso representa um ônus pesado sobre os orçamentos para a imunização. O custo das vacinas pneumocócica conjugada, contra o papilomavírus humano e contra o rotavírus pode representar mais de 80% dos orçamentos para a imunização. Trata-se de um grande desafio para os países, sobretudo na atual conjuntura de restrição fiscal. Além disso, a demanda imprevisível ou instável pelas vacinas por parte dos países dificulta a obtenção de melhores preços.
- **A pandemia de COVID-19 continua a ameaçar o acesso à saúde**, agravando e criando barreiras ao acesso, em especial para as populações vulneráveis que enfrentam diversos obstáculos em virtude de uma combinação única de fatores socioeconômicos, políticos e culturais que intensificam as disparidades na busca por atendimento e no atendimento propriamente dito. Os desafios para uma gestão e governança robustas por parte das autoridades de saúde e as dificuldades com a coordenação intersectorial impactaram a aprovação de esforços abrangentes para reformar o sistema de saúde com base na atenção primária à saúde que abordam uma gama completa de questões que afetam o acesso.
- A pandemia mostrou que alguns **Estados Membros** carecem de procedimentos fortes e sistemáticos na legislação **para responder a emergências e desastres de saúde**. Os países precisam elaborar uma abordagem mais ampla e integradora para esses desafios, que exigem boa coordenação entre o executivo e os demais poderes do Estado.
- Além disso, a OPAS continua a enfrentar **o impacto de desastres e de surtos de doenças** que vão além da emergência da COVID-19, bem como o **impacto das migrações nos sistemas de saúde**. Outros **desafios contínuos**, muitos dos quais eram recorrentes bem antes da pandemia, são a evolução das prioridades nacionais e regionais, a capacidade institucional limitada no nível nacional, a insuficiência da ação intersectorial, baixos níveis de compromisso político para abordar áreas prioritárias, lacunas na cobertura e qualidade da atenção, avanço insuficiente na abordagem dos determinantes da saúde e redução dos fatores de risco, questões econômicas nacionais, a perda de pessoal e o planejamento sucessório inadequado que limitam a disponibilidade de pessoal de saúde qualificado, deficiências nos sistemas de informação e dados insuficientes para a tomada de decisões baseadas em evidências.

Apesar desses desafios, a OPAS continua a identificar, conceber e implementar estratégias e metodologias alternativas para apoiar os Estados Membros na consecução de resultados. A resposta à pandemia ofereceu uma oportunidade única para incentivar as autoridades nacionais a melhorar e fortalecer suas capacidades. A melhoria do **trabalho interprogramático** e a implementação de **novas modalidades de cooperação técnica** continuam a ser reconhecidas como fatores para alcançar níveis mais altos de execução programática e orçamentária pela Secretaria. A Organização também continua alerta para a evolução das prioridades no financiamento do desenvolvimento. O setor da saúde deixou de ser a prioridade que foi durante o auge da pandemia. Portanto, a OPAS tem se esforçado para conectar seu trabalho com a agenda multisectorial dos ODS, cumprir seus compromissos, demonstrar resultados e impactos, e estabelecer e consolidar parcerias.

2. Receita total

Os principais componentes da receita da OPAS em 2022 foram o Orçamento por Programas, US\$ 410,6 milhões; os Fundos de compras, US\$ 1,09 bilhão; as Contribuições voluntárias nacionais, US\$ 66,6 milhões; e Outros fundos especiais, US\$ 8,1 milhões.

Quadro 1. Principais componentes da receita da OPAS ¹		(milhões de dólares)
	2022	2021
Programa e Orçamento	410.6	362.4
Fundos de compras	1,093.1	1,348.9
Contribuições voluntárias nacionais	66.6	75.0
Outros fundos especiais ²	8.1	8.1
TOTAL	1,578.4	1,794.4

¹ Existem diferenças de apresentação da receita em comparação com a Nota 15 das demonstrações financeiras.

² Em 2022, a rubrica “Outros fundos especiais” abrange o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 8,1 milhões). Em 2021, o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 8,1 milhões).

A receita do Orçamento por Programas totalizou US\$ 410,6 milhões para 2022. Essa receita é desagregada da seguinte forma: Contribuições fixas, US\$ 97,2 milhões; Contribuições voluntárias da OPAS, US\$ 182,2 milhões; Contribuições voluntárias da OMS, US\$ 71,4 milhões; Outros fundos da OMS, US\$ 44,5 milhões; Gastos de apoio a programas, US\$ 39,7 milhões; Receitas diversas, -US\$ 25,7 milhões e Outros, US\$ 1,3 milhão.

Quadro 2. Receitas do Programa e Orçamento (informações detalhadas)		(milhões de dólares)
	2022	2021
Contribuições fixas ¹	97.2	97.2
Contribuições voluntárias da OPAS	182.2	91.7
Contribuições voluntárias da OMS	71.4	93.0
Outros fundos da OMS ²	44.5	42.6
Gastos de apoio a programas ³	39.7	37.5
Receitas diversas ⁴	(25.7)	(6.4)
Outros ⁵	1.3	6.8
TOTAL	410.6	362.4

¹ Exclui o Fundo de Equalização de Impostos.

² Em 2022: a rubrica “Outros fundos da OMS” abrange as contribuições fixas da OMS (US\$ 39,8 milhões) e a conta especial da OMS para gastos com a prestação de serviços (US\$ 4,7 milhões). Em 2021, US\$ 38,6 milhões e US\$ 4,0 milhões, respectivamente.

³ Em 2022: Os gastos de apoio a programas abrangem gastos de apoio a programas referentes a contribuições voluntárias (US\$ 18,0 milhões), taxa de serviço de compras (US\$ 20,0 milhões) e outros (US\$ 1,7 milhão). Em 2021, os gastos de apoio a programas abrangem gastos de apoio a programas referentes a contribuições voluntárias (US\$ 11,8 milhões), taxa de serviço de compras (US\$ 23,1 milhões) e outros (US\$ 2,6 milhões).

⁴ Em 2022, juros obtidos (US\$ 18,4 milhões), perdas decorrentes de avaliação, incluídas perdas não realizadas decorrentes de avaliação a mercado da carteira de US\$ 43,4 milhões, e outras receitas (US\$ 0,7 milhão). Em 2021, abrange juros obtidos (US\$ 8,4 milhões), ganhos decorrentes de avaliação (US\$ 14,0 milhões) e outras receitas (-US\$ 0,8 milhão).

⁵ Abrange um aumento de US\$ 2,7 milhões na provisão para contas de cobrança duvidosa em 2022.

3. Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas orçadas

A receita das contribuições fixas da OPAS e das contribuições para o Fundo de Equalização de Impostos, no montante de US\$ 105,3 milhões, foi registrada na sua totalidade no dia 1º de janeiro de 2022, data em que se tornaram líquidas e exigíveis. Em 2022, a arrecadação das contribuições fixas do ano corrente e de anos anteriores, incluídas as contribuições para o Fundo de Equalização de Impostos, totalizou US\$ 59,4 milhões e US\$ 55,7 milhões, respectivamente. A taxa de arrecadação das contribuições fixas do ano corrente, incluídas as contribuições para a equalização de impostos aumentou de 40% em 2021 para 56% em 2022. Em 2022, a OPAS recebeu pagamentos de contribuições fixas referentes ao ano corrente e a anos anteriores de vinte e nove Estados Membros. Das contribuições fixas referentes a 2022, vinte Estados Membros pagaram integralmente, cinco fizeram pagamentos parciais e dezessete não efetuaram nenhum pagamento.

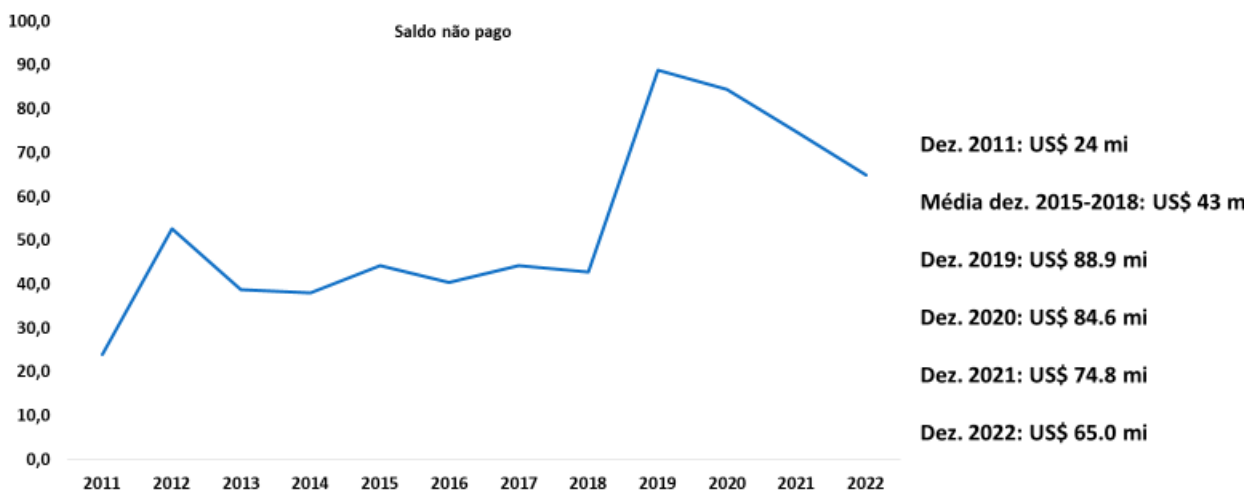
A Organização tem experimentado uma deterioração da taxa de arrecadação das contribuições fixas ao longo dos últimos 10 anos. Contudo, o total de pagamentos em aberto das contribuições fixas, incluídos os montantes devidos de exercícios financeiros anteriores, caiu de US\$ 74,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para US\$ 65,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em consequência do atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo de caixa do Fundo de Capital de Giro e teve de acessar recursos de outras fontes internas irrestritas.

A cada ano, os delegados que comparecem ao Conselho Diretor ou à Conferência Sanitária Pan-Americana examinam minuciosamente as circunstâncias financeiras desses Estados Membros em atraso com suas contribuições fixas e sujeitos à aplicação do Artigo 6.B da Constituição da OPAS. Em 31 de dezembro de 2022, um Estado Membro estava sujeito ao Artigo 6.B. Além disso, dois Membros Associados estavam em atraso com as suas contribuições em montantes superiores ao saldo de dois anos completos.

As receitas diversas abrangem as receitas de investimento procedentes dos fundos administrados pela Organização, receitas associadas com carteiras de investimento, o resultado líquido da variação cambial e outras receitas diversas. Os ganhos ou perdas não realizados em consequência da avaliação a mercado da carteira são considerados rubricas contábeis não orçamentárias e, portanto, não são incluídos no cálculo das receitas diversas para fins orçamentários. O total das receitas diversas disponível para o orçamento das contribuições fixas referente a 2022 foi de US\$ 14,1 milhões, decomposto em US\$ 18,4 milhões em receitas de investimentos, US\$ 1,0 milhão em taxas de administração de investimentos, US\$ 0,3 milhão em outras receitas e US\$ 3,6 milhões em perdas cambiais.

Figura 1: Saldo das contribuições fixas vencidas no fim do ano

em milhões de US\$



4. Fundo de Capital de Giro e empréstimos internos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do Fundo de Capital de Giro da Organização era US\$ 50,0 milhões. O Conselho Diretor elevou o nível máximo autorizado do Fundo de US\$ 25,0 milhões para US\$ 50,0 milhões por meio da resolução CD58.R1 (2021). O Fundo de Capital de Giro recebeu US\$ 2,5 milhões do Fundo do Excedente Orçamentário, conforme aprovado na resolução CD58.R2, US\$ 1,3 milhão do Fundo do Excedente de Receita e US\$ 21,3 milhões do excedente do biênio 2020-21.

Devido ao atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente os US\$ 50 milhões do Fundo de Capital de Giro, bem como um adicional de US\$ 3,4 milhões em recursos de outras fontes internas irrestritas.

5. Contribuições fixas da OMS e outros fundos da OMS

Em 2022, a Organização continuou a receber financiamento da OMS para a Região das Américas. Em 2022, US\$ 115,8 milhões foram recebidos da OMS, compreendendo: US\$ 39,8 milhões em contribuições fixas e receitas diversas; US\$ 49,8 milhões em contribuições voluntárias – emergências; US\$ 21,3 milhões em contribuições voluntárias – especificadas; US\$ 0,2 milhão em contribuições voluntárias – básicas. Além disso, a Organização recebeu US\$ 4,7 milhões em gastos de apoio a programas da OMS.

Quadro 3. Alocação da OMS	(milhões de dólares)	
	2022	2021
Contribuições fixas e receitas diversas da OMS	39,8	38,6
Contribuições voluntárias da OMS – básicas	0,2	12,2
Contribuições voluntárias da OMS – especificadas	21,3	26,2
Contribuições voluntárias da OMS – emergências	49,8	54,6
Gastos de apoio a programas da OMS	4,7	4,0
TOTAL	115,8	135,6

6. Contribuições voluntárias da OPAS

As contribuições voluntárias da OPAS são administradas por meio do fundo de contribuições voluntárias e do fundo de contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres.

Em 2022, o total da receita executada da OPAS originária das contribuições voluntárias atingiu US\$ 182,2 milhões, frente a US\$ 91,6 milhões em 2021, um aumento de US\$ 90,6 milhões (99%). As receitas do fundo de contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres aumentaram 219%, de US\$ 35,0 milhões em 2021 para US\$ 111,8 milhões em 2022. As receitas diferidas referentes às contribuições voluntárias da OPAS totalizaram US\$ 219,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, frente a US\$ 238,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, um decréscimo de US\$ 19,1 milhões. As receitas diferidas no fundo de contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres aumentaram de US\$ 82,9 milhões em 2021 para US\$ 95,7 milhões em 2022. As receitas diferidas no fundo de contribuições voluntárias (não emergenciais) aumentaram de US\$ 155,4 milhões para US\$ 123,5 milhões em 2022.

Em 2022, os maiores doadores das contribuições voluntárias executadas foram: os Estados Unidos da América (US\$ 29,9 milhões), o Reino Unido (US\$ 9,7 milhões), a Comissão Europeia (US\$ 8,3 milhões), o Brasil (US\$ 5,7 milhões) e o Canadá (US\$ 3,3 milhões). Os maiores doadores para a preparação para emergências e assistência em caso de desastres foram

os Estados Unidos da América (US\$ 71,5 milhões), o Canadá (US\$ 17,3 milhões), a Comissão Europeia (US\$ 7,2 milhões) e a República da Coreia (US\$ 3,6 milhões).

Quadro 4. Contribuições voluntárias da OPAS		(milhões de dólares)
	2022	2021
Receita – contribuições voluntárias	70,4	56,6
Receita – preparação para emergências e assistência em caso de desastres	111,8	35,0
Receita total	182,2	91,6
Receita diferida – contribuições voluntárias	123,5	155,4
Receita diferida – preparação para emergências e assistência em caso de desastres	95,7	82,9
Receita diferida total	219,2	238,3

7. Contribuições voluntárias nacionais

As contribuições voluntárias nacionais são recursos financeiros fornecidos por governos de Estados Membros exclusivamente para projetos que beneficiam seus países. Em 2022, a OPAS executou US\$ 66,6 milhões (frente a US\$ 75,0 milhões em 2021) em contribuições dessa espécie, e as receitas diferidas totalizaram US\$ 250,7 milhões (frente a US\$ 241,7 milhões em 2021).

Quadro 5. Receita: contribuições voluntárias nacionais		(milhões de dólares)
	2022	2021
Brasil	55,0	55,2
Outros países	11,6	19,8
TOTAL	66,6	75,0

8. Compras em nome dos Estados Membros

Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS consegue comprar, a preços acessíveis, vacinas, provisões e equipamentos de saúde pública em nome dos Estados Membros e instituições internacionais. Em 2022, o montante total das compras em nome dos Estados Membros decresceu para US\$ 1,0932 bilhão, em comparação com US\$ 1,3489 bilhão em 2021.

Quadro 6. Receita: Atividades de compras em nome dos Estados Membros		(milhões de dólares)
	2022	2021
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	956.6	1,027.9
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	136.4	314.4
Compras reembolsáveis	0.2	6.6
TOTAL	1,093.2	1,348.9

O Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo) foi criado em 1977 para facilitar o acesso oportuno a vacinas de qualidade pelos preços mais baixos para programas nacionais de vacinação nos Estados Membros. A receita caiu de US\$ 1,0279 bilhão em 2021 para US\$ 956,6 milhões em 2022, principalmente por causa da redução do volume de compras de vacinas contra a COVID-19.

Em 2022, 42 países e territórios participaram do Fundo. Os 10 Estados Membros com maior receita foram Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, totalizando 86% do total da receita. No caso do México e da Venezuela, as compras relacionaram-se apenas a vacinas contra a COVID-19.

Em 2022, o Fundo Rotativo executou com êxito operações para suprir em tempo hábil a demanda por vacinas nos países, com destaque para vacinas importantes como as contra a gripe, o sarampo e a poliomielite. O Fundo Rotativo continuou a apoiar a entrega de vacinas contra a COVID-19 alocadas por intermédio do mecanismo COVAX, com a maior parte do fornecimento vindo de doadores. O Fundo Rotativo participou ativamente dos canais de consulta do COVAX e defendeu a doação de vacinas que poderiam atender melhor às necessidades regionais. Alinhado com a Gavi e o UNICEF, o Fundo Rotativo apoiou o planejamento da demanda dos países por vacinas contra a COVID-19.

Em colaboração com a Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes, o Fundo Rotativo alavancou contribuições voluntárias de modo a posicionar previamente 46,8 milhões de seringas no depósito de reservas estratégicas da OPAS localizado no Panamá, a fim de assegurar o acesso em tempo hábil a esses suprimentos por parte de países que corressem o risco de falta de estoque ou estivessem em condições de emergência. Além disso, 5,8 milhões de doses de vacina oral contra a pólio (VOP) foram adquiridas e entregues a países selecionados com campanhas integradas planejadas.

O Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (Fundo Estratégico) foi criado em 2000 para melhorar o acesso e a acessibilidade econômica a saúde de qualidade, facilitando a compra de medicamentos e provisões de saúde essenciais em toda a região das Américas. Em 31 de dezembro de 2022, 35 países e 20 instituições de seguridade social e saúde pública na América Latina e no Caribe haviam firmado acordos de participação com o Fundo Estratégico, indicando o forte apoio dos Estados Membros ao mecanismo por intermédio de uma variada gama de parceiros na região. Em 2022, o Fundo Estratégico cumpriu uma função crucial para sustentar programas prioritários de saúde pública e, ao mesmo tempo, apoiar a resposta à COVID-19.

Em 2022, o Fundo Estratégico liderou grandes melhorias para fortalecer o acesso a terapêuticos e testes de diagnóstico essenciais. Destacam-se a implementação de uma iniciativa para consolidar a demanda regional a fim de apoiar provisões e orçamentos baseados em evidências, o planejamento para fortalecer a capacidade de gestão da cadeia de suprimento, o desenvolvimento de uma plataforma de coordenação de empréstimos e doações para apoiar a cooperação horizontal entre os Estados Membros, a implementação de vários painéis analíticos para acompanhar melhor indicadores-chave de desempenho por meio de dados em tempo real e a adaptação de protocolos de tratamento para reduzir ainda mais os custos. Além disso, o Fundo Estratégico ampliou o acesso para enfrentar doenças não transmissíveis e apoiou a expansão da assistência para doenças transmissíveis, na forma de, entre outros, antirretrovirais pediátricos e medicamentos contra a tuberculose graças a colaborações essenciais com entes como o Grupo de Cooperação Técnica Horizontal da América Latina e Caribe.

Por último, em resposta ao aumento da demanda dos Estados Membros e de outros parceiros, o Fundo Estratégico ampliou o envolvimento para comunicar melhor as boas práticas, como novas iniciativas de pesquisa sobre o papel do Fundo Estratégico no controle da leishmaniose regional e a iniciativa HEARTS. Ao estabelecer parcerias com os Estados Membros para assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de produtos de saúde acessíveis e de qualidade garantida contra doenças transmissíveis e não transmissíveis, o Fundo Estratégico continuou a trabalhar como um parceiro crucial na cooperação técnica, fazendo a ponte entre a segurança sanitária e a saúde universal para apoiar melhor a resiliência dos sistemas de saúde em toda a região das Américas.

O uso médio mensal global das linhas de crédito do Fundo Rotativo pelos Estados Membros diminuiu em US\$ 10,4 milhões em 2022, frente a 2021, de US\$ 133,6 milhões para US\$ 125,6 milhões no caso do Fundo Rotativo, e de US\$ 23,2 milhões para US\$ 20,9 milhões no caso do Fundo Estratégico.

O financiamento para a compra de provisões médicas e equipamento médico processada por meio do **Fundo de Compras Reembolsáveis em nome dos Estados Membros** foi de US\$ 0,2 milhão. Em 2022, quatro Estados Membros fizeram uso desse fundo.

9. Gastos por categoria

Os gastos totais da OPAS, que refletem os desembolsos e obrigações acumuladas, diminuíram de US\$ 1,7851 bilhão em 2021 para US\$ 1,5515 bilhão em 2022.

As principais categorias de gastos da OPAS são apresentadas abaixo em milhões de dólares dos Estados Unidos:

Quadro 7. Categorias de gastos da OPAS		(milhões de dólares)	
	2022	2021	
Pessoal e outros gastos de pessoal	156,6	153,5	
Provisões, produtos primários, materiais ¹	1.153,4	697,2	
Depreciação, amortização e reavaliação	1,8	1,7	
Serviços contratuais ²	174,2	158,8	
Viagens	32,6	16,3	
Transferências e subvenções a contrapartes ³	22,6	54,7	
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	10,3	17,5	
TOTAL	1.551,5	1.785,1	

¹ Decréscimo devido ao fim da resposta à emergência da COVID-19.

² Aumento (US\$ 15,4 milhões em relação a 2021) com consultores e redação técnica.

³ Decréscimo nas doações a terceiros (US\$ 32 milhões em relação a 2021) principalmente no caso das contribuições voluntárias da OMS – fundo para emergências e aumento nas cartas de acordo (US\$ 0,3 milhão em relação a 2021).

10. Liquidez e investimentos

O Comitê de Investimentos da OPAS estabelece e executa políticas de investimento adequadas, que refletem as melhores práticas e uma gestão financeira prudente. Além disso, examina periodicamente o rendimento da carteira de investimentos, tendo em mente o objetivo principal de preservar o valor capitalizado dos recursos e manter a liquidez adequada, ao mesmo tempo em que maximiza o rendimento da carteira.

Como resultado da pandemia de COVID-19, houve um aumento nos recursos administrados pela Organização, associado principalmente aos fundos de compras e às contribuições voluntárias. Como esses recursos apoiam a resposta à pandemia, sua natureza é necessariamente de curto prazo. Em março de 2022, o Comitê Federal de Mercado Aberto dos Estados Unidos (FOMC) começou a elevar as taxas de juros de curto prazo nos EUA, que subiram de 0,25% para 4,5% (31 de dezembro de 2022). Em consequência, a receita de investimentos e os juros obtidos aumentaram de US\$ 8,4 milhões em 2021 para US\$ 18,4 milhões em 2022.

11. Políticas contábeis e base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS),¹ usando o princípio do custo histórico, salvo no caso dos terrenos e prédios, apresentados ao valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

O efeito da pandemia de COVID-19 sobre o desempenho financeiro da OPAS nos próximos anos dependerá de desdobramentos que não podem ser previstos de forma confiável.

As demonstrações financeiras da Organização foram certificadas e tiveram sua publicação aprovada pelo Diretor da Organização no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP30.R7 de setembro de 2022. A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

Assinado

Jarbas Barbosa da Silva Jr.

Diretor

Repartição Sanitária Pan-Americana

¹ <https://www.ipsasb.org/publications/2019-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements>.

Certificação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em conformidade com as disposições do artigo XIII do Regulamento Financeiro, seguem anexas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras, as políticas contábeis e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS). As demonstrações financeiras e as notas foram auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Escritório Nacional de Auditoria do Reino Unido, cuja opinião está incluída neste relatório.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, junto com as respectivas notas explicativas, foram examinadas e aprovadas.

ASSINADO

Christos Kasapantoniou
Diretor
Gestão de Recursos Financeiros

ASSINADO

Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Diretor
Repartição Sanitária Pan-Americana

10 de maio de 2023

Declaração de 2022 da OPAS sobre Controle Interno

Alcance da responsabilidade

Na qualidade de Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA), tenho a responsabilidade de oferecer aos Estados Membros uma garantia razoável de que a RSPA está mantendo um sistema adequado de controle interno que respalde o cumprimento do mandato da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a consecução de seus objetivos e, ao mesmo tempo, salvaguarde os fundos e ativos administrados pela RSPA. Isso está em conformidade com as responsabilidades a mim atribuídas pela Constituição da OPAS, os Órgãos Diretores e o Regulamento Financeiro da Organização.

No âmbito do parágrafo 12.1 do Regulamento Financeiro, que delinea o alcance de minhas responsabilidades, apresento informações sobre a situação do ambiente de controle interno da RSPA em cumprimento do objetivo deste relatório. Além disso, as atividades da RSPA são enquadradas no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, que estabelece de forma clara que a prestação de contas é um componente crucial de qualquer organização que funcione bem e que implemente um enfoque de gestão baseada em resultados.

Levando em consideração o mandato constitucional da OPAS, o sistema de controle interno é embasado pelo Modelo das Três Linhas¹ e está vinculado nos níveis programático e transacional ao Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS). Esses vínculos aumentam a transparência e a eficiência no uso dos recursos, se concentrando em fortalecer as funções normativas e de conformidade da instituição e aumentar as eficiências.

A importância de mecanismos transparentes e eficientes de controle interno na Organização se tornou ainda mais significativa com os graves impactos sanitários, sociais e econômicos da pandemia de COVID-19² e das rupturas associadas aos serviços essenciais de saúde nos Estados Membros da OPAS.

O ambiente operacional da OPAS

A Organização opera por meio de sua sede em Washington, D.C., 27 representações nos países e três centros especializados na região. Em 2022, foram realizadas sete transferências de chefes de representações (Barbados e Países do Caribe Oriental, Costa Rica, Guatemala, México, Panamá, Paraguai e Venezuela).

O ambiente contextual no qual a Organização operou em 2022 continuou a ser afetado pela emergência da pandemia de COVID-19. Embora a pandemia tenha causado enormes dificuldades, também pôs em relevo a importância da saúde pública e serviu como um catalisador para o progresso no desenvolvimento da capacidade da região de gerir emergências. A pandemia impulsionou avanços importantes na saúde pública, como a expansão da capacidade regional de vigilância genômica e de fabricação de produtos essenciais à saúde. Além disso, ressaltou a necessidade de tornar os sistemas de saúde mais fortes e resilientes e de melhorar a coordenação intersetorial.⁵

A RSPA continuou a operar no âmbito da prorrogação da emergência da COVID-19, definindo medidas para retornar a suas instalações e, ao mesmo tempo, proteger a saúde e o bem-estar do pessoal da OPAS, evitando a exposição desnecessária ao vírus. É importante destacar que o mais alto nível de governança da OPAS, a Conferência Sanitária Pan-Americana, foi realizada em 2022. Como parte da Conferência, ocorreu o processo para escolher o novo Diretor, que culminou na eleição de um Diretor para os próximos cinco anos. Foi criada uma equipe de transição³ para facilitar o compartilhamento de informações pertinentes com o Diretor-Eleito, em preparação para a transferência das novas responsabilidades e para manter os níveis mais altos de prestação de contas na implementação do Orçamento por Programas da OPAS.⁴

¹ [SOP-1.8.1-Comply-with-Internal-Control.pdf \(sharepoint.com\)](#).

² Documento CSP30/7. RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DE FIM DO BIÊNIO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA OPAS 2020-2021 / PRIMEIRO RELATÓRIO PROVISÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS 2020-2025. Washington, D.C., EUA, 26 a 30 de setembro de 2022.

³ [GIB-HQ-CO-Centers-22-0052.pdf \(sharepoint.com\)](#).

⁴ [PIB-HQ-CO-Centers-22-0316.pdf \(sharepoint.com\)](#).

No nível programático, a RSPA apresentou o relatório de fim do biênio, que reflete as contribuições de toda a Organização nesses difíceis primeiros anos do Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025 e relata a execução do Orçamento por Programas 2020-2021, assim como a proposta de revisão do Orçamento por Programas 2022-2023,⁵ no espírito da transparência, prestação de contas e colaboração com os Estados Membros. Além disso, dada a quantidade de recursos financeiros recebidos para a resposta a surtos e crises e a iniciativa Hospitais Inteligentes, de forma compatível com o aumento das necessidades de cooperação técnica, a RSPA também aproveitou a oportunidade para apresentar aos Estados Membros um orçamento revisado para o segmento de Programas Especiais do Orçamento por Programas 2022-2023.

Um evento significativo em 2022 foi a avaliação da resposta da OPAS à pandemia de COVID-19.⁶ Avaliou-se o trabalho da OPAS com os países e parceiros para responder à pandemia à luz dos seguintes critérios: pertinência, coerência, coordenação, eficácia, eficiência, sustentabilidade e o valor agregado global da Organização. Avaliou-se também a capacidade interna da Organização de adaptar-se para operar durante uma pandemia. A análise concentrou-se nos níveis estratégico, operacional e organizacional, abrangendo janeiro de 2020 a junho de 2022. Por meio dessa avaliação, a RSPA forneceu relatórios transparentes e lições aprendidas de um dos eventos de saúde pública mais críticos e devastadores da história, com implicações nos níveis social, econômico e geopolítico.

Nas áreas de gestão de riscos, conformidade e ética, a RSPA continua a incorporar o processo de gestão de riscos no caso dos projetos relacionados a emergências,⁷ complementando os avanços alcançados por meio do processo de revisão das contribuições voluntárias e convênios. Nessa estrutura, a Comissão Permanente de Conformidade e Gestão de Riscos reuniu-se várias vezes ao longo do ano para monitorar e discutir a situação de risco,⁸ fazer recomendações de melhorias, reforçar os registros dos riscos institucionais⁹ e rever a função da conformidade com o intuito de abordar as recomendações feitas pelos auditores externos. Uma vez revista a função de conformidade, foi iniciado um processo de recrutamento e seleção. Nesse meio-tempo, foi concebido um portal de conformidade abrangente, a ser lançado em 2023. A expectativa é que o encarregado da conformidade esteja atuando plenamente em 2023 e trabalhe em coordenação com os responsáveis pelos processos institucionais para desenvolver uma estrutura de prestação de contas abrangente, apoiando a primeira linha de defesa em questões de conformidade e apresentação de relatórios no nível institucional.

Levando em consideração a alta prioridade conferida ao trabalho virtual e ao teletrabalho de modo geral, a função do responsável pela segurança é altamente reconhecida por sua eficácia na promoção da cibersegurança, orientando os usuários sobre as boas práticas e ajudando o pessoal a compreender os riscos para a cibersegurança. Para 2022, a política sobre segurança da informação foi atualizada e a campanha de conscientização sobre cibersegurança “*See Yourself in Cyber*” concentrou-se nas pessoas. A estratégia para essa área destaca três boas práticas que permitirão ao pessoal manter a cibersegurança na OPAS: 1) pensar antes de clicar, reconhecendo e informando tentativas de phishing; 2) manter o software e aplicativos atualizados e 3) usar senhas fortes.

Em 2022, foram obtidos avanços no nível institucional para dar seguimento à auditoria interna da iniciativa-piloto de serviços compartilhados. Com o apoio de uma empresa de consultoria externa familiarizada com essa iniciativa da OPAS, elaborou-se um roteiro para orientar a RSPA quanto às etapas para desenvolver um modelo de governança e para definir critérios de expansão.

A RSPA continua seus esforços para moldar e promover uma cultura de comportamento ético e integridade, oferecendo orientação, capacitação e apoio para ajudar o pessoal a fazer as escolhas certas. Em 2022, foram apresentados os resultados da Pesquisa de Ética e Clima. Esses resultados oferecem à RSPA uma fonte de informações valiosas, com atenção especial para a implementação de políticas para prevenir e responder à exploração e abuso sexual de pessoas que dependam direta ou indiretamente dos serviços prestados pela RSPA. Esses esforços abrangem a contratação de pessoal dedicado,

⁵ Documento CSP30/6. ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE 2022-2023: PROPOSTAS DE MODIFICAÇÕES Washington, D.C., 26 a 30 de setembro de 2022.

⁶ PIB-HQ-CO-Centers-22-0148. 8 de julho de 2022.

⁷ [PIB-HQ-CO-Centers-22-0183.pdf \(sharepoint.com\)](#).

⁸ [PIB-HQ-CO-Centers-22-0149.pdf \(sharepoint.com\)](#).

⁹ [PIB-HQ-CO-Centers-21-3556.pdf \(sharepoint.com\)](#).

o estabelecimento de pontos focais nacionais, o fortalecimento dos mecanismos de denúncia, a implementação de atividades de conscientização e a oferta de capacitação sobre a prevenção e resposta ao assédio, coerção, exploração e abuso sexual. Esse esforço é complementado pelas conclusões da Pesquisa de Engajamento de 2022.

Por último, durante esse período, foi concluído um mapeamento abrangente de todo o Manual Eletrônico, e a situação das políticas existentes foi revista e atualizada pelos responsáveis das diversas áreas.⁸

A conformidade foi incorporada ao processo de revisão, fortalecendo as funções de prestação de contas da RSPA, em linha com a gestão baseada nos resultados e com a otimização dos recursos.

Riscos significativos em 2022

O quadro a seguir resume os riscos aprovados no âmbito do Orçamento por Programas para o biênio 2022-2023.¹⁰

Área de risco	Alcance
A dependência e necessidade de assegurar que os Estados Membros custeiem seus compromissos financeiros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descumprimento dos compromissos financeiros por parte de alguns Estados Membros (contribuições fixas) 2. Recursos insuficientes ou declínio do investimento para implementar o Plano Estratégico da OPAS e alcançar seus objetivos, incluídos os fundos por meio dos mecanismos de contribuição voluntária 3. Colapso ou crise de governança que pode atrasar o cumprimento das obrigações financeiras ou prejudicar o desenvolvimento programático
Capacidade de apoiar as necessidades dos Estados Membros graças à mobilização de recursos, alavancagem de parceiros e doadores, e rapidez da resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incapacidade de responder rapidamente às necessidades dos Estados Membros em emergências (surtos e desastres naturais) 2. Falta de diversificação de parceiros e doadores 3. Incapacidade de formular e implementar planos de mobilização de recursos
Capacidade de atrair e reter talentos com qualificações e competências para atender a novos modos de trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Restrições de tempo ou recursos que dificultam a manutenção e atualização contínua das qualificações e competências necessárias do pessoal existente 2. Incapacidade de atrair e reter pessoal com as qualificações e competências necessárias para apoiar os compromissos programáticos
Prioridades nacionais conflitantes que reduzem a atenção às prioridades de saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da escala da emergência causada pela COVID-19 e de novas crises humanitárias que podem afetar os resultados em termos de saúde 2. Sistemas de informação com dados desagregados limitados e dados escassos sobre os determinantes sociais da saúde
Prontidão da infraestrutura de tecnologia/sistemas para apoiar a transformação digital	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos insuficientes para o desenvolvimento de aplicativos para a modernização do local de trabalho e a continuidade das operações
Dever de cuidar do pessoal e continuidade das operações durante a pandemia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descumprimento dos protocolos de segurança no local de trabalho para garantir a saúde e o bem-estar do pessoal 2. Falta de planos atualizados de continuidade das operações nos locais de trabalho da OPAS
Reputação da RSPA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Potencial de fraude/conflitos de interesses/comportamento indevido

¹⁰ OD363. ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE 2022-2023. Sessão Virtual, 20 a 24 de setembro de 2021.

Para gerir esses riscos, várias ações de mitigação são incorporadas ao programa regular de trabalho dos responsáveis pela gestão dos riscos e monitoradas regularmente pela Comissão Permanente de Conformidade e Gestão de Riscos, pela Direção Executiva e por outras entidades. O alcance dessas medidas, com diversos níveis e dimensões, abrange a formulação ou revisão de políticas e procedimentos, a confirmação regular da conformidade dentro de processos operacionais específicos, o monitoramento da execução dos convênios de doação, a capacitação para formar capacidade interna em diversas áreas de trabalho, o processo consultivo regular e *ad hoc* com os Estados Membros, a manutenção de comunicações com as partes interessadas internas e externas com respeito ao progresso e desafios da RSPA, o monitoramento da implementação da resposta da RSPA durante a emergência, o dever de cuidado e a realização de avaliações ou auditorias.

Estrutura de controle interno e gestão de riscos

A estrutura de controle interno da OPAS, baseada no modelo das três linhas, foi concebida para reduzir e gerir, em vez de eliminar, o risco de a Organização não conseguir cumprir sua missão e melhorar seu desempenho. O controle interno é um processo contínuo projetado para oferecer garantias razoáveis da eficácia e eficiência das operações, da confiabilidade dos relatórios financeiros e da conformidade com a regulamentação e regras aplicáveis.

Nesse contexto e reconhecendo a evolução positiva do programa de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) na RSPA, que permitiu abordar de forma mais sistemática a identificação, avaliação e mitigação de riscos emergentes, a OPAS precisa continuar os esforços para promover uma cultura de gestão de risco eficaz, combinada com uma revisão mais regular dos riscos operacionais no nível local. Com o desenvolvimento do primeiro exercício de mapeamento de garantias, a função do modelo das três linhas foi determinada e as respectivas lacunas foram identificadas para fins de controle interno. As atividades de monitoramento e revisão serão voltadas para os riscos materiais, financeiros e de reputação para a Organização, vinculando-os estrategicamente à conformidade com vistas a um enfoque mais holístico.

Em 2022, o Escritório de Auditoria Interna (OIA, na sigla em inglês) fez uma auditoria interna da segunda linha de defesa (monitoramento dos controles internos pela Direção) na RSPA, já concluída, da qual emanou um relatório final antes do fim de janeiro de 2023. A implementação de suas recomendações pode ser abordada durante 2023. O OIA não atribuiu uma classificação “insatisfatória” a nenhum dos trabalhos de auditoria interna em 2022. Trata-se do quinto ano consecutivo sem uma classificação “insatisfatória” global, e o sexto ano sem uma classificação “insatisfatória” no caso das representações. A Organização manteve uma resposta administrativa eficaz e eficiente aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 em 2022, com a implantação de ferramentas de tecnologia da informação para facilitar as atividades administrativas e operacionais descentralizadas. A Organização também manteve um rigoroso controle orçamentário sobre gastos gerais e custos dos recursos humanos. O fechamento financeiro foi feito de acordo com as diretrizes e o cronograma.

Com base na atividade de auditoria interna empreendida pelo OIA em 2022 e em sua participação na vida cotidiana da Organização (incluída a função do pessoal do OIA como observadores em comissões internas e grupos de trabalho) o Escritório não identificou nenhuma deficiência significativa nos controles internos que comprometessem seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS. O parecer do OIA com respeito ao ambiente de controle interno da RSPA em 2022 foi que continuou a fornecer uma garantia razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos e à salvaguarda dos ativos. No entanto, com as deficiências atuais na atividade da segunda linha de defesa (monitoramento dos controles internos pela Direção), continua a ser possível que funcionários passem por cima dos controles internos. Assim, o OIA continua a chamar a atenção que seria desejável melhorar as disposições formais da segunda linha para proteger a RSPA dos respectivos riscos. Juntamente com a evolução do mapeamento de garantias e dos processos de gestão de riscos institucionais, uma segunda linha mais eficaz deveria contribuir para uma articulação mais clara das interconexões entre os objetivos, riscos e controles internos para a mitigação de riscos da Organização e, ao mesmo tempo, ajudaria a identificar violações dos controles internos.

Exame da eficácia

Na qualidade de Diretor da RSPA, tenho a responsabilidade de examinar a eficácia do sistema de controle interno. Para o exame da eficácia do sistema de controle interno, me apoio no trabalho do Escritório de Auditoria Interna, dos gerentes

seniores da Organização que têm a responsabilidade de elaborar e manter a Estrutura de Controle Interno, do Escritório de Ética, que coordena o Sistema de Integridade e Gestão de Conflitos da OPAS, assim como nas observações formuladas pelo Auditor Externo em suas cartas de recomendação e em seus relatórios de auditoria.

Ao longo do exercício, foram envidados esforços significativos para fortalecer os mecanismos e elementos de responsabilidade institucional relacionados à transparência e à governança.

Para apoiar as boas práticas na área administrativa, os gerentes de centros de custos são obrigados a apresentar periodicamente garantias de que estão cumprindo suas políticas e procedimentos. Esses gerentes são obrigados a preencher uma certificação de conformidade mensal e a Certificação de Conformidade do Gerente do Centro de Custos trimestral. As certificações de conformidade cobrem diversos processos administrativos e financeiros e servem como uma verificação das atividades dos centros de custos. Por meio dessas certificações, os gerentes asseguram que não estão cientes de nenhum motivo significativo (ou seja, de incorreções materiais das despesas financeiras sob sua responsabilidade como gerente de um centro de custos) que impediria o Diretor de assinar com confiança a carta anual de certificação.

O Comitê de Auditoria da OPAS, estabelecido nos termos da resolução CD49.R2, se reúne duas vezes por ano e atua como consultor especializado independente. Esse comitê ajuda o Diretor da OPAS e os Estados Membros da OPAS por meio de avaliação independente e aconselhamento sobre a operação das estruturas de controle financeiro e prestação de contas, os processos de gestão de riscos, a conformidade e a adequação dos sistemas de controles internos e externos da Organização.

Declaração

Como parte da transferência administrativa concluída em 23 de janeiro de 2023, a Diretora Emérita me deu garantias de que, durante 2022, ela e equipe da Direção Executiva fizeram um acompanhamento sistemático de todas as recomendações de auditoria interna e externa, incluídas as do Comitê de Auditoria, informaram sobre questões éticas e identificaram riscos institucionais por meio do processo de gestão de riscos.

A transferência administrativa abrangeu uma declaração de confiança da Diretora Emérita de que o sistema de controles internos da Organização foi eficaz durante todo o período do relatório financeiro de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Isso se mantém na data em que assino esta declaração.

ASSINADO

Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Diretor
Repartição Sanitária Pan-Americana

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE À ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

Parecer sobre as demonstrações financeiras

Auditei as demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que abrangem a demonstração da situação financeira, a demonstração do desempenho financeiro, a demonstração das mutações do ativo líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a comparação dos montantes orçados e efetivos referentes ao exercício encerrado e as respectivas notas, incluídas as políticas contábeis significativas.

Na minha opinião, as demonstrações financeiras apresentam de maneira correta, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Organização Pan-Americana da Saúde em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxo de caixa para esse período de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

Parecer sobre a regularidade

Na minha opinião, em todos os aspectos materiais, as receitas e as despesas foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana e as transações financeiras estão em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde.

Base dos parecer Realizei a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e com o Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde. Minha auditoria da regularidade foi feita usando os princípios estabelecidos no âmbito das ISA. Minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas em mais detalhe na seção do nosso relatório sobre as responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Sou independente da Organização Pan-Americana da Saúde de acordo com os requisitos éticos pertinentes à minha auditoria das demonstrações financeiras no Reino Unido, a saber, as Normas Éticas de 2019 do Conselho de Informação Financeira (*Financial Reporting Council – FRC*), conforme pertinentes às entidades listadas. A minha equipe e eu cumprimos as nossas responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acredito que as evidências de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para servir de base ao meu parecer.

Outras informações

A Diretora é responsável pelas outras informações. As outras informações compreendem os as informações incluídas nos comentários da Diretora e na Declaração sobre Controle Interno. Meu parecer sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações nem manifesto qualquer forma de conclusão de garantia sobre elas. Em conexão com minha auditoria das demonstrações financeiras, minha responsabilidade é ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se as outras informações são materialmente incompatíveis com as demonstrações financeiras ou se o conhecimento que obtive na auditoria ou de outra forma contém incorreções materiais. Se, com base no trabalho que realizei, eu concluir que há uma incorreção material nessas outras informações, sou obrigado a relatar esse fato. Não tenho nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretora e dos encarregados da governança com respeito às demonstrações financeiras

O Diretor é responsável pela preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Contábeis Internacionais do Setor Público, e pelo controle interno que a administração determinar ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de erros materiais, seja devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretora é responsável por avaliar a capacidade da Organização Pan-Americana da Saúde para continuar em atividade, divulgando, conforme o caso, assuntos relacionados à continuidade das operações e ao uso da base contábil da continuação em atividade, a menos que a Diretora pretenda liquidar a Organização Pan-Americana da Saúde ou encerrar as operações, ou não tenha nenhuma outra opção realista a não ser fazê-lo.

A Diretora e os encarregados da governança são responsáveis por supervisionar o processo de apresentação de informações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

As minhas responsabilidades são obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de incorreções materiais, sejam elas decorrentes de fraude ou erro, e emitir um relatório que contenha meu parecer. Garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as ISA sempre detectará uma incorreção material quando ela existir. As incorreções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, possam influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria feita de acordo com as ISA, exerço julgamento profissional e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

- Identifico os riscos de incorreção material nas demonstrações financeiras, seja decorrente de fraude ou erro, preparo e executo procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtenho evidências suficientes e apropriadas para servir de base ao parecer. O risco de não detectar incorreções materiais resultantes de fraude é maior do que o resultante de erro, já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, descrição enganosa ou falha do controle interno.
- Obtenho um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de elaborar procedimentos apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno da Organização Pan-Americana da Saúde;
- Avalio a adequação das políticas contábeis usadas e a razoabilidade das estimativas e informações fornecidas pela Diretora;
- Concluo sobre a adequação do uso, pela Direção, da base contábil e, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza material acerca de eventos ou condições que possam lançar dúvida sobre a capacidade da Organização Pan-Americana da Saúde de continuar suas atividades. Se concluo que existe incerteza material, devo chamar atenção em nosso relatório para as informações apresentadas nas demonstrações financeiras ou, se as informações forem inadequadas, modificar o meu parecer. As minhas conclusões baseiam-se nas evidências obtidas até a data do relatório do auditor. Contudo, futuros eventos ou condições podem fazer com que a Organização Pan-Americana da Saúde deixe de operar.
- Avalio a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as informações apresentadas, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos de maneira justa.

Além disso, sou obrigado a obter provas suficientes para oferecer uma garantia razoável de que as receitas e as despesas informadas nas demonstrações financeiras foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana, e as transações financeiras estão em conformidade com o Regulamento Financeiro que as rege.

Mantenho comunicação com os encarregados da governança, entre outros assuntos, sobre o alcance e oportunidade da auditoria e principais conclusões da auditoria, incluída qualquer deficiência significativa no controle interno que eu identifique durante a auditoria.

Relatório

Também emiti um relatório de auditoria detalhado sobre os resultados da auditoria.

ASSINADO

Gareth Davies

Data: 12 de maio de 2022

Controlador e Auditor Geral
Escritório Nacional de Auditoria
157-197 Buckingham Palace Road
Victoria, Londres
SW1W 9SP
Reino Unido

Demonstrações financeiras

Organização Pan-Americana da Saúde Demonstração da situação financeira

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 3	178 929	167 326
Investimentos de curto prazo	Nota 4.1	50 959	174 063
Contas a receber	Nota 6	261 960	245 449
Estoques	Nota 7	17 604	8 974
Total do ativo circulante		509 452	595 812
Ativo não circulante			
Investimentos de longo prazo	Nota 4.2	981 684	955 795
Contas a receber	Nota 6	123 388	104 810
Ativo imobilizado	Nota 8	146 648	139 091
Ativo intangível	Nota 9	1 050	643
Total do ativo não circulante		1 252 770	1 200 339
TOTAL DO ATIVO		1 762 222	1 796 151
PASSIVO			
Passivo circulante			
Obrigações acumuladas	Nota 10	34 262	27 727
Contas a pagar	Nota 11	90 503	41 448
Benefícios aos empregados	Nota 12.4	3 033	2 717
Receitas diferidas	Nota 13	741 507	875 313
Provisão de curto prazo	Nota 23		10 290
Total do passivo circulante		869 305	957 495
Passivo não circulante			
Contas a pagar	Nota 11	8 659	8 659
Benefícios aos empregados	Nota 12.4	136 904	296 142
Receitas diferidas	Nota 13	199 529	193 607
Total do passivo não circulante		345 092	498 408
TOTAL DO PASSIVO		1 214 397	1 455 903
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Saldos dos fundos	Nota 14	256 289	85 654
Reservas	Nota 14	291 536	254 594
TOTAL DO ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		547 825	340 248
TOTAL DO PASSIVO E ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1 762 222	1 796 151

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração do desempenho financeiro

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Référence	31 décembre 2022	31 décembre 2021
RECETTES			
Recettes d'opérations sans contrepartie directe			
Contributions fixées	Note 15	105 275	105 275
Contributions volontaires	Note 15	266 709	177 631
Allocations de l'OMS	Note 15	115 915	135 647
Recettes d'opérations avec contrepartie directe			
Achats de fournitures de santé publique	Note 15	1 113 024	1 372 018
Autres recettes	Note 15	1 253	6 811
Recettes diverses	Note 15	(23 802)	(2 937)
TOTAL DES RECETTES		1 578 374	1 794 445
DÉPENSES			
Dépenses liées au personnel		156 614	153 482
Fournitures, biens et matériels	Note 16	1 153 407	1 382 555
Dépréciation, amortissement et réévaluation	Note 16	1 778	1 699
Services contractuels	Note 16	174 271	158 769
Voyages	Note 16	32 621	16 348
Transferts et subventions aux contreparties	Note 16	22 572	54 726
Dépenses générales de fonctionnement	Note 16	10 328	17 525
TOTAL DES DÉPENSES		1 551 591	1 785 104
EXCÉDENT/(DÉFICIT) NET		26 783	9 341

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração das mutações do ativo líquido

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo líquido no início do exercício		340 248	273 709
Ganho/perda atuarial com obrigações relacionadas aos benefícios	Nota 12.7	180 794	57 198
Total de rubricas (receita/despesa) reconhecidas diretamente no ativo líquido		180 794	57 198
Excedente/(déficit) durante o exercício financeiro		26 783	9 341
Total reconhecido da receita e despesa durante o ano		207 577	66 539
Ativo líquido no encerramento do exercício	Nota 14	547 825	340 248

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração dos fluxos de caixa

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Descrição	Referência	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Excedente/(déficit) durante o período		26 783	9 341
Ajustes para conciliar o excedente do ano com os fluxos de caixa líquidos:			
Ganhos/perdas não realizados com investimentos reconhecidos no excedente	Nota 4.2	39 801	11 712
Depreciação	Nota 8	1 450	1 423
Amortização	Nota 9	328	276
Variação do ativo			
(Aumento)/diminuição em contas a receber	Nota 6	(37 781)	(24 253)
(Aumento)/diminuição nos estoques	Nota 7	(8 630)	2 484
(Aumento)/diminuição na provisão para contas de cobrança duvidosa	Nota 6.2	2 692	(3 189)
Variação do passivo e do ativo líquido			
Aumento/(diminuição) nas obrigações acumuladas	Nota 10	6 535	(2 231)
Aumento/(diminuição) nas contas a pagar	Nota 11	49 055	19 008
Aumento/(diminuição) nos benefícios a empregados	Nota 12.7	(158 922)	(36 089)
(Perda)/ganho atuarial com benefícios a empregados	Nota 12.7	180 793	57 198
Aumento/(diminuição) nas receitas diferidas	Nota 13	(127 884)	243 865
Aumento/(diminuição) na provisão de curto prazo	Nota 23	(10 290)	(933)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(36 070)	278 612
Fluxos de caixa das atividades financeiras e de investimento			
Compra de investimentos	Nota 4	(1 013 059)	(1 243 268)
Vencimentos e venda de investimentos	Nota 4	1 083 059	780 835
Juros recebidos	Nota 4	(14 693)	(7 463)
Ganho com a venda de investimentos	Nota 4	2 107	2 234
Compra/ajustes de ativo imobilizado e ativos intangíveis	Nota 8 / 9	(9 724)	(933)
Receita da venda de ativo imobilizado		(17)	(37)
Fluxos de caixa líquidos das atividades financeiras e de investimento		47 673	(468 632)
Aumento/(diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		11 603	(190 020)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167 326	357 346
		178 929	167 326

Organização Pan-Americana da Saúde

Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

nº do resultado intermediário	Título abreviado do resultado intermediário	Orçamento por Programas 2022-2023		EF 2021		Gastos (com montantes acumulados)	EF 2022		Total dos gastos de 2022-23 como % do Orçamento por Programas aprovado
		Orçamento aprovado	Variação	Orçamento por Programas 2022-2023	Orçamento alocado		Total dos gastos de 2022 como % do orçamento alocado	Orçamento alocado	
		[a]	[b]	[c]=[a]+[b]	[d]=[c]*[0.5]	[e]	[f]=[e]/[d]	[g]=[c]*[0.5]	[k]=[j]/[c]
Programas de base									
Res. Interm. 1	Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade	25 500	1 400	26 900	13 450	7 927	59%	13 450	29%
Res. Interm. 2	Saúde ao longo de todo o ciclo de vida	35 000		35 000	17 500	9 788	56%	17 500	28%
Res. Interm. 3	Atenção de qualidade para os idosos	4 000		4 000	2 000	849	42%	2 000	21%
Res. Interm. 4	Capacidade resolutive para as doenças transmissíveis	70 000	1 000	71 000	35 500	30 115	85%	35 500	42%
Res. Interm. 5	Acesso a serviços de saúde para DNTs e problemas de saúde mental	20 300	800	21 100	10 550	11 799	112%	10 550	56%
Res. Interm. 6	Capacidade resolutive para a violência e os traumatismos	3 000		3 000	1 500	962	64%	1 500	32%
Res. Interm. 7	Força de trabalho em saúde	12 500	300	12 800	6 400	3 992	62%	6 400	31%
Res. Interm. 8	Acesso a tecnologias em saúde	36 400	1 600	38 000	19 000	12 148	64%	19 000	32%
Res. Interm. 9	Fortalecimento da gestão e governança	10 100	750	10 850	5 425	3 784	70%	5 425	35%
Res. Interm. 10	Aumento do financiamento público para a saúde	4 400	950	5 350	2 675	1 730	65%	2 675	32%
Res. Interm. 11	Fortalecimento da proteção financeira	4 100		4 100	2 050	636	31%	2 050	16%
Res. Interm. 12	Fatores de risco das doenças transmissíveis	26 000	800	26 800	13 400	8 141	61%	13 400	30%
Res. Interm. 13	Fatores de risco das DNTs	27 000	600	27 600	13 800	5 020	36%	13 800	18%
Res. Interm. 14	Má nutrição	6 000	300	6 300	3 150	2 826	90%	3 150	45%
Res. Interm. 15	Resposta intersectorial à violência e traumatismos	3 000		3 000	1 500	1 117	74%	1 500	37%
Res. Interm. 16	Ação intersectorial sobre a saúde mental	5 000	500	5 500	2 750	1 671	61%	2 750	30%
Res. Interm. 17	Eliminação de doenças transmissíveis	26 000	300	26 300	13 150	8 037	61%	13 150	31%
Res. Interm. 18	Determinantes sociais e ambientais	17 000	600	17 600	8 800	5 975	68%	8 800	34%
Res. Interm. 19	Promoção da saúde e ação intersectorial	6 000	500	6 500	3 250	1 304	40%	3 250	20%
Res. Interm. 20	Sistemas integrados de informação para a saúde	16 400	300	16 700	8 350	7 450	89%	8 350	45%
Res. Interm. 21	Dados, informação, conhecimento e evidências	16 500		16 500	8 250	6 666	81%	8 250	40%
Res. Interm. 22	Pesquisa, ética e inovação para a saúde	3 800		3 800	1 900	1 342	71%	1 900	35%
Res. Interm. 23	Preparação para situações de emergência e redução de riscos	27 000	11 600	38 600	19 300	7 946	41%	19 300	21%
Res. Interm. 24	Prevenção e controle de epidemias e pandemias	26 000	11 600	37 600	18 800	6 913	37%	18 800	18%
Res. Interm. 25	Deteccção de emergências de saúde e respectiva resposta	25 000	2 500	27 500	13 750	18 083	132%	13 750	66%
Res. Interm. 26	Temas transversais: equidade, etnia, género e direitos humanos	7 000	200	7 200	3 600	2 202	61%	3 600	31%
Res. Interm. 27	Liderança e governança	78 500	2 900	81 400	40 700	38 539	95%	40 700	47%
Res. Interm. 28	Gestão e administração	98 500		98 500	49 250	47 173	96%	49 250	48%
Subtotal – Programas de base		640 000	39 500	679 500	339 750	254 134	75%	339 750	37%
	Programa de eliminação da febre aftosa	11 000		11 000	5 500	6 062	110%	5 500	55%
	Hospitais inteligentes	5 000	5 000	10 000	5 000	9 695	194%	5 000	97%
	Resposta a surtos e crises	31 000	149 000	180 000	90 000	148 941	165%	90 000	83%
	Manutenção da erradicação da pólio	1 000		1 000	500	127	25%	500	13%
Subtotal – Programas especiais		48 000	154 000	202 000	101 000	164 825	163%	101 000	82%
TOTAL – Orçamento por Programas		688 000	193 500	881 500	440 750	418 959	95%	440 750	48%

O Orçamento por Programas da OPAS 2022- 2023 (OP22-23) aprovado monta a US\$ 881,5 milhões, US\$ 679,5 milhões em programas de base e US\$ 202 milhões em programas especiais.

Foi revisado e aprovado pela Conferência Sanitária Pan-Americana (Documento Oficial CSP30/6 de 1º de julho de 2022) como um orçamento integrado. As revisões do Orçamento por Programas aumentaram programas de base em US\$ 39,5 milhões e os programas especiais em US\$ 15 milhões. O aumento correspondente por resultado intermediário é mostrado na coluna “Variação”.

O Orçamento por Programas estabelece os resultados e metas institucionais para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para os dois anos seguintes. Apresenta o orçamento de que a Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA ou a Repartição) necessitará para gerar os resultados bienais e apoiar os Estados Membros na melhoria dos desfechos de saúde e, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento das metas de saúde estabelecidas nas estruturas regionais e mundiais existentes.

Os números nas colunas “Orçamento por Programas 2022-2023 aprovado” e “Orçamento por Programas 2022-2023 modificado” indicam o total das necessidades de recursos (comumente chamados de “teto orçamentário” ou “volumes de recursos”) e não os recursos efetivamente disponíveis.

Embora o Orçamento por Programas da OPAS seja aprovado pelos Órgãos Diretores a cada dois anos, apenas para fins de praticidade e prestação de contas e seguindo as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS), o Orçamento por Programas foi dividido em 50% para cada exercício (2022 e 2023).

Os gastos de 2022 representam gastos efetivos e acumulados de todas as fontes de financiamento do Orçamento por Programas: contribuições fixas e receitas diversas, contribuições voluntárias da OPAS, assim como fundos especiais que financiam o Orçamento por Programas.

Notas às demonstrações financeiras

1. Missão da Organização Pan-Americana da Saúde

A missão da Organização é “liderar esforços de colaboração estratégicos entre os Estados Membros e outros parceiros a fim de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e prolongar a longevidade das populações das Américas”.

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com mais de 120 anos de experiência no trabalho para melhorar a saúde e os níveis de vida nos países das Américas. Atua como a organização do sistema interamericano especializada na saúde. Além disso, é Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde e desfruta de reconhecimento internacional como parte do sistema das Nações Unidas.

A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) é a Secretaria da Organização. A RSPA está empenhada em prestar apoio técnico e liderança aos Estados Membros da OPAS na sua busca pelo objetivo da saúde para todos e dos seus respectivos valores.

A sede da Organização está localizada em Washington, D.C. Além disso, a Organização tem representações nas Américas, as quais são responsáveis pela implementação dos valores, missão e visão da OPAS.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS),¹ usando o princípio do custo histórico, salvo no caso dos terrenos e prédios, apresentados ao valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

As demonstrações financeiras da Organização foram certificadas e tiveram sua publicação aprovada pelo Diretor da Organização no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP30.R7 de setembro de 2022.

A data de aprovação da publicação é a data do Relatório do Auditor Externo. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). Os montantes indicados nas demonstrações financeiras e gráficos das notas explicativas foram arredondados para serem expressos em milhares. Em virtude do arredondamento, as somas dos montantes nos quadros podem não resultar exatamente iguais aos totais arredondados ou às notas explicativas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo. Nem os Órgãos Diretores da Organização nem os Estados Membros individualmente manifestaram a intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações, nem de reduzir o financiamento alocado para suas atividades.

¹ <https://www.ipsasb.org/publications/2019-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements>.

Em conformidade com a IPSAS 1, um conjunto completo de demonstrações financeiras foi preparado do seguinte modo:

- a. Demonstração da situação financeira
- b. Demonstração do desempenho financeiro
- c. Demonstração das mutações do ativo líquido
- d. Demonstração dos fluxos de caixa
- e. Comparação dos montantes orçados e efetivos
- f. As notas, formadas por um resumo das principais políticas contábeis e outras informações pertinentes.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, que constituem um ativo financeiro, abrangem as disponibilidades de caixa, dinheiro em bancos, mercados monetários e depósitos de curto prazo com prazos de vencimento originais de até 90 dias. Para um investimento satisfazer os requisitos para ser considerado um equivalente de caixa, ele deve ser conversível em um montante conhecido de dinheiro em espécie e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor.

Os depósitos de curto prazo são apresentados pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos para cumprir compromissos de curto prazo em dinheiro e não para fins de investimento.

2.3 Investimentos

Os investimentos são um ativo financeiro e são reconhecidos quando a Organização se torna parte no âmbito das disposições contratuais do investimento. São classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. Os investimentos disponíveis para venda são contabilizados com base na data da compra. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos na data da liquidação.

Os investimentos são classificados como disponíveis para venda quando a Organização não se comprometeu a mantê-los até o vencimento. Os instrumentos disponíveis para venda são apresentados pelo valor justo (incluídos os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro) com as variações de valor reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro. Os ativos disponíveis para venda são negociados ativamente no mercado e a avaliação desses ativos é determinada por cotações de preços no mercado aberto para instrumentos financeiros idênticos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o valor justo de mercado sobre uma base que não seja de caráter temporário. A OPAS monitora periodicamente o valor justo de mercado de seus investimentos e investiga a causa subjacente de um declínio no valor. A política de investimento especifica as limitações da classificação de crédito. Se a redução ao valor recuperável resultar de um rebaixamento da classificação de crédito abaixo das diretrizes da política de investimento, o Comitê de Investimentos tomará uma medida.

As taxas de redução ao valor recuperável e os juros calculados com base no método do juro efetivo são reconhecidos no excedente ou no déficit. Quando um ativo disponível para venda é alienado, o ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente na demonstração das mutações no ativo líquido é incluído no excedente ou déficit do período.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Organização tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são compostos por papéis de agências dos EUA como a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac).

Os investimentos mantidos até o vencimento são apresentados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo na demonstração do desempenho financeiro.

2.4 Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e outros valores a receber que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e valores a receber. Os empréstimos e outros valores a receber são apresentados pelo custo amortizado calculado pelo método dos juros efetivos, menos qualquer redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos, salvo no caso de valores a receber de curto prazo, em que o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

2.5 Políticas de gestão de riscos

A Organização mantém como investimento recursos de que ela não precisa para fazer face a necessidades operacionais imediatas. O intuito é obter receitas com o excedente de liquidez, que, de acordo com os artigos X e XI do Regulamento Financeiro e os artigos X e XI das Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde, financiam parte do Orçamento por Programas. Os investimentos estão sujeitos à Política de Investimento da Organização, que prescreve diretrizes destinadas a proteger o principal investido, a manter liquidez suficiente e obter um retorno proporcional às restrições impostas pelo risco dos investimentos. As diretrizes das políticas definem a duração, a diversidade e a qualidade do crédito, que são compatíveis com a limitação das exposições aos riscos de crédito, de mercado e de taxa de juros. O risco de crédito da Organização é mitigado pelas políticas de investimento que estabelecem limites ao valor da exposição de crédito a uma única contraparte, limitando os investimentos em um único emissor não governamental a não mais do que 25%.

De acordo com os requisitos da Política de Investimento, os investimentos geridos internamente são restritos instrumentos financeiros classificados como A1/P1 e AAA/Aaa. As notas de renda fixa consistem principalmente em papéis de agências dos Estados Unidos, que oferecem a garantia implícita do governo dos Estados Unidos.

Os fundos colocados com gestores de investimento externos se restringem a instrumentos cuja qualidade de crédito tenha sido classificada como A2/P2 ou BBB, de acordo com seus mandatos. Existem mecanismos para eliminar da carteira um investimento que se encontre abaixo dos requisitos mínimos. Caso a classificação de um título caia abaixo dos requisitos mínimos de qualidade de crédito, o gerente externo imediatamente notifica a OPAS.

O prazo vencimento máximo para o investimento de curto prazo de efetivo para operações não deve exceder um ano. O investimento de longo prazo de recursos estratégicos se limita a um prazo de vencimento efetivo inferior a cinco anos. Os investimentos de longo prazo de recursos do fundo fiduciário do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) se limitam a um prazo de vencimento efetivo inferior a 15 anos.

As contas de depósito são mantidas em instituições financeiras classificadas como grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco, onde existam essas classificações. Nos casos em que não exista nenhum tipo de classificação, a solidez financeira geral da instituição é avaliada antes de os recursos serem depositados. As contas denominadas em moedas outras que não o dólar dos Estados Unidos são monitoradas diariamente para verificar se os saldos se mantêm nos níveis mínimos dos requisitos operacionais.

O Comitê de Investimentos da OPAS aprova os instrumentos financeiros, bem como as instituições financeiras parceiras, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento destacadas acima para mitigar o risco de crédito.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são negociados em um mercado ativo. As contas a receber do ativo circulante são montantes devidos no prazo de 12 meses da data de informação, enquanto as contas a receber do ativo não circulante vencem em um prazo superior a 12 meses a contar da data de informação das demonstrações financeiras. As contas a receber são apresentadas pelo custo amortizado, calculado usando o método dos juros efetivos, menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas na demonstração de desempenho financeiro). Contudo, no caso das contas a receber do circulante, não há nenhuma diferença relevante entre os custos amortizados; assim, essas contas a receber foram reconhecidas ao custo menos as perdas por redução ao valor recuperável.

A decisão de reconhecer a perda no valor recuperável de uma conta a receber baseia-se em uma análise da idade dessa conta e das circunstâncias que envolvem o relacionamento com o terceiro. O cálculo da deterioração do valor será baseado em uma porcentagem do total da conta a receber em risco.

A resolução CD58.R7, aprovada pelo Conselho Diretor em setembro de 2020, permite ao Diretor estabelecer uma reserva para contas de cobrança duvidosa referentes às contribuições fixas consideradas em risco. O Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras não preveem uma provisão para contas de cobrança duvidosa dentro das receitas diversas no caso das contribuições fixas e receitas diversas da OPAS. Portanto, a diminuição/(aumento) da provisão para contas de cobrança duvidosa foi transferida das receitas diversas para outras receitas. Essa mudança permitirá manter a uniformidade entre todos os fundos.

As contas a receber de transações com contrapartida são reconhecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente, na forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade e, em troca, dá à outra entidade um valor aproximadamente igual em troca.

As contas a receber de transações sem contrapartida são estabelecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente sob a forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade sem receber um valor aproximadamente igual diretamente em troca; ou quando a Organização deu um valor a outra entidade sem receber diretamente um valor aproximadamente igual em troca.

A Organização processa os valores a receber incobráveis com base na delegação de autoridade sobre os montantes a serem objeto de baixa contábil.

Os tipos principais de contas a receber são:

- **Contribuições fixas (transações sem contrapartida):** são compromissos formais de Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados referentes ao período do orçamento bienal. As contribuições fixas são reconhecidas como contas a receber em 1º de janeiro de cada ano, quando se tornam exigíveis e devem ser pagas, com os pagamentos a serem feitos em parcelas anuais. O parágrafo 13.6 do Regulamento Financeiro permite ao Diretor estabelecer uma reserva para contas de cobrança duvidosa quando não há previsão que essas contas sejam liquidadas no prazo de 12 meses da data do relatório financeiro anual e não foi estabelecido um plano de pagamento dessas contas.
- **Fundo de Equalização de Impostos (transações sem contrapartida):** as contas a receber no âmbito do Fundo de Equalização de Impostos são devidas pelos Estados Membros que cobram imposto de renda sobre a renda dos salários recebidos da Organização pelos seus cidadãos ou outras pessoas sujeitas ao pagamento desses impostos e são incluídos nas contribuições fixas de cada Estado Membro. Os montantes estimados a serem exigidos pelos Estados Membros são usados para reembolsar o imposto de renda pago pelos funcionários em questão.
- **Contribuições voluntárias (transações sem contrapartida):** a Organização celebra acordos de contribuições voluntárias que se enquadram nas seguintes categorias: 1) contribuições voluntárias, que abrangem recursos financeiros de governos (Estados membros da OPAS e outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações não governamentais, fundações, organizações com fins lucrativos e outros; 2) contribuições voluntárias nacionais, que abrangem recursos financeiros de Estados Membros da OPAS exclusivamente para o financiamento de projetos internos; e 3) contribuições voluntárias destinadas à preparação para emergências e assistência em caso de desastres, que abrangem recursos financeiros de governos (Estados Membros da OPAS e outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações não governamentais, fundações, organizações com fins lucrativos e outros. Após a assinatura de ambas as partes, o montante total do contrato é reconhecido como uma conta a receber e uma receita diferida (Nota 2.13).

Para determinar a parcela atual das contas a receber correspondente às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2022, a Organização classificou todos os saldos de contas a receber referentes às contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2023, bem como as contribuições voluntárias com situação

indefinida, como contas a receber do circulante. Além disso, os saldos de contas a receber de acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2023 foram alocados entre as contas a receber do ativo circulante e do ativo não circulante usando um cálculo linear com base no número de anos restantes. A parcela do não circulante das contas a receber refletirá o saldo do montante total das contas a receber correspondentes aos acordos de contribuições voluntárias, menos o cálculo da parcela das contas a receber do circulante.

- **Compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida):** as compras de provisões de saúde pública são fundamentais para a Organização cumprir sua missão de apoiar os Estados Membros por meio da cooperação técnica para programas de saúde pública. Abrangem a aquisição de vacinas e seringas, provisões médicas, kits de diagnóstico, medicamentos e equipamento.

As contas a receber dos Estados Membros na compra de provisões de saúde pública são compostas por dois fundos: o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. Contas a receber são criadas para cada Estado Membro participante uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e a aceitação dos bens tenha sido aprovada. Isso gera a emissão de uma fatura endereçada ao Estado Membro pertinente.

- **Atividades de financiamento entre organizações:** as contas a receber entre organizações representam o montante devido à OPAS pela Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- **Adiantamentos ao pessoal:** em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização, adiantamentos são concedidos ao pessoal com relação aos direitos (ou seja, subsídios para educação, viagens, pagamentos de imposto de renda, indenizações do seguro-saúde, etc.). São reconhecidos como contas a receber até que sejam lançados como despesa após o recebimento do pedido necessário ou da documentação comprobatória.

2.7 Estoques

Os medicamentos e provisões médicas pertencentes à Organização e controlados por ela são registrados como estoques com a intenção de serem mantidos para distribuição no transcurso normal das operações. São avaliados pelo menor custo ou pelo valor realizável líquido no encerramento do exercício financeiro. Os medicamentos e provisões médicas de propriedade da Organização, de acordo com os sistemas de rastreamento da Organização, são validados por meio de recontagens físicas dos estoques. Esses medicamentos e provisões são lançados como despesas quando instituições governamentais ou não governamentais assumem sua posse.

A OPAS criou um estoque de provisões médicas relacionadas à COVID-19 registrado na rubrica do fundo para a preparação para emergências e assistência em caso de desastres em 2020 para ajudar nos esforços para aliviar os efeitos da pandemia e de outros eventos.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado com valor superior ao nível mínimo de US\$ 20 000 são reconhecidos como ativos não circulantes na demonstração da situação financeira. São reconhecidos inicialmente ao custo, salvo se forem adquiridos por meio de uma transação sem contrapartida; nesse caso, são reconhecidos pelo valor justo na data da compra. A Organização aplica o modelo de custo a suas instalações e equipamentos, e os respectivos itens são lançados pelo custo, menos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, conforme o caso. A Organização aplica o método de reavaliação apenas aos terrenos e prédios.

A Organização considera que seu ativo imobilizado é um ativo que não gera caixa.

A depreciação é lançada para o ativo imobilizado (salvo os terrenos) de modo a reduzir o custo ou valor justo do ativo a seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear, com meio ano de depreciação sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo fixo são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Prédios	40 anos
Construções móveis	5 anos
Equipamentos de computação	3 anos
Equipamentos de escritório	3 anos
Veículos automotores	5 anos
Equipamentos de audiovisual	3 anos
Benfeitorias em bens alugados	3 anos
Utensílios e acessórios de escritório	3 anos

O ativo imobilizado obtido com recursos das contribuições voluntárias em nome de um projeto não constitui ativo da Organização e se destina ao uso exclusivo do beneficiário do projeto. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. A Organização não retém a propriedade desses bens; portanto, são lançados como despesas no momento da compra. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador define como se deve dispor deles em definitivo.

A Organização reavalia seus terrenos e prédios periodicamente, incluídas as propriedades alugadas. Recorre-se a especialistas externos para determinar o valor de mercado atualizado diretamente por meio de consultas dos preços observáveis em um mercado ativo ou de transações de mercado recentes em condições de mercado. Todas as benfeitorias, reformas, etc. que tenham sido feitas nos prédios desde a última avaliação prévia, quer tenham sido lançadas como despesa ou capitalizadas no ano de sua ocorrência, serão incluídas na reavaliação futura e sofrerão os devidos ajustes.

As benfeitorias em locais alugados são reconhecidas como ativo e avaliadas ao custo, e são depreciadas ao longo da vida útil restante das benfeitorias ou do prazo do contrato de aluguel, o que for menor.

Os terrenos e os prédios doados são avaliados ao valor justo de mercado e reconhecidos como ativo não circulante.

2.9 Contratos de aluguel e arrendamento

A Organização aluga diversos espaços de escritório para as representações da OPAS nas Américas. Todos esses acordos estão sujeitos a cancelamento.

2.10 Ativo intangível

Os itens do ativo intangível com valor superior aos níveis mínimos pré-estabelecidos de US\$ 30 000 para os ativos intangíveis comprados externamente e US\$ 100 000 para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente são declarados pelo custo histórico menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização para os ativos intangíveis é determinada ao longo de sua vida útil estimada usando o método linear.

A amortização é lançada para reduzir o custo ou valor justo do bem ao seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear; com meio ano de amortização sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo intangível são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Software adquirido externamente	7 anos
Software desenvolvido internamente	5 anos
Licenças e direitos, direitos autorais e outros ativos intangíveis	3 anos

2.11 Contas a pagar

As contas a pagar são passivos financeiros relacionados a bens ou serviços recebidos pela Organização e são reconhecidos pelo custo amortizado, o qual, no caso das contas a pagar, é igual ao custo. As contas a pagar abrangem o seguinte:

- Os montantes devidos aos doadores, parceiros e interessados diretos que representem contribuições voluntárias não usadas referentes a acordos que já venceram.
- As contas a pagar entre organizações representam o montante devido pela Organização à Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- As faturas recebidas e aprovadas para pagamento, mas que ainda não tenham sido pagas.

2.12 Obrigações acumuladas

As obrigações acumuladas são o passivo financeiro formado pelos bens ou serviços já recebidos pela Organização ou a ela prestados durante o período abrangido pelo relatório e que ainda não tenham sido faturados, ou pelas faturas que tenham sido recebidas, mas ainda não tenham sido aprovadas para pagamento. Essas obrigações são reconhecidas pelo custo amortizado, o qual, no caso das obrigações acumuladas, é igual ao custo.

2.13 Receitas diferidas

As receitas diferidas advêm de acordos juridicamente vinculantes entre a Organização e seus parceiros — como governos (de Estados Membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações não governamentais, fundações, organizações com fins lucrativos e outros — por meio dos quais os parceiros fornecem recursos à Organização para apoiar iniciativas de cooperação técnica (contribuições voluntárias).

As receitas diferidas são reconhecidas quando 1) ambas as partes de um acordo contratual o confirmam por escrito, ou seja, a Organização e os doadores, os parceiros ou os interessados diretos, e 2) os recursos são condicionais. Essa condicionalidade é determinada por fatores como:

- O acordo tem uma finalidade declarada;
- O acordo tem um orçamento;
- O acordo tem uma data de entrada em vigor e uma data de encerramento;
- O acordo exige a apresentação de relatórios técnicos e financeiros;
- Os recursos fornecidos no âmbito do acordo devem ser usados para as atividades exigidas ou descritas no acordo, ou ser devolvidos ao doador;
- Uma vez finalizado o projeto, todos os recursos não executados são devolvidos ao doador, parceiro ou interessado direto.

As receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro com base no nível dos recursos executados durante o exercício financeiro.

Os recursos recebidos de maneira antecipada para a compra de bens em nome de governos e instituições participantes das compras de provisões de saúde pública são considerados receitas diferidas. Uma vez recebida a confirmação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e uma vez aprovado o pagamento ao fornecedor, as receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro. A receita diferida que está nas contas por mais de um ano é reclassificada como receita de longo prazo.

Para determinar as receitas diferidas correspondentes às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2022 que se enquadravam no circulante, a Organização classificou como receitas diferidas do circulante todos os saldos das receitas diferidas das contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2023, bem como as subvenções de situação indefinida. Além disso, os saldos das receitas diferidas dos acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2023 foram alocados entre as receitas diferidas do circulante e do não circulante usando um cálculo linear baseado no número de anos restantes. A parcela das receitas diferidas a ser lançada no não circulante refletirá o saldo do montante total das receitas diferidas correspondente às contribuições voluntárias, menos a estimativa das receitas diferidas do circulante.

2.14 Benefícios aos empregados

A Organização reconhece as despesas e obrigações referentes aos seguintes benefícios aos empregados:

- 1) Os benefícios a que os empregados fizeram jus no exercício financeiro corrente são obrigações do passivo circulante reconhecidas pelo custo amortizado (sem desconto);
- 2) Os benefícios pós-emprego, como o seguro-saúde pós-serviço (ASHI), são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação;
- 3) Outros benefícios a empregados relacionados com o desligamento do serviço são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.

A Organização contrata serviços atuariais de especialistas externos para determinar o nível apropriado de sua obrigação para fins de apresentação de informações financeiras (ou seja, o valor presente das obrigações por benefícios definidos), bem como o custo do serviço e dos juros do exercício corrente. Essas informações também são usadas para calcular diferentes porcentagens de contribuição a serem aplicadas aos custos do pessoal.

Além disso, a Organização usa essas informações para fins de investimento, com o intuito de assegurar que os investimentos do plano TAREP satisfaçam os requisitos de liquidez das respectivas obrigações.

2.15 Provisões e passivos contingentes

São feitas provisões para passivos e despesas futuras nos casos em que a Organização tenha uma obrigação presente legal ou implícita em decorrência de eventos passados — e seja provável que venha a ser exigido que a Organização liquide a obrigação — e em que o valor possa ser calculado com segurança.

Outros compromissos que não satisfazem os critérios de reconhecimento de passivos são divulgados nas notas às demonstrações financeiras como passivo contingente quando sua existência será confirmada apenas se ocorrerem ou não ocorrerem um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da Organização ou cujo valor não possa ser calculado com segurança.

2.16 Receita

A receita é composta pelos fluxos de entrada brutos de benefícios econômicos ou pelo potencial de serviços recebidos ou a receber pela Organização durante o ano que representem um aumento dos ativos líquidos. A Organização reconhece a receita de acordo com os critérios estabelecidos pela IPSAS 9, “Receita de transações com contrapartida”, e pela IPSAS 23, “Receita de transações sem contrapartida”.

As transações com contrapartida são transações nas quais a Organização recebe ativos ou serviços, ou tem um passivo extinto, e, em contrapartida, entrega diretamente à outra entidade um valor que se aproxima do valor recebido, na forma de numerário, bens, serviços ou uso de ativos.

Em uma transação sem contrapartida, a Organização recebe um valor de outra entidade sem dar diretamente valor aproximadamente igual em contrapartida, ou entrega um valor à outra entidade sem receber, em contrapartida, um valor aproximadamente igual ao recebido.

As principais fontes de receitas para a Organização são, entre outras: as contribuições fixas, as contribuições voluntárias, as compras de provisões de saúde pública, outras receitas e as receitas diversas.

- **Receita de contribuições fixas (transações sem contrapartida).** A receita das contribuições fixas é reconhecida a partir de 1º de janeiro de cada ano quando os Estados Membros contraem o compromisso com a organização de pagar essas contribuições;
- **Receita de contribuições voluntárias (transações sem contrapartida).** As contribuições voluntárias, confirmadas por escrito por ambas as partes, são reconhecidas como contas a receber e receitas diferidas (passivo) porque esses acordos de financiamento são condicionais. À medida que os projetos com contribuições voluntárias são implementados, as receitas diferidas passam a ser reconhecidas como receitas. As categorias das contribuições voluntárias são explicadas na Nota 2.6.
- **Receita das compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida).** É reconhecida receita referente às compras de provisões de saúde pública porque a Organização assume os riscos e benefícios dos bens comprados. A receita dessas transações é reconhecida quando instituições governamentais ou não governamentais assumem a posse. As compras de provisões de saúde pública são feitas por meio de três fundos: o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas; o Fundo de Compras Reembolsáveis em nome dos Estados Membros e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (ver a Nota 2.6 Contas a receber, com respeito aos fundos rotativos e a Nota 2.13 Receitas diferidas, com respeito às compras reembolsáveis).
- **Alocações da OMS (transações sem contrapartida).** Como Escritório Regional das Américas (AMRO) da Organização Mundial da Saúde, a Organização recebe alocações de financiamento da OMS para a implementação de atividades de cooperação técnica.
Os recursos que a Organização recebe da OMS abrangem as seguintes alocações:
 - Alocação das contribuições fixas da OMS;
 - Alocações de contribuições voluntárias da OMS;
 - Alocações de outros fundos da OMS.
- **Outras receitas (transações com contrapartida).** A Organização, em conformidade com seus mandatos específicos, executa outras atividades de cooperação técnica cujas receitas são apresentadas em separado. Essas atividades abrangem, entre outras, vendas de serviços, gastos de apoio a programas, investimentos no âmbito do Fundo Mestre de Investimentos de Capital, direitos estatutários, gastos com a prestação de serviços do Seguro-saúde do Pessoal (SHI), incluído Seguro-saúde Pós-serviço, o encargo de ocupação de postos, a provisão para contas de cobrança duvidosa, etc.
- **Receitas diversas (transações com contrapartida).** As receitas diversas compreendem reavaliações de divisas, ganhos e perdas cambiais, rendimentos de juros, ganhos e perdas realizados e não realizados, e ganhos e perdas decorrentes da alienação de ativo imobilizado.

2.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). As transações em moedas diferentes do dólar são convertidas para essa moeda pela taxa de mercado vigente no momento da transação. A Organização determinou que as taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas estão estreitamente alinhadas com as taxas vigentes no mercado devido a análises e ajustes frequentes e, portanto, funcionam como uma aproximação da taxa do mercado no momento da transação. No encerramento de cada período de apresentação de relatórios, a Organização analisa o desempenho das taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas em comparação com as taxas predominantes no mercado a fim de determinar o alinhamento e fazer os ajustes necessários. Os ativos e passivos em moedas diferentes do dólar são convertidos para essa moeda pela taxa de mercado vigente no encerramento do período de apresentação do relatório. Os ganhos ou perdas resultantes são lançados na demonstração do desempenho financeiro, nas receitas diversas.

2.18 Informação financeira por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis para os quais as informações financeiras são apresentadas em separado para avaliar o desempenho passado de uma entidade quanto à consecução de seus objetivos e para tomar decisões sobre a alocação futura dos recursos.

Os seguintes segmentos foram identificados para possibilitar uma melhor compreensão das diversas atividades da Organização:

Segmento de atividades básicas — Atividades fundamentais para o Plano Estratégico da Organização que foram determinadas e apropriadas pelos Órgãos Diretores da Organização (ou seja, atividades financiadas com contribuições fixas e outras receitas destinadas às atividades do Orçamento por Programas);

Segmento de atividades em parceria — Atividades alinhadas com o Plano Estratégico da Organização e apoiadas pelos parceiros, doadores e partes interessadas (ou seja, atividades desenvolvidas em parceria com doadores externos que fornecem as contribuições voluntárias e a quem são apresentados relatórios técnicos e financeiros);

Segmento de atividades comerciais — Atividades realizadas pela Organização para fortalecer a cooperação técnica com os ministérios da saúde e facilitar seu acesso a provisões essenciais de saúde pública (ou seja, atividades de compras financiadas pelos Estados Membros para o acesso a provisões essenciais de saúde pública);

Segmento de atividades especiais — As atividades especiais são atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, benefícios do pessoal, benefícios em caso de rescisão do contrato de trabalho e o seguro-saúde pós-serviço). Portanto, todas as obrigações relacionadas a benefícios aos empregados foram incluídas neste segmento.

Transações entre partes — Em cada exercício financeiro, a Organização processa as transações internas que não envolvem o uso de dinheiro (transferências) dentro de um dado segmento e entre diferentes segmentos (ou seja, gastos de apoio a programas, provisão para benefícios por rescisão do contrato de trabalho e repatriação, o fundo do seguro-saúde pós-serviço, Fundo Mestre de Investimentos de Capital, etc.). O efeito dessas transferências é a duplicidade tanto das receitas como das despesas pelo mesmo montante, que são avaliadas pelo custo em que se incorreu no momento da transação original. A coluna das transações entre partes na demonstração do desempenho financeiro permite eliminar essa repetição.

2.19 Comparação do orçamento

Os Órgãos Diretores da Organização aprovam o orçamento por programas bienal, que abrange as contribuições fixas, os recursos voluntários projetados e as estimativas das receitas diversas. O orçamento por programas bienal pode ser modificado posteriormente pelos Órgãos Diretores.

A Organização prepara o orçamento com base no regime de competência, excluídas a depreciação e a amortização.

Embora o orçamento da OPAS seja aprovado por seus Órgãos Diretores a cada dois anos, para fins prestação de contas, o orçamento foi dividido em 50% para cada exercício.

2.20 Contribuições em espécie

As contribuições em espécie de serviços que apoiam as operações e atividades aprovadas, como o uso de instalações, serviços públicos, pessoal, serviços de transporte, etc., são identificadas por categorias de serviços com o respectivo Estado Membro que fez a contribuição em espécie durante o período contábil abarcado pelo relatório. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras porque o valor justo dos serviços ou ativos não pode ser mensurado de forma confiável.

Os terrenos e prédios doados são reconhecidos na demonstração da situação financeira pelo valor justo de mercado.

Os estoques doados são reconhecidos segundo a materialidade e as condições dos bens. A Organização só aceitará a doação de bens que estejam alinhados com suas atividades básicas.

2.21 Impacto potencial das IPSAS a serem adotadas em períodos futuros

O Conselho Internacional de Normas Contábeis do Setor Público (IPSASB) publicou as seguintes normas novas e modificadas, cuja data original de entrada em vigor era 1º de janeiro de 2022. Posteriormente, o IPSASB adiou as datas de implementação dessas normas e modificações, que agora entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2023:

- IPSAS 41 – Instrumentos financeiros. Esta norma substituirá a IPSAS 29 – Instrumentos financeiros existente e estabelece novos requisitos para o reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, abrangendo um modelo prospectivo da perda de crédito prevista, o desreconhecimento e a contabilidade geral de operações de *hedge*. Após um exame inicial, a OPAS identificou a necessidade de mudar sua forma de abordar a perda de crédito prevista. Atualmente, a OPAS está avaliando o impacto das mudanças e, no momento, não prevê um impacto global significativo.
- IPSAS 42 – Benefícios sociais. Esta norma define benefícios sociais como transferências de renda a indivíduos para mitigar o efeito de riscos sociais e atender às necessidades da sociedade como um todo e orienta sobre sua contabilização. Não terá impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Disponibilidades de caixa, US\$	170 826	151 703
Disponibilidades de caixa, outras moedas	8 103	15 622
Fundos do mercado monetário	2 902	2 473
Menos: Ativos do plano	(2 902)	(2 473)
Total	178 929	167 326

Devido à incerteza pós-pandemia, a Organização continuou a manter saldos de caixa mais altos em 2022 para fazer face a necessidades imprevistas. Contudo, com a elevação das taxas de juros pelo Comitê Federal de Mercado Aberto dos Estados Unidos (FOMC) a partir de março de 2022, a OPAS aumentou a alocação para investimentos de curto prazo, a fim de maximizar o rendimento sobre o excesso de liquidez. Como resultado, aproveitou os sete aumentos consecutivos dos juros, de 0,25% em março para 4,50% em dezembro, bem como o achatamento da curva de rendimentos do Tesouro dos EUA durante o segundo semestre do ano.

4. Investimentos

A política de investimento da OPAS mitiga o risco ao estabelecer ativos de alta qualidade com o objetivo de preservar o capital. O Comitê de Investimentos da OPAS vem trabalhando em estreita colaboração com os gestores da carteira para avaliar o risco e aproveitar a oportunidade apresentada pela rápida elevação dos juros de curto prazo.

Houve um aumento global na renda de investimentos de US\$ 10,0 milhões, causado pelas medidas do FOMC em 2022, conforme explicado na Nota 3. Não houve nenhuma redução ao valor recuperável dos ativos de investimento mantidos durante esse período em nenhum dos recursos de caixa combinados e investidos.

4.1 Investimentos de curto prazo

Os investimentos de curto prazo são aqueles cujos prazos de vencimento finais no ato da compra são inferiores a 365 dias.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Certificados de depósito	50 959	174 063
Total	50 959	174 063

Juros acumulados no montante de US\$ 449 562 (2021: US\$ 184 662) foram incluídos no saldo dos investimentos de curto prazo na demonstração da situação financeira e reconhecidos como receitas diversas na demonstração do desempenho financeiro.

4.2 Investimentos de longo prazo

As notas de renda fixa de longo prazo da carteira do Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP), que compreende os ativos do plano mantidos em um fundo fiduciário irrevogável, são mantidas até o vencimento e contabilizadas pelo valor justo com as variações de valor reconhecidas no saldo dos fundos.

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo				
Aumento (diminuição) dos investimentos de longo prazo	25 889		470 123	
(Ganhos)/perdas líquidos não realizados	39 801		11 712	
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo	65 690		481 835	
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo				
Receita de juros	15 421		8 191	
Ganhos/(perdas) líquidos realizados	(3 738)		(523)	
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo	11 683		7 669	
Avaliação de investimentos de longo prazo	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Notas de renda fixa	19 542	14 115	18 447	19 004
Carteiras administradas	1 024 758	981 684	959 068	955 795
Menos: Ativos do plano	(19 542)	(14 115)	(18 447)	(19 004)
Total	1 024 758	981 684	959 068	955 795

Os instrumentos de renda fixa de longo prazo mantidos na carteira do TAREP são emitidos pelo governo dos Estados Unidos. Juros acumulados no montante de US\$ 45 707 foram incluídos no saldo dos investimentos de longo prazo e reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas.

As carteiras administradas são classificadas como disponíveis para venda e lançadas pelo valor justo. O valor de mercado mencionado abrange juros acumulados no montante de US\$ 4 588 485 (2021: US\$ 2 431 184) e é reconhecido na demonstração do desempenho financeiro como receitas diversas. O total de ganhos (perdas) nas carteiras administradas é composto por ganhos ou perdas acumulados e pela variação gradual do valor no ponto de venda ou no vencimento. O total de perdas não realizadas nas carteiras administradas era de US\$ 43 073 997 em 31 de dezembro de 2022 (2021: US\$ 11 360 821), refletindo a rápida elevação dos juros de curto prazo e o aumento da duração das carteiras. Em conformidade com a decisão do Comitê de Investimentos, os gestores externos optam por vender alguns títulos para aproveitar os novos rendimentos que resultarão em maiores rendimentos a longo prazo, mas considerando um nível racional de perdas realizadas. Nas carteiras administradas, os saldos temporários de caixa são o resultado de reposicionamento, rebalanceamento ou vencimentos naturais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa era de US\$ 4 290 846.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Natureza dos instrumentos financeiros

A Nota 2.3 apresenta os detalhes das políticas e métodos contábeis significativos adotados, incluídos os critérios para o reconhecimento e desreconhecimento, para a mensuração e para o reconhecimento de ganhos e perdas em relação a cada classe de ativos e passivos financeiros. Instrumentos financeiros e método de avaliação.

Instrumentos financeiros e método de avaliação	2022 Custo amortizado	2022 Valor justo de mercado	2021 Custo amortizado	2021 Valor justo de mercado
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	178 929		167 326	
Caixa e equivalentes de caixa (ativos do plano)	2 902		2 473	
Investimentos de curto prazo				
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento)	50 959		174 063	
Investimentos de longo prazo				
Notas de renda fixa (ativos do plano)		14 115		19 004
Carteiras administradas (disponíveis para venda)		981 684		955 795
Contas a receber	380 810		338 618	
Contas a pagar	90 503		41 448	
Total	704 103	995 799	723 928	974 799

5.2 Risco de taxa de juros

A Organização está exposta ao risco de taxa de juros tanto nos investimentos de curto prazo como nos de longo prazo. Os montantes do capital são lançados pelo custo amortizado dos investimentos mantidos até o vencimento e pelo valor justo no caso dos investimentos disponíveis para venda.

	Data de vencimento efetiva	Taxa de juros efetiva	Juros fixos	Juros flutuantes	Não remunerado
Total de caixa e equivalentes de caixa	< 90 dias	4.47%		2 902	178 929
Investimento de curto prazo					
Certificados de depósito	31 dias	6.53%	50 959		
Investimentos de longo prazo					
Ativos do plano	Imediato	1.97%	14 115		
Carteiras administradas	4,5 anos	4.62%	981 684		
Total			1 046 759	2 902	178 929

A Organização detém certas notas de renda fixa que o emissor tem direito de resgatar antes da data de vencimento.

Instrumentos resgatáveis

Emissor	Principal	Juros	Vencimento	Datas de resgate
Federal Farm Credit Bank	9 248	1,83%	16-nov-35	31-dez-22
Federal Farm Credit Bank	4 821	2,23%	29-set-36	31-dez-22

Representa apenas o principal e não abrange juros acumulados no montante de US\$ 45 707.

As variações das taxas de juros de mercado influenciam o valor justo e os fluxos de caixa futuros dos instrumentos de investimento. Essa influência é irrelevante para os investimentos mantidos até o vencimento, mas afetaria a demonstração da

situação financeira no caso dos investimentos de renda fixa disponíveis para venda e a demonstração do desempenho financeiro no caso dos investimentos de taxa variável disponíveis para venda. A parcela da carteira de investimentos da OPAS disponível para venda composta por instrumentos de taxa variável é insignificante e as flutuações das taxas não teriam um efeito relevante. No entanto, uma alteração das taxas de mercado no caso dos investimentos de renda fixa disponíveis para venda poderia afetar de forma relevante a demonstração da situação financeira.

Uma flutuação das taxas de juros de mercado de 100 pontos-base teria o seguinte impacto sobre o valor justo de mercado dos investimentos de renda fixa disponíveis para venda:

Valor justo de mercado dos investimentos de renda fixa em 31-12-22	Aumento de 100 pontos-base	Varição do valor justo de mercado	Diminuição de 100 pontos-base	Varição do valor justo de mercado
981 843	964 357	(17 487)	999 752	17 909

5.3 Risco de crédito

O risco de crédito máximo representa o valor contábil dos empréstimos e contas a receber. As diretrizes de investimento da OPAS estipulam limites ao nível de exposição ao risco de crédito de uma única contraparte. Contudo, pode haver algum risco de insolvência da contraparte associado à concentração dos instrumentos financeiros e depósitos à vista no setor bancário. Essas concentrações significativas no setor bancário equivalem a 33% do total de caixa e dos investimentos de curto prazo e de longo prazo.

Risco de crédito	2022		2021	
Caixa e equivalentes de caixa	83 792	8.4%	75 063	7.7%
AAA	656 217	66.0%	537 826	55.2%
AA	64 825	6.5%	107 675	11.0%
A	145 789	14.7%	209 402	21.5%
BBB	43 602	4.4%	45 082	4.6%
Total	994 226	100%	975 049	100%

Os requisitos mínimos de qualidade de crédito aplicados a todos os investimentos, conforme o definido na Política de Investimentos, se enquadram no intervalo do grau de investimento.

O caixa e equivalentes de caixa abarca US\$ 2 901 855 mantidos no fundo do mercado monetário do TAREP.

Os investimentos de longo prazo e as carteiras administradas da OPAS são mantidos da seguinte maneira:

Tipo de investimento	2022	2021
Fundos do mercado monetário	7 193	13 834
Emissões do governo e de agências dos EUA	587 736	471 509
Títulos lastreados em hipotecas e em ativos	61 594	53 676
Títulos privados	290 529	370 980
Depósitos bancários	37 454	61 229
Títulos municipais	9 722	3 820
Total dos investimentos de longo prazo	994 226	975 049

O valor de mercado total nos dois quadros acima não abrange juros acumulados no montante de US\$ 4 634 191 nem taxas acumuladas no montante de US\$ 159 399.

A maioria das contas a receber é devida pelos Estados Membros da OPAS na forma de contribuições fixas e contribuições voluntárias e pelos Estados Membros participantes dos fundos de compras. Em conformidade com as IPSAS e a política contábil da OPAS, todas as contas a receber foram examinadas para determinar se havia risco da contraparte. As reduções ao valor recuperável aumentaram em US\$ 2,7 milhões em 2022, resultando em um total dessas reduções de US\$ 36,0 milhões (ver a Nota 6).

5.4 Risco cambial

A demonstração da situação financeira não reflete uma exposição significativa ao risco cambial, pois os depósitos em moeda estrangeira em qualquer momento são irrelevantes ou se destinam a gastos em moeda estrangeira. No decorrer do exercício, uma pequena porcentagem dos gastos (10%) é desembolsada em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos. Esses desembolsos não estão protegidos, mas são cobertos por receitas em moedas nacionais e pela compra de moeda nacional no mercado de acordo com as necessidades no momento do desembolso.

As contribuições e as contas a receber são estabelecidas e devem ser recebidas em dólares, mas podem ser recebidas em moeda estrangeira mediante a anuência da Organização caso o montante possa ser absorvido pelas representações em um prazo de 30 dias.

Os saldos bancários em moeda local mantidos na Venezuela e em Cuba estão sujeitos a restrições que dificultam o repatriamento de recursos excedentes para as contas bancárias da sede da OPAS nos Estados Unidos. Em 31 de dezembro, um saldo de US\$ 2,8 milhões permanecia em Cuba para fins operacionais e um saldo irrelevante (US\$ 19 869) é mantido na Venezuela. Essas restrições aumentam o risco cambial para a Organização. A OPAS tomou as medidas necessárias para mitigar os riscos e identificou mecanismos de câmbio para facilitar a gestão desses saldos. Os saldos da OPAS em moeda local além dos mencionados acima são mínimos.

O risco cambial associado às contas a receber é mitigado por meio da política de cada fundo que rege a aceitação de moeda local. As diferenças cambiais são absorvidas pelo Estado Membro ou pelo doador ou, em casos excepcionais, pela Organização como uma despesa administrativa. O risco cambial associado a contas a pagar materiais é administrado caso a caso para mitigar qualquer impacto negativo sobre a Organização.

5.5 Risco de liquidez

A Organização está exposta a um risco de liquidez limitado, associado a passivos financeiros não derivados. As receitas diferidas são principalmente de curto prazo e mantidas em caixa. Controles orçamentários asseguram que a execução das adjudicações seja lastreada pela disponibilidade de caixa.

6. Contas a receber

	31 de dezembro de 2022	Total 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Total 31 de dezembro de 2021
Circulante				
Contribuições fixas ¹		64 992		74 782
Fundo de Equalização de Impostos				
Contribuições voluntárias		133 672		121 873
Contribuições voluntárias – Preparação para emergência e assistência em caso de desastres	37 389		17 868	
Contribuições voluntárias	63 068		75 095	
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	33 215		28 910	
Fundos de compras		82 983		62 192
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	76 096		56 882	
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	6 887		5 310	
Saldo devido pela OMS por atividades de financiamento entre organizações		195		
Adiantamentos ao pessoal		2 924		3 010
Gastos pré-pagos		4 538		11 641
Valores a receber diversos		8 628		5 231
Provisão para contas de cobrança duvidosa ²		(35 972)		(33 280)
Total		261 960		245 449
Não circulante				
Contribuições voluntárias		108 992		90 503
Contribuições voluntárias	20 591		786	
Contribuições voluntárias: Contribuições voluntárias nacionais	18 380		18 645	
Contribuições destinadas à manutenção e melhoria de bens imóveis	70 021		71 072	
Contribuições avaliadas pela OPAS e diversos		1 250		1 250
Fundos de compras		27		27
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas		13 119		13 030
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	11 529		11 440	
Total		123 388		104 810

¹ Ver a Nota 6.1.² Ver a Nota 6.2.

6.1 Contas a receber relativas às contribuições fixas

	Em atraso	2022	Total 2022	Total 2021
Antígua e Barbuda		36	36	
Argentina	3 139	3 361	6 500	6 054
Aruba	28	36	64	28
Bahamas		7	7	
Bolívia		79	79	
Brasil	5 511	13 957	19 468	11 172
Chile		529	529	2 168
Colômbia				1 714
Costa Rica				19
Curaçao	92	36	128	92
Dominica		36	36	
El Salvador		86	86	154
França		5	5	1
Granada		36	36	
Guiana				2
Haiti				28
Países Baixos		36	36	
Paraguai	91	97	188	91
Peru				699
Porto Rico	300	58	358	415
São Cristóvão e Névis		36	36	
Santa Lúcia	7	36	43	7
São Martinho	21	36	57	21
São Vicente e Granadinas		36	36	
Suriname				28
Reino Unido				27
Estados Unidos		25 140	25 140	42 146
Venezuela	9 916	2 208	12 124	9 916
TOTAL *	19 105	45 887	64 992	74 782

* As contribuições fixas pendentes totalizaram US\$ 65,0 milhões, um decréscimo de US\$ 9,8 milhões frente a 2021. Em consequência do atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente o saldo de caixa do Fundo de Capital de Giro e recursos de outras fontes internas irrestritas.

6.2 Flutuações da provisão para contas a receber de cobrança duvidosa

Descrição	31 dezembro 2021	Aumento / (diminuição)	31 dezembro 2022
Contribuições fixas	17 469	3 038	20 507
Outras contribuições fixas e receitas diversas (por exemplo, IVA)	2 072	(286)	1 786
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	11 454	91	11 545
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	1 614	(42)	1 572
PROMESS	573	(41)	532
PANAFTOSA	66	(59)	7
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	32	(29)	3
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais		20	20
TOTAL	33 280	2 692	35 972

7. Estoques

Em 2022 e devido à pandemia de COVID-19, a OPAS continuou a gerir um estoque de provisões médicas relacionadas à COVID-19 registrado na rubrica do fundo para a preparação para emergências e assistência em caso de desastres. Além disso, também registrou estoques referentes ao PANAFTOSA, ao PROMESS e ao CLAP que dizem respeito a suas atividades específicas de venda de serviços.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PROMESS	1 126	1 048
CLAP	25	39
OPAS, Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	15 985	7 569
Centro Pan-Americano de Febre Aftosa	468	318
Saldo final dos estoques	17 604	8 974

8. Ativo imobilizado

2022	Terreno	Prédios	Ativos em construção	Outros ^{1/}	Total
Custo em 1º de janeiro	107 494	31 394		3 995	142 883
Acréscimos			8 343	663	9 006
Alienações				(154)	(154)
Desvalorização					
Ajustes					
Reavaliações líquidas					
Custo em 31 de dezembro	107 494	31 394	8 343	4 504	151 735
Depreciação em 1º de janeiro		920		2 872	3 792
Cobrado no período corrente		920		530	1 450
Alienações				(155)	(155)
Ajustes					
Reavaliações líquidas					
Depreciação em 31 de dezembro		1 840		3 247	5 087
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2022	107 494	29 554	8 343	1 257	146 648
2021	Terreno	Prédios	Ativos em construção	Outros	Total
Custo em 1º de janeiro	107 494	31 394		3 834	142 722
Acréscimos				399	399
Alienações				(238)	(238)
Desvalorização					
Ajustes					
Reavaliações líquidas					
Custo em 31 de dezembro	107 494	31 394		3 995	142 883
Depreciação em 1º de janeiro				2 607	2 607
Cobrado no período corrente		920		503	1 423
Alienações				(238)	(238)
Ajustes					
Reavaliações líquidas					
Depreciação em 31 de dezembro		920		2 872	3 792
Valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2021	107 494	30 474		1 123	139 091

^{1/} Abrange veículos no montante de US\$ 1,0 milhão.

8.1 Ativos transferidos com condições

De acordo com o documento de doação registrado no Registro Público, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), seus sucessores e cessionários concederam à OPAS a propriedade do terreno no qual estão localizados os prédios da Representação da OPAS/OMS no Brasil. O documento estipula também que a OPAS não pode transferir, alugar nem emprestar o terreno doado sob pena de revogação da doação. Caso o terreno seja vendido para a mesma finalidade (ou seja, estabelecimento de uma sede), a OPAS deve obter o consentimento por escrito do governo e pagar a ele o valor atual do terreno. Isso não abrange os prédios nem nenhum outro bem imóvel. Devido à restrição imposta à venda do terreno e à exigência de pagar ao Governo do Brasil o valor atual do terreno, a Organização reconheceu essa propriedade na demonstração da situação financeira como um ativo e como um passivo (Nota 11).

8.2 Reavaliação dos terrenos e prédios

Seguindo as políticas contábeis da Organização (Nota 2.8), faz-se uma reavaliação a cada cinco anos. Uma reavaliação completa foi feita em 2020 por um avaliador independente com experiência em avaliação, assessoria e serviços de consultoria. O avaliador era afiliado à Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS), ao Appraisal Institute of Canada e ao Urban Land Institute (ULI).

Os montantes decorrentes da avaliação feita em dezembro de 2020 de cada propriedade da Organização são os seguintes:

Prédios	Referência	Fundo *	31 de dezembro de 2020
Argentina		ACP	760
Barbados		ACP	2 350
Brasil		ACP	3 175
Jamaica		ACP	1 700
Guatemala		MCIF	2 450
Guiana		ACP	413
Haiti		ACP	1 050
Washington DC – 2121 Virginia Ave. NW		MCIF	18 500
Paraguai		ACP	685
Venezuela		ACP	311
Prédios, subtotal	Nota 8		31 394
Terrenos			
Brasil		ACP	8 659
Haiti		ACP	200
Washington DC – 525 23rd St.		ACP	57 000
Washington DC – 2121 Virginia Ave. NW		ACP	37 500
Peru		ACP	3 770
Venezuela		ACP	365
Terrenos, subtotal	Nota 8	ACP	107 494
Total			138 888

*ACP: Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas

FMIC: Fundo Mestre de Investimentos de Capital

	Terreno	Prédio
Data efetiva da reavaliação	Dezembro 2020	Dezembro 2020
Envolvimento de avaliador independente	Sim	Sim
Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimação dos valores justos dos ativos	<p>Valor justo em conformidade com as Uniform Standards of Professional Appraisal Practice (USPAP), a Edição Global do guia Valuation — Professional Standards 2017 (Red Book) da RICS e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS).</p> <p>A avaliação foi feita após a identificação de dados e tendências de mercado na economia regional e local, uso dos terrenos na vizinhança, oferta e demanda de espaços concorrentes, transações comparáveis de aluguel e venda, e taxas de capitalização de mercado para propriedades geradoras de renda.</p> <p>O prédio da sede, localizado na 23rd Street NW, Washington DC, e os prédios do Peru estão avaliados em zero com base na análise de mercado e da vizinhança, concluindo que o melhor e mais alto uso dos imóveis seria o desenvolvimento de novos prédio por um investidor (especulação com o terreno) ou um incorporador.</p> <p>A avaliação do prédio da sede da OPAS na 23rd Street NW, Washington DC, tinha como um dos seus pressupostos que o prédio não está legalmente protegido como um patrimônio histórico. Nenhuma determinação nesse sentido foi feita até a data de hoje e, por isso, é razoável avaliar o prédio na sua situação atual.</p>	
Até que ponto os valores justos dos ativos foram determinados diretamente por meio de consultas dos preços observáveis num mercado ativo ou de transações de mercado recentes em condições de mercado ou foram estimados usando outras técnicas de avaliação	<p>Na prática da avaliação, uma abordagem de valor é incluída ou omitida com base na sua aplicabilidade ao tipo de propriedade a ser avaliada e à qualidade e à quantidade das informações disponíveis. Para alguns imóveis específicos, foram aplicadas mais de uma das três abordagens de avaliação a seguir e calculou-se a média.</p> <p>A abordagem de custo foi usada nos casos de Barbados, Brasil, Jamaica, Guiana e Haiti. Baseia-se na proposta de que o comprador informado não pagaria mais pelo bem imóvel em questão do que o custo para produzir um imóvel substituto com utilidade equivalente. Essa abordagem se aplica especialmente quando a propriedade a ser avaliada contém melhorias relativamente novas que representam o maior e melhor uso do terreno, ou quando as melhorias são relativamente únicas ou especializadas e são encontradas em poucos imóveis comparáveis à disposição para venda ou aluguel.</p> <p>A abordagem de comparação de vendas foi usada nos casos da Guatemala, Guiana, Washington DC, Paraguai, Peru e Venezuela. São usadas vendas de propriedades comparáveis, ajustadas pelas diferenças, para indicar um valor para o bem imóvel em questão. A avaliação normalmente é feita usando unidades físicas de comparação, como preço por metro quadrado, preço por unidade, preço por andar, etc., ou unidades econômicas de comparação, como o multiplicador de aluguel bruto. Ajustes são aplicados às unidades físicas de comparação decorrentes da venda usada para fins de comparação. A unidade de comparação escolhida para o bem imóvel em questão é então usada para produzir um valor total. As unidades econômicas de comparação não são ajustadas, mas analisadas quanto às diferenças pertinentes, e a estimativa final é derivada com base nas comparações gerais.</p> <p>A abordagem de capitalização de renda foi usada nos casos da Argentina, Barbados, Jamaica, Guatemala, Guiana, Haiti, Washington DC, Paraguai e Peru. Reflete a capacidade de geração de renda do bem imóvel em questão. Essa abordagem se baseia no pressuposto de que é gerado valor pela expectativa dos benefícios a serem obtidos no futuro. Estima-se especificamente o valor que um investidor estaria disposto a pagar para receber um fluxo de renda mais o valor de reversão de uma propriedade durante um período de tempo.</p>	
Indicação de que o valor contábil de um ativo reavaliado pode diferir materialmente do que seria determinado se o ativo fosse reavaliado na data do relatório.	<p>Não ocorreram mudanças significativas ao longo do período, nem ocorrerão no futuro próximo, no ambiente tecnológico, econômico, jurídico ou de mercado no qual a entidade atua, nem no mercado em que os ativos são usados.</p>	

9. Ativo intangível

A Organização apresenta em separado os itens do ativo intangível que estão disponíveis para uso e sujeitos a amortização.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos intangíveis disponíveis para uso		
Custo em 1º de janeiro	4 724	4 313
Acréscimos	735	571
Alienações		(160)
Custo em 31 de dezembro	5 459	4 724
Amortização em 1º de janeiro	4 081	3 965
Cobrado no período corrente	328	276
Alienações		(160)
Amortização em 31 de dezembro	4 409	4 081
Total do ativo intangível	1 050	643

10. Obrigações acumuladas

	31 de dezembro de 2022	Total 31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Total 31 de dezembro de 2021
Contribuições voluntárias		17 992		14 877
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	4 409		1 342	
Contribuições voluntárias	1 412		847	
Contribuições voluntárias nacionais	12 171		12 688	
Compras de provisões de saúde pública		3 813		748
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	3 813		61	
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros			42	
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública			645	
OMS – Contribuições voluntárias		1 839		1 177
Emergência por epidemia		7		
Seguro-saúde do Pessoal				386
Receita de serviços		40		31
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas		77		692
Contribuições fixas e receitas diversas		680		4 295
Encargo de Ocupação de Postos		6 394		5 402
Provisão para benefícios por rescisão		1		
Fundo Mestre de Investimentos de Capital		1 853		118
Provisão para direitos estatutários		29		
Equalização de impostos		1 285		
SHI, despesas administrativas repassadas a serem transferidas para a OMS				1
Orçamento Ordinário da AMRO		252		
Total		34 262		27 727

11. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Contribuições fixas recebidas antecipadamente	575	53
Contribuições voluntárias de acordos caducados	2 532	2 219
Compras de provisões de saúde pública	71 595 *	23 150
Saldo devido à Organização Mundial da Saúde devido a transações entre escritórios.		3 779
Diversos	15 801	12 247
Total	90 503	41 448
Não circulante		
Ativo com passivo restrito – Imóveis em Brasília, Brasil (Nota 8.2)	8 659	8 659
Total	8 659	8 659

* Abrange um reembolso de US\$ 64,3 milhões devido ao Ministério da Saúde do Brasil.

12. Benefícios aos empregados

Nos termos do Regulamento do Pessoal da Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização concede alguns benefícios a seus empregados que podem ser classificados como passivo de curto prazo e outros que podem ser classificados como passivo de longo prazo. Os benefícios aos empregados classificados como passivo de curto prazo são o subsídio para educação, a viagem relacionada com o subsídio para educação e o subsídio por novo destino. Os benefícios aos empregados que podem ser categorizados como passivo de longo prazo abrangem certos pagamentos finais, como o pagamento da licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e outras indenizações relacionadas ao desligamento do serviço, conforme o caso.

Para acumular os recursos necessários para fazer face a esse passivo de curto prazo e de longo prazo, a Organização criou três fundos.

12.1 Fundo de Benefícios do Pessoal

Estabelecido em janeiro de 2008, financia as obrigações de curto prazo do subsídio para educação, das viagens relacionadas com o subsídio para educação e do subsídio por novo destino. Recebe aportes mensais de contribuições da Organização calculados com base na folha de pagamento.

12.2 Fundo do Seguro-saúde Pós-Serviço (ASHI)

Estabelecido em 2010, este plano, integrado por múltiplos empregadores, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes ao seguro-saúde dos funcionários atuais e ex-funcionários nos próximos anos. Faz parte do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da Organização Mundial da Saúde (OMS), administrado pelo Comitê de Supervisão Global (GOC, do inglês *Global Oversight Committee*), que assessora o Diretor-Geral da OMS. O GOC examina as operações e a situação financeira do SHI, incluídos os níveis dos benefícios e contribuições, examina a estabilidade financeira e a adequação da reserva financeira, examina o relatório anual e o desempenho global, organiza estudos atuariais periódicos e aprova os pressupostos subjacentes, examina os relatórios atuariais e recomenda as mudanças necessárias no SHI, e analisa os relatórios dos auditores externos e internos. A Direção da OPAS tem um membro permanente e o pessoal da OPAS conta com um representante em caráter de rodízio.

A receita deste plano provém das contribuições arrecadadas das entidades participantes e do pessoal na ativa e aposentados dessas entidades para o SHI. As contribuições costumam ser financiadas na proporção de dois terços pelas entidades participantes e um terço pelos participantes. Além disso, o plano recebe receita financeira proveniente da renda de investimentos administrados externamente, bem como de juros sobre o investimento de excedentes de caixa.

O SHI aplica três estratégias para melhorar o financiamento das obrigações do ASHI: assegurar que as contribuições sejam suficientes para acumular ativos que ajudem a fazer face à obrigação por benefícios definidos; conter custos por meio de negociações regulares com provedores da área de saúde para limitar o impacto da inflação médica, da gestão de casos e da revisão do desenho do plano; e alcançar uma taxa média de retorno prevista de 3,7% sobre os investimentos em um horizonte de longo prazo.

Um comitê permanente global — o Comitê de Supervisão Global — é estabelecido para decidir sobre os pedidos de reembolso de despesas médicas a ele encaminhadas de acordo com as regras do SHI. Esse comitê também recomenda emendas às regras e práticas do SHI. A OPAS tem um representante nesse comitê.

As atividades relacionadas à obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial global anual elaborado para a Secretaria do SHI por um atuário independente. Nesse relatório, são apresentadas as atividades segregadas para cada uma das organizações participantes do SHI, incluída a OPAS. O relatório atuarial deste ano abrange várias informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

141(a) (i) O SHI reembolsa os gastos relacionados com a atenção à saúde, assim como os respectivos custos administrativos, do pessoal, dos aposentados e de seus dependentes e sobreviventes que cumpram os critérios estabelecidos. O ASHI é a parte do SHI que cobre os aposentados e seus dependentes e sobreviventes.

(ii) O ASHI não está sujeito a nenhum quadro regulatório ou estatutário externo. Contudo, o financiamento global da OMS é regido pelas contribuições de suas nações membros.

(iii) O Comitê de Supervisão Global (GOC) rege todo o SHI, incluído o ASHI. Esse comitê mantém reuniões periódicas, nas quais se faz um monitoramento da experiência histórica e se analisam possíveis mudanças no desenho e administração do plano.

141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelo plano são a variação das taxas de desconto, os índices de inflação geral futuros, os índices de aumento dos custos médicos e o retorno dos ativos.

141(c) Não ocorreram alterações no plano, ou quaisquer cortes ou liquidações, no exercício de 2022 do plano.

141(d) A taxa de desconto é calculada com base nos rendimentos de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos e na exposição cambial pressuposta para cada agrupamento de representações. O atuário recomendou a metodologia da taxa de desconto; a OPAS examinou e aprovou essa metodologia.

142–143 Não há direitos de reembolso prospectivos relacionados ao plano.

144–145A OPAS, como organização membro do Seguro-saúde do Pessoal da OMS, está sujeita às políticas implementadas pelo Comitê Consultivo de Investimentos da OMS. Esse comitê examina periodicamente as carteiras de investimento para verificar se o nível de retorno e o nível de risco dos investimentos são adequados para o Fundo. Os fundos de longo prazo são administrados por gestores de fundos externos que investem principalmente em títulos públicos e privados, e em ações. A carteira de investimentos de renda fixa é coberta nas proporções de 50% em dólares dos EUA, 30% em francos suíços e 20% em euros de modo a coincidir com as moedas das obrigações do Fundo.

Em 2022, as proporções de cobertura foram ajustadas para 50% em dólares dos EUA, 40% em francos suíços e 10% em euros para coincidir com as proporções atualizadas dos desembolsos por moeda nos últimos anos.

146 Mais detalhes podem ser consultados em “Pressupostos e métodos atuariais” (Nota 12.6) neste relatório.

147 Consulte as análises de sensibilidade à taxa de desconto e as taxas dos futuros aumentos dos custos médicos, apresentadas na Nota 12.8 deste relatório.

O SHI historicamente não revela a análise de sensibilidade ao pressuposto geral da inflação.

O atuário determinou explicitamente os resultados financeiros, empregando os pressupostos alternativos modelados. A principal limitação desse enfoque é que ele apenas ilustra os resultados em potencial, sem quantificar a faixa provável das futuras taxas de desconto nem dos aumentos dos custos médicos.

Desde o período anterior, não há mudanças no alcance da análise de sensibilidade divulgada.

- 148 As carteiras de investimento do SHI são examinadas periodicamente pelo Comitê Consultivo de Investimentos da OMS para verificar se o nível de retorno e o nível de risco dos investimentos são adequados para o Fundo. Os fundos de longo prazo são administrados por gestores de fundos externos que investem principalmente em títulos públicos e privados, e em ações. A carteira de investimentos de renda fixa é coberta nas proporções de 50% em dólares dos EUA, 30% em francos suíços e 20% em euros de modo a coincidir com as moedas das obrigações do Fundo.
- 149(a) Como organização participante do SHI, a OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. O GOC manifestou a intenção de acumular recursos no futuro para aproximadamente financiar a totalidade da obrigação contábil. O principal mecanismo para alcançar esse objetivo é fazer aumentos constantes das contribuições para o Fundo SHI global, acumulando ativos. O GOC continua a monitorar essa estratégia e se reserva o direito de fazer mudanças futuras.
- 149(b) As informações sobre a contribuição prevista para o próximo ano podem ser consultadas na Nota 12.7 abaixo.
- 149(c) Consulte o quadro da análise de sensibilidade na Nota 12.8 abaixo.

12.3 Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP)

Estabelecido em abril de 1972, este plano de benefícios definidos da OPAS reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes aos pagamentos no caso de rescisão do contrato de trabalho e abrange a licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e a mudança dos móveis e pertences. As atividades da obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial anual elaborado por um atuário independente. O relatório atuarial deste ano contém as seguintes informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39, como segue:

- 141(a) (i) O Plano para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP) oferece certos benefícios após o desligamento do serviço, como pagamentos de férias acumuladas; benefícios por repatriação, invalidez e morte; e indenizações pelo desligamento do serviço.
- (ii) O TAREP não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo, mas o financiamento global da OPAS é regido pelo contributo dos seus países membros.
- (iii) Não foi estabelecido um comitê de governança formal para o TAREP. A Direção da OPAS supervisiona as operações do TAREP em conformidade com as regras do pessoal.
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos.
- 141(c) Não ocorreram alterações no plano, nem cortes ou liquidações, no exercício de 2022 do plano.
- 141(d) A taxa de desconto é elaborada para outros benefícios que não as férias acumuladas. Essa taxa é calculada com base nos rendimentos de mercado de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos na exposição cambial pressuposta para esses benefícios. O atuário recomendou a metodologia da taxa de desconto; a OPAS examinou e aprovou essa metodologia.
- 144 O TAREP detém os seguintes instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa em uma conta de mercado monetário totalizando US\$ 2 901 855 (detalhes na Nota 3), e instrumentos de dívida em notas de longo prazo de agências federais dos Estados Unidos com classificação AAA e valor de mercado total de US\$ 14 155 255 em 31 de dezembro de 2022 (detalhes na Nota 5.3).

- 145 O TAREP não tem instrumentos financeiros transferíveis.
- 146 Mais detalhes sobre o processo de seleção da taxa de desconto podem ser consultados em “Pressupostos e métodos atuariais” (Nota 12.6) neste relatório.
- 147 Uma análise de sensibilidade é apresentada mais à frente, na Nota 12.8. O quadro pode conter cenários hipotéticos nos quais as taxas de desconto são negativas. As taxas de desconto podem se tornar negativas se justificado com base nos rendimentos dos títulos privados na data de medição.

O atuário determinou explicitamente os resultados financeiros empregando os pressupostos alternativos modelados. A principal limitação desse enfoque é que ele apenas ilustra os resultados em potencial, sem quantificar a faixa provável das futuras taxas de desconto.

Desde o período anterior, não há mudanças no alcance da análise de sensibilidade.

- 148 O TAREP não conta com *hedge* de ativos-passivos.
- 149(a) A OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano.

Contudo, a OPAS tem como intenção manter ativos para se aproximar do financiamento integral da obrigação contábil com o passar do tempo. O principal mecanismo para alcançar esse objetivo é fazer com que as contribuições cubram parte ou a totalidade dos pagamentos de benefícios de cada ano à medida que eles se tornem vincendos, em vez de recorrer aos ativos do plano para pagar os benefícios.

Atualmente, o TAREP tem um saldo de US\$ 17 milhões em ativos. Além disso, a Organização tem um saldo de US\$ 2,2 milhões no Fundo de Provisão para Pagamentos por Rescisão, que está disponível para cobrir as indenizações atuais e futuras por rescisão do contrato de trabalho.

- 149(b) Para outros benefícios que não as férias acumuladas e as respectivas contribuições previstas, consulte o quadro na Nota 12.7. Para as férias acumuladas, as contribuições previstas não são projetadas atuarialmente.
- 149(c) Consulte o quadro da análise de sensibilidade na Nota 12.8.

12.4 Obrigação por benefícios definidos líquida

Em 31 de dezembro de 2022, a situação do passivo circulante e não circulante referente aos benefícios definidos segundo os cálculos dos consultores atuariais é a seguinte:

	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação	Total 2022	Total 2021
Passivo circulante		3 033	3 033 ¹	2 717
Passivo não circulante	133 139	3 765	136 904	296 142
Total	133 139	6 799	139 938	298 859

¹ A OPAS dispõe de US\$ 2 218 751 na Provisão para o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho para cobrir as indenizações atuais e futuras das rescisões, que pode ser aplicada para reduzir essa obrigação por benefícios definidos líquida (2021: US\$ 1 142 644).

- Ganhos e perdas (variações inesperadas no excedente ou déficit) são reconhecidos de imediato no balanço e não impactam gastos passados nem futuros.
- Não existe direito de reembolso.

- As contribuições previstas da Organização em 2023 estão estimadas em US\$ 10 847 830 para o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e US\$ 1 779 663 para o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação.

12.5 Avaliações atuariais dos benefícios pós-emprego e dos outros benefícios relacionados ao desligamento do serviço

Em 2022, as taxas de contribuição para esses dois fundos de longo prazo foram 5% do salário-base líquido mais o reajuste por lugar de destino, creditado no Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, e 6% do salário-base, creditado no Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço.

12.6 Pressupostos e métodos atuariais

Entre os outros benefícios de longo prazo aos empregados figuram a viagem de licença ao país de origem, acumulada mensalmente. Os empregados que têm direito a esse benefício devem obtê-lo e usá-lo a cada dois anos.

Pressuposto	Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação
Norma contábil	Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público 39	
Data de medição	31 dezembro 2022	
Taxa de desconto	5,6%	5,1%
Inflação geral	2,4%	2,3%
Aumentos dos custos médicos	Estados Unidos: 4,5% em 2023, recuando gradualmente até 3,85% em 2030 e anos posteriores. Resto do continente: 7,3% em 2023, recuando gradualmente até 3,9% em 2034 e anos posteriores.	Não se aplica.
Alterações futuras na taxa de contribuição dos participantes	As taxas de contribuição dos participantes (como porcentagem do pagamento/pensão) não estão programadas para mudar após 2022. As mudanças nessas taxas serão tratadas como alterações do plano e serão refletidas nos gastos por serviços passados para fins contábeis.	Não se aplica.
Expectativa de vida	As taxas de mortalidade são compatíveis com as taxas recomendadas pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas por meio das orientações para harmonização.	
Custos médicos médios	Os custos nos EUA e fora dos EUA foram projetados com base na experiência recente, ajustados pelas tendências de mercado e pelas medidas de contenção de custos do SHI.	Não se aplica.
Aceitação efetiva da cobertura no momento da aposentadoria	Prevê-se que os participantes com menos de 9 anos de serviço no momento da aposentadoria optem por renunciar à cobertura do ASHI. Em contrapartida, prevê-se que 94% dos participantes com mais de 9 anos de serviço no momento da aposentadoria escolham aceitar a cobertura do ASHI.	Não se aplica.

Os quadros a seguir fornecem mais informações e uma análise das obrigações relacionadas aos benefícios aos empregados calculadas pelos atuários.

12.7 Resumo atuarial do Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e do Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação

Descrição	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação	Total 2022	Total 2021
Conciliação das obrigações por benefícios definidos				
Obrigações por benefícios definidos (saldo inicial)	380 345	24 541	404 886	432 421
Custo do serviço	9 945	2 561	12 506	14 109
Juros sobre as obrigações por benefícios definidos	11 824	598	12 422	11 993
Pagamentos efetivos de benefícios brutos pós-serviço e reembolsos do Medicare	(11 707)	(2 561)	(14 268)	(11 026)
Gastos administrativos efetivos pós-serviço	(805)		(805)	(839)
Contribuições efetivas pelos participantes pós-serviço	2 676		2 676	2 554
Alterações no plano adotadas				
Mudanças nos métodos contábeis				
(Ganho)/perda nas obrigações por benefícios definidos decorrente de mudanças nos pressupostos financeiros	(126 036)	(1 899)	(127 935)	(9 736)
(Ganho)/perda nas obrigações por benefícios definidos decorrente de mudanças em outros pressupostos	(60 061)	575	(59 486)	(33 784)
Juros sobre reserva incorrida, mas ainda não paga	189		189	195
(Ganho)/perda nas obrigações por benefícios definidos na reserva registrada, mas não paga	1 760		1 760	(1 001)
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2022	208 130	23 815	231 945	404 886
Conciliação dos ativos do plano				
Valor de mercado dos ativos do plano (saldo inicial)	84 550	21 477	106 027	97 473
Pagamentos efetivos de benefícios brutos e reembolsos do Medicare	(21 409)	(2 561)	(23 970)	(18 443)
Gastos administrativos do SHI	(1 578)		(1 578)	(1 681)
Contribuições dos participantes do SHI	8 720		8 720	6 448
Contribuições da Organização, excluindo contribuições de 4% do salário	13 886		13 886	17 719
Contribuições adicionais da Organização	3 245	2 561	5 806	2 153
Juros sobre os ativos líquidos	2 628	537	3 165	2 689
Ganho/(perda) com os ativos do plano	(15 050)	(4 997)	(20 047)	(330)
Ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	74 992	17 017	92 009	106 028
Conciliação da situação do financiamento				
Obrigações por benefícios definidos				
Ativos	83 133	23 815	106 948	171 385
Incorridos, mas não pagos	117 138		117 138	5 910
Inativos	7 859		7 859	227 591
Total das obrigações por benefícios definidos	208 130	23 815	231 945	404 886
Ativos do plano				
Ativos do plano brutos	74 992	17 017	92 009	106 027
Total dos ativos do plano	74 992	17 017	92 009	106 027
Passivo/(ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira				
Circulante		3 033	3 033	2 717
Não circulante	133 139	3 765	136 904	296 142
Total do passivo (ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira	133 139	6 799	139 938	298 859
Gastos para 2022				
Gastos por serviços	9 945	2 561	12 506	14 109
Gastos com juros	9 386	61	9 447	9 499
Alterações no plano adotadas				
Total dos gastos reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro	19 331	2 622	21 953	23 608
Contribuições previstas para 2023				
Contribuições pelo/para o pessoal ativo, excluindo pedidos de reembolso e custos administrativos	5 385		5 385	8 016
Contribuições da OPS para inativos	5 462	1 780	7 242	7 884
Total das contribuições previsto para 2023	10 847	1 780	12 627	15 900

Nota: Do total da atividade atuarial anual de -US\$ 158 921 297 (2021: -US\$ 36 090 008) as distribuições são as seguintes: US\$ 180 794 274 (2021: US\$ 57 197 543) são informados na demonstração das mutações do ativo líquido e US\$ 21 872 977 (2021: US\$ 23 607 535) são informados na demonstração do desempenho financeiro.

Além dos ativos do Plano mantidos no fundo fiduciário do TAREP, a Organização tem um saldo de US\$ 2 218 751 (2021: US\$ 1 142 644) no Fundo de Provisão para Pagamentos por Rescisão, para cobrir as indenizações atuais e futuras por rescisão do contrato de trabalho.

As obrigações por benefícios definidos do ASHI passaram de US\$ 380,3 milhões em 2021 para US\$ 208,1 milhões em 2022. As principais variações foram: decréscimo de US\$ 95,8 milhões devido ao aumento da taxa de desconto de 3,2% para 5,6%; decréscimo de US\$ 30,2 milhões devido à atualização dos pressupostos dos custos médicos; decréscimo de US\$ 11,9 milhões devido à mudança nos dados do censo para novos aposentados; decréscimo de US\$ 19,1 milhões devido à mortalidade efetiva dos inativos em relação à taxa prevista; decréscimo de US\$ 14,2 milhões devido à alteração na base de pensão anual; e decréscimo de US\$ 11,4 milhões devido à atualização do reajuste por lugar de destino nulo em 2019.

A obrigação por benefícios definidos do TAREP passou de US\$ 24,5 milhões em 2021 para US\$ 23,8 milhões em 2022 devido à alteração da taxa de desconto de 2,5% para 5,1% e também a um decréscimo de US\$ 10,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para US\$ 9,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse decréscimo se deve principalmente a mudanças nos pressupostos econômicos (inflação geral e taxa de desconto) e é compensado parcialmente pelo impacto líquido de outros fatores.

12.8 Análise de sensibilidade médica e análise de sensibilidade da taxa de desconto

Três dos principais pressupostos na avaliação do plano de seguro-saúde pós-serviço são: 1) a taxa à qual os custos médicos devem evoluir no futuro; 2) o rendimento dos ativos e 3) a taxa de desconto usada para determinar o valor atualizado dos benefícios a serem pagos com recursos do plano no futuro. Uma vez que a taxa de inflação dos custos médicos e a taxa de desconto têm um impacto muito significativo sobre a determinação da avaliação de longo prazo da Organização, é útil fazer uma análise de sensibilidade dessas taxas. Essa análise identifica o impacto que a taxa de inflação dos custos médicos e as variáveis da taxa de desconto terão sobre a avaliação total. O estudo do atuário independente determinou o impacto do aumento ou redução dos pressupostos sobre a avaliação.

Os quadros a seguir apresentam a respectiva análise de sensibilidade de cada um dos fundos informados. A sensibilidade médica não se aplica aos dados do TAREP.

	ASHI Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2022	ASHI Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021
Análise de sensibilidade médica		
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos menos 1%	163 738	311 540
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos	200 271	380 345
Pressuposto da inflação atual dos custos médicos mais 1%	241 642	468 527
Análise de sensibilidade da taxa de desconto		
Pressuposto da taxa de desconto atual menos 1%	232 053	460 180
Pressuposto da taxa de desconto atual	200 271	380 345
Pressuposto da taxa de desconto atual mais 1%	172 125	319 896
	TAREP Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2022	TAREP Obrigação por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021
Análise de sensibilidade da taxa de desconto		
Pressuposto da taxa de desconto corrente menos 1%	24 344	25 279
Pressuposto da taxa de desconto corrente	23 816	24 541
Pressuposto da taxa de desconto corrente mais 1%	23 343	23 896

A duração aproximada das obrigações por benefícios definidos é de 2,1 anos para o TAREP e 15 anos para o ASHI.

12.9 Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

A OPAS é uma organização membro que participa do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (“o Fundo”), estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas para proporcionar aos empregados benefícios por

aposentadoria, morte, invalidez e outros benefícios relacionados. O Fundo é um plano de benefícios definidos financiado e de múltiplos empregadores. Conforme especificado no Artigo 3(b) do Regulamento do Fundo, a participação no Fundo estará aberta às agências especializadas e a qualquer outro organismo intergovernamental internacional que participe do sistema comum de salários, abonos e outras condições de serviço das Nações Unidas e agências especializadas.

O Fundo expõe as organizações participantes a riscos atuariais associados aos atuais e antigos empregados de outros organismos que participam do Fundo, cuja consequência é a inexistência de uma base uniforme e confiável para alocar a obrigação, os ativos do plano e os custos a organismos individuais participantes do Fundo. A OPAS e o Fundo, em consonância com as demais organizações participantes do Fundo, não estão em condições de identificar a parcela proporcional da OPAS da obrigação pelos benefícios definidos, os ativos do plano e os custos associados ao plano com confiabilidade suficiente para fins contábeis. Assim, a OPAS tratou esse plano como se fosse um plano de contribuições definidas, de acordo com os requisitos da IPSAS 39, Benefícios aos empregados. As contribuições da OPAS para o Fundo durante o período financeiro são reconhecidas como gastos na demonstração do desempenho financeiro.

O Estatuto do Fundo estabelece que o Comitê de Pensões providenciará que o consultor atuarial faça uma avaliação atuarial do Fundo pelo menos uma vez a cada três anos. A prática do Comitê de Pensões tem sido fazer uma avaliação atuarial a cada dois anos usando o chamado método de agregação de um grupo aberto. O objetivo principal da avaliação atuarial é determinar se os ativos atuais e os ativos futuros estimados do Fundo serão suficientes para cobrir suas obrigações.

A obrigação financeira da OPAS com respeito ao Fundo consiste na sua contribuição obrigatória, à taxa estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (atualmente 7,9% para os participantes e 15,8% para as organizações membros) somada à parcela que lhe corresponda da totalidade do déficit atuarial que precise ser paga em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo de Aposentadoria. Esses pagamentos por deficiências atuariais só deverão ser efetuados caso a Assembleia Geral das Nações Unidas invoque o disposto no Artigo 26, após haver determinado que tais pagamentos são necessários com base em uma avaliação da suficiência atuarial do Fundo na data da avaliação. Para ajudar no financiamento desse déficit, cada organização membro contribuirá um montante proporcional ao total das contribuições que tenha pagado durante os três anos anteriores à data da avaliação.

A mais recente avaliação atuarial do Fundo foi concluída em 31 de dezembro de 2021, e os dados da participação de 31 de dezembro de 2021 serão transportados para 31 de dezembro de 2022 pelo Fundo para os fins de suas demonstrações financeiras de 2022.

A avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2021 resultou em uma razão de financiamento entre os ativos atuariais e as obrigações atuariais de 117,0% (107,1% na avaliação de 2019). A razão de financiamento era de 158,2% (144,4% na avaliação de 2019) quando o sistema atual de reajustes das aposentadorias não era levado em conta.

Após avaliar a suficiência atuarial do Fundo, o consultor atuarial chegou à conclusão de que não havia nenhuma necessidade, em 31 de dezembro de 2021, de pagamentos de déficits atuariais, em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo, uma vez que o valor atuarial dos ativos superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas do plano. Além disso, o valor de mercado dos ativos também superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas até a data da avaliação. À época em que foi preparado este relatório, a Assembleia Geral não havia invocado o disposto no Artigo 26.

Caso o Artigo 26 seja invocado devido a uma deficiência atuarial, seja durante a operação em andamento ou devido ao encerramento do Fundo, os pagamentos para financiar essa deficiência exigidos de cada organização membro se baseariam na proporção das contribuições da organização membro para o total das contribuições pagas ao Fundo durante os três anos anteriores à data de avaliação. O total das contribuições (parcela da OPAS e dos funcionários) pagas ao Fundo durante os três anos anteriores (2019, 2020 e 2021) montou a US\$ 78,7 milhões. O total das contribuições pagas ao Fundo por todas as entidades participantes nesse período foi de US\$ 8,5052 bilhões. A obrigação resultante nos termos do Artigo 26 para a OPAS seria de 0,93% de qualquer deficiência atuarial.

A participação no Fundo pode ser encerrada por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante recomendação afirmativa do Comitê de Pensões. Uma parcela proporcional dos ativos totais do Fundo na data do encerramento será paga à antiga organização membro como benefício exclusivo de seu pessoal que participava no Fundo na referida data, nos termos de um acordo aceito mutuamente entre a organização e o Fundo. Esse montante é determinado pelo Comitê de Pensões do Fundo

de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas com base em uma avaliação atuarial dos ativos e passivos do Fundo na data do encerramento; nenhuma parte dos ativos que excedam as obrigações é incluída nesse montante.

O Conselho de Auditoria das Nações Unidas faz uma auditoria anual do Fundo e presta contas ao Comitê de Pensões e à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a auditoria a cada ano. O Fundo publica relatórios trimestrais sobre seus investimentos, que podem ser consultados no site do Fundo, no endereço www.unjspf.org.

13. Receitas diferidas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	74 292	74 981
Contribuições voluntárias	96 159	117 194
Contribuições voluntárias nacionais	99 947	94 225
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	375 319	404 091
Fundo Rotativo Regional de Provisões Estratégicas para Saúde Pública	94 678	183 548
Compras reembolsáveis	674	809
Receita de serviços	438	465
Total	741 507	875 313
Não circulante		
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	21 391	7 919
Contribuições voluntárias	27 337	38 197
Contribuições voluntárias nacionais	150 801	147 491
Total	199 529	193 607

14. Saldos dos fundos e reservas

Os saldos dos fundos representam a porção não gasta das contribuições que serão utilizadas para suprir necessidades operacionais futuras dos programas ou projetos.

As reservas são estabelecidas pelos Órgãos Diretores como mecanismos para custear e/ou financiar os programas e projetos da Organização. Atualmente abrangem o seguinte:

- Fundo de Capital de Giro;
- Fundo de Equalização de Impostos;
- Fundo Mestre de Investimentos de Capital;
- Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas;
- Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres;
- Fundo Especial para a Promoção da Saúde;
- Fundo do Excedente Orçamentário;
- Fundo de Emergência para Epidemias;
- Fundo do Excedente da Implementação das IPSAS para Financiar o PMIS;
- Fundo do Excedente de Receita.

Resumo dos saldos dos fundos e reservas

	Saldo 31 de dezembro de 2021	Receita	Despesa	Transferências	Avaliação atuarial	Saldo 31 de dezembro de 2022
Saldos dos fundos:						
Provisões Estratégicas para Saúde Pública – Capitalização	31 341	136 379	(133 251)			34 469
Seguro-saúde pós-serviço da OPAS	(295 795)		(18 714)		181 370	(133 139)
Contribuições voluntárias	37	70 393	(70 392)			38
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	(10 290)	66 547	(56 277)			(20)
Receita de serviços	9 025	2 648	(2 454)			9 219
Provisão para benefícios do pessoal	8 184		580			8 764
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	249 088	956 597	(935 379)			270 306
Compras reembolsáveis		164	(164)			
Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS	84 436	68 766	(95 593)			57 609
Fundo para pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação	853	1	(2 228)		(576)	(1 950)
Fundo do encargo de ocupação de postos	8 787		2 206			10 993
Gastos com a prestação de serviços do SHI	(12)	569	(557)			
Orçamento Ordinário da AMRO		39 789	(39 789)			
Fundos voluntários da AMRO para a promoção da saúde		71 383	(71 383)			
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços		4 744	(4 744)			
Subtotal	85 654	1 417 980	(1 428 139)		180 794	256 289
Reservas:						
Fundo de Capital de Giro	50 000					50 000
Fundo de Equalização de Impostos	4 710	8 075	(7 150)			5 635
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	41 113	199	(1 526)	5 412		45 198
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	141 140	40 273	(11 276)			170 137
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	10 373	111 836	(103 384)			18 825
Fundo Especial para Promoção da Saúde	816	11				827
Fundo do Excedente Orçamentário	3 310			(3 310)		
Fundo de Emergência para Epidemias	1 030		(116)			914
Fundo do Excedente da Implementação das IPSAS para financiar o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS)	2 102			(2 102)		
Fundo do Excedente de Receita						
Subtotal	254 594	160 394	(123 452)			291 536
Total	340 248	1 578 374	(1 551 591)		180 794	547 825

14.1 Fundo de Capital de Giro e empréstimos internos

Foi estabelecido com a finalidade principal de fornecer recursos, conforme necessário, para financiar o Orçamento por Programas enquanto se recebem as contribuições pendentes de pagamento dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados.

O 58º Conselho Diretor, por meio da resolução CD58.R1, datada de 28 de setembro de 2020, aprovou um aumento do nível autorizado de US\$ 25 milhões para US\$ 50 milhões.

Em conformidade com o parágrafo 4.5 do Regulamento Financeiro, todo déficit de receitas em relação aos gastos da apropriação do Orçamento por Programas no encerramento do período orçamentário corrente será financiado, primeiro, pelo Fundo de Capital de Giro na medida do possível e, em seguida, por meio de empréstimo ou outro meio autorizado. As rubricas não orçamentárias, como depreciação, amortização e contribuições em espécie, não fazem parte do Orçamento por Programas e, portanto, estão excluídas da receita e da despesa para calcular o excedente ou déficit de apropriação do Orçamento por Programas.

Devido ao atraso no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros, a Organização usou integralmente os US\$ 50 milhões do Fundo de Capital de Giro, bem como um adicional de US\$ 3,4 milhões em recursos de outras fontes internas irrestritas.

14.2 Fundo de Equalização de Impostos

Foi criado em 1968, conforme estabelece a resolução CD18.R7 do 18º Conselho Diretor, e nele são creditadas as receitas derivadas do plano de contribuições do pessoal. Os créditos nesse Fundo são registrados em nome de cada Estado Membro na proporção de sua contribuição fixa referente ao exercício financeiro em questão e são reduzidos pelo montante necessário para reembolsar os impostos de renda que cada Estado Membro cobra dos funcionários da Organização. São feitos ajustes no exercício financeiro seguinte para levar em consideração os encargos efetivos relacionados aos montantes reembolsados aos funcionários que estejam sujeitos ao pagamento de impostos nacionais.

Os Estados Membros que participam do Fundo de Equalização de Impostos tinham os seguintes saldos no encerramento do período de apresentação de informações financeiras.

Estados Membros	Saldo 1º de janeiro de 2022	Créditos do Fundo de Equalização de Impostos	Distribuição aos Estados Membros	Disponível para cobrir os reembolsos de impostos ao pessoal	Impostos reembolsados ao pessoal	Saldo 31 de dezembro de 2022
Canadá	30	847	807	40	56	14
Colômbia	16	142	142			16
Estados Unidos	4 584	3 986	(4 014)	8 000	7 079	5 505
Venezuela	80	168	133	35	15	100
Outros		2 357	2 357			
Total	4 710	7 500	(575)	8 075	7 150	5 635

Não há nenhuma conta a receber pendente para o Fundo de Equalização de Impostos porque as obrigações para o reembolso dos impostos de renda são incluídas nas contas a receber correspondentes às contribuições fixas devidas pelos respectivos Estados Membros.

14.3 Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Foi estabelecido por meio da resolução CSP27. R19 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 59ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, em outubro de 2007. Desde 1º de janeiro de 2008, o fundo é composto por dois fundos subsidiários, Bens Imóveis e Equipamento, e Tecnologia da Informação, em lugar do Fundo para Bens Imóveis e o Fundo de Bens de Capital. A finalidade do Fundo é financiar a manutenção e reparos dos prédios de escritório da Organização e a substituição sistemática dos equipamentos de computação e telecomunicação, software e sistemas de apoio à infraestrutura de tecnologia da informação da Organização.

Em 2012, nos termos da resolução CSP28.R17 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, autorizou-se o estabelecimento de mais três fundos subsidiários: o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, o Fundo Subsidiário Rotativo e Estratégico de Bens Imóveis e o Fundo Subsidiário para a Substituição de Veículos. Em 2020, as propriedades mantidas pelo FMIC foram reavaliadas. O impacto da reavaliação de US\$ 14,6 milhões, junto com uma transferência de US\$ 4,6 milhões do Fundo de Excedente de Receita, foi atribuído ao aumento de US\$ 18,4 milhões no saldo do fundo. Mais detalhes sobre a situação do fundo e seu uso, receita e plano de investimento e despesas operacionais na Sede podem ser consultados no documento SPBA16/13.

14.4 Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas

Foi estabelecido em 1976 pelo Diretor, no exercício da autoridade nele investida pelo parágrafo 9.3 (originalmente 6.7) do Regulamento Financeiro, e posteriormente ratificado pela resolução CSP20.R32 da 20ª Conferência Sanitária Pan-Americana (1978).

O fundo é usado para cobrir gastos indiretos associados à gestão de contribuições voluntárias. Considerando as necessidades estratégicas da Organização e a critério do Diretor, parte da renda creditada durante um biênio, acrescida dos saldos disponíveis de períodos anteriores, é disponibilizada para financiar o Orçamento por Programas. Os saldos remanescentes são reservados para eventuais contingências.

Às compras reembolsáveis, é lançado um encargo por serviços com base no valor das compras, e essa renda é creditada no fundo.

14.5 Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres

De acordo com a resolução CD24.R10 do 24º Conselho Diretor (1976), foi criado para fornecer recursos que possam ser usados com rapidez pelo Departamento de Emergências de Saúde (PHE) da Organização. Durante períodos de uma emergência declarada oficialmente, o Diretor do PHE, em coordenação com o Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação (PBE) e com o de Gestão de Recursos Financeiros (FRM), e sob a supervisão geral do Diretor, autoriza o adiantamento de recursos a serem usados temporariamente enquanto os acordos são autorizados e firmados. Esses adiantamentos são recuperados totalmente por meio da transferência de despesas feitas tão logo os acordos estejam devidamente registrados na contabilidade.

14.6 Fundo Especial para a Promoção da Saúde

Na sua 13ª reunião, em 1961, o Conselho Diretor estabeleceu o Fundo Especial para a Promoção da Saúde, com o objetivo de fortalecer o programa de saúde da Região das Américas.

14.7 Fundo de Emergência para Epidemias

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. É usado como um fundo rotativo para adiantar recursos aos países afetados no caso de um surto de epidemia ou emergência de saúde pública. Os adiantamentos seriam recuperados com apelos e outras formas de contribuição voluntária recebidas em resposta à emergência.

Caso o fundo se esgote e, com a anuência dos Órgãos Diretores da OPAS, o Diretor pode alocar parte do excedente de receita da Organização (se for o caso) para recompor o fundo.

14.8 Fundo do Sistema de Informação para a Gestão da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O fundo do PMIS foi criado visando a implementação de um software de planejamento de recursos empresariais (ERP) na Organização.

14.9 Excedente orçamentário

O Regulamento Financeiro, aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o saldo da apropriação do orçamento ordinário não comprometido ao fim do período orçamentário corrente será usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, sendo que qualquer saldo restante estará disponível para uso subsequente em conformidade com as resoluções aprovadas pela Conferência ou Conselho Diretor”.

14.10 Excedente de receita

O Regulamento Financeiro aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que o excedente de receitas sobre a apropriação do orçamento ordinário ao fim de um período orçamentário será considerada excedente de receita e estará disponível para uso nos períodos subsequentes para cobrir a porção não financiada do Plano Estratégico, conforme determine o Diretor e com o consentimento do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração.

15. Receita

	Total 2022	Total 2021
Receita de transações sem contrapartida		
Contribuições fixas		
Orçamento Ordinário da OPAS	97 200	97 200
Fundo de Equalização de Impostos	8 075	8 075
Subtotal	105 275	105 275
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	70 393	56 635
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais	66 567	74 142
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres ¹	111 799	35 013
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	17 950	11 841
Subtotal	266 709	177 631
Alocações da OMS		
Orçamento Ordinário da OPAS/AMRO	39 788	38 587
Fundos voluntários da OPAS/AMRO para promoção da saúde ¹	71 383	93 037
Conta especial da AMRO para gastos com a prestação de serviços	4 744	4 023
Subtotal	115 915	135 647
Receita de transações com contrapartida		
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas	956 688	1 027 661
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros	164	6 568
Fundo Rotativo Regional de Provisões Estratégicas para Saúde Pública ¹	136 337	314 645
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	19 835	23 144
Subtotal	1 113 024	1 372 018
Outras receitas		
Orçamento Ordinário da OPAS		
Receita de serviços	2 548	2 733
Promoção da saúde	10	5
Seguro-saúde Pós-serviço		1
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	200	314
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	618	27
Gastos com a prestação de serviços do SHI	569	542
Aumento/(diminuição) da provisão para contas de cobrança duvidosa ²	(2 692)	3 189
Subtotal	1 253	6 811
Receitas diversas		
Orçamento Ordinário da OPAS		
Juros auferidos	18 372	8 431
Ganhos e perdas decorrentes de avaliação	(43 363)	(13 985)
Taxas de administração de investimentos	(993)	(839)
Outras receitas diversas	304	12
Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas	1 841	2 494
Contribuições voluntárias – Contribuições voluntárias nacionais		933
Contribuições voluntárias – Preparação para emergências e assistência em caso de desastres	37	17
Subtotal	(23 802)	(2 937)
RECEITA TOTAL	1 578 374	1 794 445

^{1/} A Organização recebeu um volume considerável de financiamento em resposta á pandemia de COVID-19 nestas duas rubricas da receita em 2021

^{2/} Ver a Nota 6.2.

16. Gastos

	Total 2022	Total 2021
Pessoal e outros gastos de pessoal		
Pessoal internacional e nacional	147 404	146 742
Funcionários temporários	9 210	6 740
Subtotal	156 614	153 482
Provisões, produtos primários, materiais		
Vacinas/seringas/cadeia de frio	935 380	1 001 829
Medicamentos e provisões médicas ¹	133 414	313 724
Outros produtos e provisões	84 613	67 002
Subtotal	1 153 407	1 382 555
Depreciação, amortização e reavaliação		
Depreciação/amortização	1 778	1 699
Subtotal	1 778	1 699
Serviços contratuais		
Contratos ²	174 271	158 769
Subtotal	174 271	158 769
Viagens		
Viagens a trabalho	32 621	16 348
Subtotal	32 621	16 348
Transferências e subvenções a contrapartes		
Cartas de acordo	13 451	17 417
Pequenas transferências financeiras	400	321
Doações a terceiros ³	8 721	36 988
Subtotal	22 572	54 726
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos		
Manutenção, segurança e seguro	20 618	17 525
Decréscimo nas provisões	(10 290)	
Subtotal	10 328	17 525
DESPESA	1 551 591	1 785 104

¹ Decréscimo devido ao fim da resposta à emergência da COVID-19.

² Aumento (US\$ 15,4 milhões em relação a 2021) sobretudo com consultores internacionais e nacionais (IPC e NPC) e redação técnica.

³ Decréscimo nas doações a terceiros (US\$ 32 milhões em relação a 2021), principalmente no caso das contribuições voluntárias da OMS – fundo para emergências, e decréscimo nas cartas de acordo (US\$ 0,3 milhão em relação a 2021).

17. Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em conformidade com a IPSAS 24, as variações entre os montantes orçados e efetivos precisam ser conciliadas. Devem ser fornecidas explicações de acordo com as seguintes categorias:

Diferenças de regime: ocorrem quando o orçamento e as demonstrações financeiras são preparados por regimes diferentes (ou seja, o orçamento preparado pelo regime de caixa e as demonstrações financeiras, pelo regime de competência). No caso da OPAS, embora o orçamento seja preparado pelo regime de competência, alguns gastos não são incluídos (por exemplo, depreciação, amortização e o custo dos bens vendidos).

Diferenças temporais: ocorrem quando o período do orçamento difere do período refletido nas demonstrações financeiras. O orçamento da OPAS é preparado em uma base bienal, embora suas demonstrações financeiras sejam preparadas anualmente.

Diferenças de apresentação: decorrem dos esquemas de formatação e classificação usados na apresentação do fluxo de caixa e na comparação dos montantes orçados e efetivos (por exemplo, atividades de investimento e financiamento mostradas na demonstração dos fluxos de caixa, mas não orçadas).

As diferenças de entidade abrangem gastos efetivos para programas não refletidos no orçamento. Esses programas são classificados como “fora do Orçamento por Programas”. Entre os programas que se enquadram nessa classificação destacam-se: as contribuições voluntárias nacionais, o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas, o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço da OPAS, o Fundo do Encargo de Ocupação de Postos e o Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução.

17.1 Conciliação entre as atividades do fluxo de caixa e os gastos efetivos informados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos

Apresenta-se a seguir a conciliação entre os montantes efetivos apresentados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos e os montantes efetivos registrados na demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Atividade	Investimentos e financiamento		Total
	Operações		
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos)	(418 959)		(418 959)
Diferenças de critério	4 401		4 401
Diferenças de tempo			
Diferenças de apresentação		47 673	47 673
Diferenças de entidade	378 487		378 487
TOTAL	(36 070)	47 673	11 603

17.2 Conciliação entre os gastos totais (líquidos) apresentados na demonstração do desempenho financeiro e os gastos informados na comparação entre os montantes orçados e efetivos (Orçamento por Programas)

Atividade	Total
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos)	418 959
Diferenças de critério	(13 003)
Diferenças de tempo	
Diferenças de apresentação	
Diferenças de entidade	1 145 635
TOTAL	1 551 591

17.3 Gastos vs. financiamento de 2022

Nº do resultado intermediário	Título abreviado do resultado intermediário	Recursos disponíveis em 31 de dezembro de		EF 2020	EF 2021	Total de gastos de 22-23 como % dos recursos disponíveis
		2022	Despesas	Total de gastos de 22-23		
		[a]	[b]	[c]	[d] = [b] + [c]	[e] = [d] / [a]
Programas de base						
Res. interm. 1	Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade	12 418	7 927		7 927	64%
Res. interm. 2	Saúde ao longo de todo o ciclo de vida	14 309	9 788		9 788	68%
Res. interm. 3	Atenção de qualidade para os idosos	1 305	849		849	65%
Res. interm. 4	Capacidade resolutive para as doenças transmissíveis	47 838	30 115		30 115	63%
Res. interm. 5	Acesso a serviços de saúde para DNTs e problemas de saúde mental	15 913	11 799		11 799	74%
Res. interm. 6	Capacidade resolutive para a violência e os traumatismos	1 552	962		962	62%
Res. interm. 7	Força de trabalho em saúde	7 775	3 992		3 992	51%
Res. interm. 8	Acesso a tecnologias em saúde	17 906	12 148		12 148	68%
Res. interm. 9	Fortalecimento da gestão e governança	5 592	3 784		3 784	68%
Res. interm. 10	Aumento do financiamento público para a saúde	2 604	1 730		1 730	66%
Res. interm. 11	Fortalecimento da proteção financeira	952	636		636	67%
Res. interm. 12	Fatores de risco das doenças transmissíveis	12 724	8 141		8 141	64%
Res. interm. 13	Fatores de risco das DNTs	7 717	5 020		5 020	65%
Res. interm. 14	Má nutrição	4 576	2 826		2 826	62%
Res. interm. 15	Resposta intersectorial à violência e traumatismos	1 572	1 117		1 117	71%
Res. interm. 16	Ação intersectorial sobre a saúde mental	2 275	1 671		1 671	73%
Res. interm. 17	Eliminação de doenças transmissíveis	14 188	8 037		8 037	57%
Res. interm. 18	Determinantes sociais e ambientais	12 212	5 975		5 975	49%
Res. interm. 19	Promoção da saúde e ação intersectorial	1 973	1 304		1 304	66%
Res. interm. 20	Sistemas integrados de informação para a saúde	13 030	7 450		7 450	57%
Res. interm. 21	Dados, informação, conhecimento e evidências	9 688	6 666		6 666	69%
Res. interm. 22	Pesquisa, ética e inovação para a saúde	1 794	1 342		1 342	75%
Res. interm. 23	Preparação para situações de emergência e redução de riscos	20 271	7 946		7 946	39%
Res. interm. 24	Prevenção e controle de epidemias e pandemias	14 409	6 913		6 913	48%
Res. interm. 25	Deteção de emergências de saúde e respectiva resposta	30 647	18 083		18 083	59%
Res. interm. 26	Temas transversais: equidade, etnia, gênero e direitos humanos	3 390	2 202		2 202	65%
Res. interm. 27	Liderança e governança	46 837	38 539		38 539	82%
Res. interm. 28	Gestão e administração	83 740	47 173		47 173	56%
Subtotal – Programas de base		409 206	254 134		254 134	62%
	Programa de eliminação da febre aftosa	8 740	6 062		6 062	69%
	Hospitais inteligentes	11 568	9 695		9 695	84%
	Resposta a surtos e crises	213 779	148 941		148 941	70%
	Manutenção da erradicação da pólio	150	127		127	85%
Subtotal – Programas especiais		234 237	164 825		164 825	70%
TOTAL – Orçamento por Programas		643 443	418 959		418 959	65%

Esta nota serve como complemento das informações padronizadas apresentadas na comparação dos montantes orçados e efetivos. Dado que o Orçamento por Programas da OPAS aprovado geralmente não é totalmente financiado, sobretudo no primeiro ano do biênio, é útil comparar os gastos e montantes acumulados com os números (“recursos disponíveis”) mostrados no quadro acima, além de comparar com o orçamento aprovado (volumes de recursos ou tetos) incluído na comparação dos montantes orçados e efetivos.

Como mostra o quadro, os gastos, incluídos os acréscimos para o Orçamento por Programas no biênio 2022-2023 corresponderam a 65% dos recursos disponíveis em 31 de dezembro de 2022, explicados por 62% de gastos nos programas de base e 70% nos programas especiais.

Os níveis absolutos e relativos de financiamento variaram muito dentro dos programas de base. Um resultado intermediário (25 – Detecção de emergências de saúde e respectiva resposta) mostra um excesso de financiamento em relação ao seu orçamento aprovado para o biênio. Em contrapartida, cinco resultados intermediários mostraram um nível de financiamento abaixo de 60%: 7 – Força de trabalho em saúde, 17 – Eliminação de doenças transmissíveis, 18 – Determinantes sociais e ambientais, 23 – Preparação para situações de emergência e redução de riscos e 24 – Prevenção e controle de epidemias e pandemias.

18. Informação financeira por segmentos**18.1 Demonstração da situação financeira por segmentos**

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2022	Total 2021
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	178 929					178 929	167 326
Investimentos de curto prazo	50 959					50 959	174 063
Devido de outros segmentos *		255 288	943 543	53 633	(1 252 464)		
Contas a receber	52 029	133 761	74 413	1 757		261 960	245 449
Estoques		15 985	1 619			17 604	8 974
Total do ativo circulante	281 917	405 034	1 019 575	55 390	(1 252 464)	509 452	595 812
Ativo não circulante							
Investimentos de longo prazo	981 684					981 684	955 795
Contas a receber	27	108 992	13 119	1 250		123 388	104 810
Ativo fixo líquido	117 387			29 261		146 648	139 091
Ativo intangível	125		915	10		1 050	643
Total do ativo não circulante	1 099 223	108 992	14 034	30 521		1 252 770	1 200 339
TOTAL DO ATIVO	1 381 140	514 026	1 033 609	85 911	(1 252 464)	1 762 222	1 796 151
PASSIVO							
Passivo circulante							
Obrigações acumuladas	932	19 838	3 930	9 562		34 262	27 727
Devido a outros segmentos *	1 252 464				(1 252 464)		
Contas a pagar	11 476	4 504	74 439	84		90 503	41 448
Benefícios aos empregados				3 033		3 033	2 717
Receitas diferidas		270 398	471 109			741 507	875 313
Provisão de curto prazo							10 290
Total do passivo circulante	1 264 872	294 740	549 478	12 679	(1 252 464)	869 305	957 495
Passivo não circulante							
Contas a pagar	8 659					8 659	8 659
Benefícios aos empregados				136 904		136 904	296 142
Receitas diferidas		199 529				199 529	193 607
Total do passivo não circulante	8 659	199 529		136 904		345 092	498 408
TOTAL DO PASSIVO	1 273 531	494 269	549 478	149 583	(1 252 464)	1 214 397	1 455 903
Saldos dos fundos e reservas							
Saldos dos fundos	57 609	18	313 994	(115 332)		256 289	85 654
Reservas	50 000	19 739	170 137	51 660		291 536	254 594
SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS LÍQUIDOS	107 609	19 757	484 131	(63 672)		547 825	340 248
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES E SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS	1 381 140	514 026	1 033 609	85 911	(1 252 464)	1 762 222	1 796 151

* Os montantes devidos de outros segmentos ou devidos a outros segmentos decorrem do fato de a OPAS manter um caixa compartilhado em nome de outros segmentos. Esses montantes não podem ser alocados diretamente a um segmento de caixa e serão eliminados na consolidação.

18.2 Demonstração do desempenho financeiro por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2022	Total 2021
RECEITA							
Receita de transações sem contrapartida							
Contribuições fixas	97 200			8 075		105 275	105 275
Contribuições voluntárias		266 709	17 950		(17 950)	266 709	177 631
Outras receitas	39 788	71 383	4 744			115 915	135 647
Receita de transações com contrapartida							
Compras de provisões de saúde pública			1 132 857		(19 833)	1 113 024	1 372 018
Outras receitas	(2 752)	13 284	4 804	30 118	(44 201)	1 253	6 811
Receitas diversas	(25 680)	37	1 841			(23 802)	(2 937)
RECEITA TOTAL	108 556	351 413	1 162 196	38 193	(81 984)	1 578 374	1 794 445
DESPESA							
Pessoal e outros gastos de pessoal	101 998	25 820	13 450	44 685	(29 339)	156 614	153 482
Provisões, produtos primários, materiais	2 571	80 421	1 089 949	1 857	(21 391)	1 153 407	1 382 555
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização	476		272	1 030		1 778	1 699
Serviços contratuais	16 760	147 527	3 472	6 512		174 271	158 769
Viagens	3 546	28 877	185	13		32 621	16 348
Transferências e subvenções a contraparte	1 005	34 871			(13 304)	22 572	54 726
Gastos operacionais gerais	9 026	(2 659)	1 330	2 631		10 328	17 525
Gastos de apoio indiretos		17 950			(17 950)		
DESPESA TOTAL	135 382	332 807	1 108 658	56 728	(81 984)	1 551 591	1 785 104
EXCEDENTE/(DÉFICIT) LÍQUIDO	(26 826)	18 606	53 538	(18 535)		26 783	9 341

19. Perdas, pagamentos *ex gratia* e baixa contábil

Os montantes nesta nota não foram arredondados para milhares de dólares.

Em 2022, a Organização registrou os seguintes lançamentos contábeis:

- O montante de US\$ 7 417 foi registrado como baixa contábil de contas a receber de ex-funcionários (2021: US\$ 53).
- Não houve baixas contábeis de transações fraudulentas (perda) em pagamentos comerciais (2021: US\$ 13 333).
- Não houve baixas contábeis de contas a receber dos fundos da OPAS para a receita de serviços (2021: US\$ 25 712).
- O montante de US\$ 9 427 foi registrado como baixa contábil dos participantes do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (2021: US\$ 0).
- Nenhum pagamento *ex gratia* foi feito em 2022. (2021: US\$ 0).

20. Casos de fraude e presunção de fraude

Os montantes nesta nota não foram arredondados para milhares de dólares.

Em 2022, foi relatado um total de 20 casos relacionados a fraude, roubo, dano ou perda de patrimônio, avaliados em US\$ 16 680,60. A OPAS recuperou US\$ 7 136,73 desse montante, restando uma perda líquida de US\$ 9 543,87 para a Organização. Os 20 casos relatados estão descritos abaixo.

Houve 13 casos envolvendo fraude, roubo, dano ou perda de patrimônio da OPAS nas representações e na sede. A perda total líquida para a Organização por esses bens perdidos ou roubados foi de US\$ 8 748,76.

Três casos envolveram supostas fraudes ocupacionais e dois desses três casos resultaram em investigações pelo Escritório de Investigações. O montante da perda líquida para a Organização foi de US\$ 783,12.

Houve três casos em que pessoas alheias à Organização usaram indevidamente cartões de crédito de viagem institucional da OPAS. Nesses casos, as operações fraudulentas, perfazendo um total de US\$ 808,19, foram estornadas pelas instituições financeiras pertinentes.

Por último, houve uma transação envolvendo um golpista cibernético que testou um cartão de crédito roubado no portal de doações da OPAS para verificar se o cartão estava ativo. Presume-se que o intuito era continuar a usá-lo de maneira fraudulenta em outros sites de comércio eletrônico. O Departamento de Gestão de Recursos Financeiros (FRM) identificou a transação como suspeita, porém foi cobrada uma taxa de estorno de US\$ 12, e a OPAS sofreu uma perda líquida de US\$ 12.

21. Entidades relacionadas e outras informações reveladas por pessoal da Direção

Conforme indicado na Nota 1, a Organização serve como Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. O relacionamento entre as duas organizações está detalhado no Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, devidamente assinado em 24 de maio de 1949. Esse acordo prevê a alocação de recursos do orçamento da OMS para execução pela OPAS. A gestão financeira do financiamento recebido da OMS pela Organização é regida pelo Artigo IV, “Financiamento do Programa e Orçamento” do Regulamento Financeiro da OPAS.

O Acordo entre a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde e o Regulamento Financeiro da OPAS podem ser encontrados nos Documentos Básicos da Organização Pan-Americana da Saúde, no endereço: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/basic-documents-paho-2017.pdf>.

Os detalhes das transações com a OMS estão apresentados na Nota 14, Orçamento Ordinário da AMRO, Fundos Voluntários da AMRO para a Promoção da Saúde e Conta Especial da AMRO para Gastos com a Prestação de Serviços.

Os principais funcionários da Direção são o Diretor, o Diretor Adjunto, o Subdiretor e o Diretor de Administração, pois têm a autoridade e a responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Organização.

A remuneração global paga aos principais funcionários da Direção, conforme estabelecido pela Comissão do Serviço Público Internacional das Nações Unidas (ICSC), abrange: os salários brutos, o reajuste por lugar de destino, os benefícios como a gratificação para gastos de representação e outros subsídios, o subsídio de aluguel, os custos da remessa de pertences, o reembolso dos pagamentos de imposto de renda e as contribuições para os planos de pensão do empregador e seguro-saúde. Essas remunerações são fornecidas em conformidade com as normas estabelecidas pela ICSC e se aplicam a todo o pessoal das Nações Unidas.

Os principais funcionários da Direção também reúnem os requisitos para receber benefícios pós-serviço no mesmo nível que os demais empregados. Não é possível quantificar esses benefícios de maneira confiável.

Os principais funcionários da Direção são participantes regulares do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.

21.1 Funcionários-chave da Direção

Em 31 de dezembro de 2021, o número de funcionários-chave da Direção totalizava quatro, em equivalentes de tempo integral (2021: quatro).

Funcionários-chave da Direção	2022	2019
Remuneração e ajuste por lugar de destino	895	841
Benefícios	334	334
Benefícios por rescisão do contrato de trabalho		45
Plano de pensão e seguro-saúde	342	291
Remuneração total	1 571	1 511

22. Eventos ocorridos após a data de apresentação

A Organização deve apresentar seu relatório no dia 31 de dezembro de cada ano. Na data da assinatura destas contas pelo Auditor Externo, não havia ocorrido nenhum evento relevante, favorável ou desfavorável, entre a data da demonstração da situação financeira e a data em que foi autorizada a publicação das demonstrações financeiras que teria impactado estas demonstrações.

23. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022, a Organização liberou uma provisão que dizia respeito a possíveis perdas contra receitas reconhecidas em períodos anteriores. A Organização reavaliou a obrigação e determinou que ela não era mais necessária. Em consequência, a provisão foi revertida no ano corrente, e o montante da provisão anteriormente reconhecida foi reconhecido contra os gastos na demonstração de desempenho financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	31 de dezembro de 2021	Aumento / (diminuição)	31 de dezembro de 2022
Provisões	10 290	(10 290)	

24. Passivo contingente

No curso normal de suas operações, a OPAS enfrenta processos que se encontram em vários estágios de ação. Tendo feito uma revisão, a OPAS não considera que esses processos judiciais tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras, dado o equilíbrio das probabilidades. Não é possível quantificar os custos em potencial da defesa contra essas ações, mas a OPAS não os considera significativos nem de estimação confiável.

25. Contribuições em espécie

Os governos sede e parceiros de cooperação no âmbito nacional fornecem diferentes contribuições em espécie, usadas pelas representações da Organização nos países para suas operações gerais e diárias. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Organização devido à complexidade de padronizar um valor justo em todas as representações da Organização nos países. As contribuições em espécie recebidas pela Organização abrangem pessoal, espaços de escritório e serviços de escritório.

Representação ou Centro	Serviços recebidos como contribuições em espécie		
	Pessoal	Espaços de escritório	Serviços de escritório
Bahamas	X	X	X
Barbados	X	X	X
Belize	X		X
Chile	X	X	
Costa Rica	X	X	X
Cuba	X		
Equador	X		
El Salvador	X		
Guatemala	X		
Guiana	X	X	X
Honduras	X		
Jamaica	X		
México	X		
Nicarágua	X	X	X
Panamá	X	X	X
Paraguai	X		
República Dominicana	X	X	
Suriname	X	X	X
Trinidad e Tabago	X	X	X
Uruguai	X		X
PANAFTOSA		X	
CLAP	X		

Relatório do Auditor Externo



National Audit Office

MAIO DE 2023

PAHO

Relatório do Auditor Externo sobre as Demonstrações Financeiras da OPAS de 2022

O objetivo da auditoria é fornecer garantia independente aos Estados Membros, agregar valor à gestão e governança financeiras da OPAS e apoiar seus objetivos por meio do processo de auditoria externa.

O Controlador e Auditor Geral é o chefe do Escritório Nacional de Auditoria (NAO, na sigla em inglês), a Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido. O Controlador e o Auditor Geral e o NAO são independentes do Governo do Reino Unido e asseguram o gasto apropriado e eficiente dos recursos públicos e a prestação de contas ao Parlamento do Reino Unido. O NAO presta serviços de auditoria externa a vários organismos internacionais, trabalhando de forma independente da sua função de Entidade Fiscalizadora Superior do Reino Unido.

Sumário

Resumo executivo	80
Principais observações	81
Parte 1	86
Gestão financeira	86
Governança e controle interno	95
Parte 2	104
Modernização da direção da OPAS	104
Part 3	115
Recomendações de anos anteriores	115
Agradecimentos	116
Apêndice 1 Recomendações de anos anteriores	117

Para mais informações sobre o Escritório Nacional de Auditoria, entre em contato com:
National Audit Office
International Audit
157-197 Buckingham Palace Road
Victoria
London
SW1W 9SP

Resumo executivo

Antecedentes

1 A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde para as Américas. Trabalha com os países de toda a região das Américas para melhorar e proteger a saúde das pessoas. A OPAS mantém atividades de cooperação técnica com seus países membros para combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis e suas causas, fortalecer os sistemas de saúde e responder a emergências e desastres. Está empenhada em assegurar que todas as pessoas tenham acesso à atenção à saúde de que necessitam, sempre que necessitem, com qualidade e sem medo de empobrecerem por isso. Por meio do seu trabalho, a OPAS promove e apoia o direito de todos à boa saúde.

2 Para alcançar esses objetivos, a OPAS promove a cooperação técnica entre os países e trabalha em parceria com os ministérios da saúde e outros órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, outros organismos internacionais, universidades, órgãos de seguridade social, grupos comunitários e outros parceiros. A OPAS promove a inclusão da saúde em todas as políticas públicas e o envolvimento de todos os setores nos esforços para assegurar que as pessoas tenham uma vida mais longa e saudável, com a boa saúde como o seu bem mais valioso.

3 Além de nosso parecer sobre as demonstrações financeiras da OPAS, este relatório apresenta as principais constatações e recomendações decorrentes de nosso trabalho, passando por nossas observações sobre a governança e o controle interno, bem como sobre oportunidades para transformar a maneira como a OPAS funciona. Também acompanhamos o progresso na implementação de nossas recomendações anteriores.

4 Nossas conclusões e recomendações foram discutidas com a Direção. De acordo com as boas práticas, os resultados de nossa auditoria financeira foram comunicados ao Comitê de Auditoria antes da finalização de nosso trabalho.

5 Este relatório foi redigido originalmente em inglês. A versão em inglês é o texto oficial.

Principais observações

Parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras

6 A nossa auditoria abrangeu o exame das demonstrações financeiras de 2022 e as respectivas transações e eventos do referido ano. Foi feita de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e o Regulamento Financeiro. Apresentamos um parecer de auditoria sem ressalvas e sem modificações sobre as demonstrações financeiras.

Gestão financeira

7 A OPAS informou um excedente de receita em relação às despesas de US\$ 26,8 milhões (2021: US\$ 9,3 milhões). Em termos globais, os níveis de atividade financeira diminuíram em relação aos alcançados em 2021. Isso foi reflexo de uma redução nas receitas e despesas atribuída à resposta à pandemia implementada anteriormente, que resultara em um aumento significativo do uso dos fundos de compras nos exercícios anteriores. Apesar dessa redução nas atividades dos fundos, a priorização contínua de programas especiais, como o programa de resposta a surtos e crises, inevitavelmente impactou a execução dos programas de base do Orçamento por Programas, contribuindo para uma redução contínua da sua taxa de execução da ordem de 75%.

8 A posição financeira da OPAS melhorou consideravelmente em 2022. Essa melhoria resultou da redução substancial das obrigações de longo prazo relacionadas a benefícios aos empregados, decorrente do fator externo do aumento das taxas de desconto de longo prazo aplicadas às obrigações. Apesar da melhoria da posição financeira, permanece uma pressão sobre a liquidez das atividades básicas financiadas, e o Fundo de Capital de Giro foi novamente esgotado durante 2022, levando à necessidade de contrair novos empréstimos internos para administrar as pressões sobre o caixa. Embora os pagamentos em atraso das contribuições fixas tenham diminuído em US\$ 9,8 milhões, para um total de US\$ 65,0 milhões, até que as contas atrasadas a receber tenham sido reduzidas de forma abrangente, o Fundo de Capital de Giro continuará a ser usado integralmente a cada ano.

9 Em termos globais, o ativo líquido aumentou para US\$ 547,8 milhões (2021: US\$ 340,2 milhões). Muitos saldos registraram variações consideráveis, e o mais significativo foi a redução das obrigações líquidas com benefícios aos empregados em cerca de US\$ 158,9 milhões. Essa variação decorreu de movimentações atuariais, refletindo a experiência favorável com os pedidos de reembolso, além de um aumento na taxa de desconto, compensado por um aumento na taxa de inflação dos custos médicos. Com as tendências inflacionárias e a instabilidade do mercado, as obrigações referentes aos benefícios do pessoal continuarão a ser voláteis.

10 Além disso, a OPAS continua a enfrentar possíveis custos decorrentes de ações na Justiça relacionadas ao programa Mais Médicos, embora a Organização considere essa possibilidade remota. No mínimo, a OPAS terá que arcar com custos legais ao

continuar sua defesa e os Estados Membros devem estar atentos para os riscos que esse caso representa. A OPAS precisará gerir os riscos crescentes de instabilidade nos mercados financeiros; os controles dos investimentos atuais exigem atenção, a fim de assegurar uma diligência devida mais ativa em vista dos recursos significativos que a OPAS aplica nos mercados. Nesse sentido, convém manter reuniões mais regulares e apresentar relatórios sistemáticos de acordo com a política de investimento, com a contribuição de consultores de mercado independentes para examinar a estratégia e o desempenho. Destacamos também a necessidade de rever as providências para mostrar a participação da OPAS nos investimentos conjuntos mantidos no Fundo do Seguro-saúde do Pessoal e para controlar seus estoques.

Governança e controle interno

11 Os Estados Membros recebem garantias do funcionamento sólido do ambiente de controle interno da OPAS. Examinamos isso a cada ano e, embora o ambiente de controle tenha continuado a ajudar a Organização a obter um parecer de auditoria sem ressalvas, destacamos áreas em que é preciso tomar medidas para fortalecer esse ambiente a fim de demonstrar melhor como ele é mantido, examinado e garantido de forma proativa. Isso melhoraria as garantias que podem ser apresentadas na Declaração sobre Controle Interno.

12 Informamos no ano passado que a OPAS carecia de uma estrutura de prestação de contas clara e abrangente, e entendemos que isso está sendo considerado pelo novo Diretor. Em apoio a esse exame, destacamos o enfoque incomum da OPAS ao separar a função orçamentária da função de apresentação de relatórios financeiros. Em nosso ponto de vista, isso reduz a supervisão da alocação, uso e prestação de contas dos recursos, e recomendamos que a OPAS considere esses arranjos e seus méritos relativos.

13 Observamos que a direção tomou medidas para tornar o processo de Monitoramento e Avaliação do Desempenho (PMA) mais proporcional, mas ainda é necessário projetar melhor os parâmetros de desempenho para identificar o valor agregado pela Secretaria ao trabalho da OPAS. Embora se reconheça o estabelecimento de um programa de avaliação para considerar a eficácia da Secretaria, esse programa deve ser separado da gestão operacional para que seja visto como independente e objetivo.

14 Notamos uma evolução contínua no enfoque da gestão de riscos, mas mantemos a opinião de que os resultados não são usados ativamente para apoiar a tomada de decisões. Após vários anos executando a valiosa tarefa de reunir os riscos institucionais, consideramos que seria oportuno avaliar os benefícios do atual processo de gestão de riscos em função de seus custos e determinar claramente os objetivos e resultados desejados com a execução desses processos. Entendemos que uma análise externa será encomendada em 2023. É importante que ela tenha como foco assegurar a utilidade da gestão de riscos para apoiar a tomada de decisões pelos centros de custos e pela alta direção.

15 Em 2022, a Secretaria reviu ainda mais a estrutura de conformidade e, recentemente, selecionou e nomeou o Oficial de Conformidade. Contudo, não houve atividades substanciais nessa área em 2022. A ausência de uma função que avalie a conformidade de forma proativa nas áreas de risco representa um ponto fraco no ambiente de controle. Além disso, reduz a garantia para apoiar a Declaração sobre Controle Interno. Durante nosso mandato, as observações sobre essa área são respaldadas pelos comentários feitos pelo Escritório de Auditoria Interna (OIA) em seu relatório anual.

16 Com respeito à terceira linha de defesa, consideramos que o OIA e as funções de investigação e ética são mecanismos cruciais para oferecer garantias sobre a operação do ambiente de controle. Tomamos nota dos resultados do trabalho do OIA e do desfecho positivo do processo de revisão externa por pares. Entretanto, destacamos que o parecer de auditoria poderia ser estendido de modo a abarcar anualmente o controle interno, a gestão de riscos e a governança. Enfatizamos ainda a importância de dirigir a atenção para as áreas de alto risco, como a segurança das TIC e as ameaças cibernéticas, que não são objeto de auditoria há vários anos. A função de investigação continuou a fazer seu trabalho de exame de casos. Já recomendamos que a resiliência e a independência da função de investigação poderiam ser reforçadas com o estabelecimento de uma função de supervisão, incorporando a auditoria interna e as investigações em um ponto apropriado. Isso seria fortalecido ainda mais se os cargos de chefia nessa função tivessem mandatos com prazo definido, pois um rodízio traria benefícios.

17 Observamos que o Código de Ética revisado deve ser publicado em 2023. O lançamento dessa revisão deve ser acompanhado por um plano claro para responder aos resultados da pesquisa sobre a ética e o clima, e a adesão ao código deve ser confirmada anualmente por todo o pessoal da OPAS. Trata-se de uma parte integral do trabalho de definir o tom certo nas questões éticas. Tínhamos observado que o Oficial de Ética fora nomeado Ombudsman da OPAS. Ficamos satisfeitos ao observar que o novo Diretor decidiu separar essas funções, o que consideramos importante para assegurar a objetividade e a independência.

Modernização da direção da OPAS

18 No início de 2023, houve uma mudança no comando da OPAS, que trouxe consigo um novo pensamento sobre o direcionamento e o futuro da Organização. O novo Diretor ressaltou a importância da prestação de contas, da transparência e da tomada de decisões com base em dados. Estamos cientes de que estão sendo feitos estudos em várias áreas-chave das operações para embasar planos de mudança no futuro. Portanto, aproveitamos esta oportunidade para analisar o enfoque anterior da OPAS com respeito à mudança, a necessidade de adotar práticas sistemáticas de gestão da mudança, e destacamos as principais áreas em que novos enfoques poderiam oferecer oportunidades de aumentar a eficiência e a eficácia.

19 A OPAS considerou uma mudança significativa em resposta às pressões financeiras que surgiram em 2020, quando as Iniciativas de Desenvolvimento

Organizacional (ODIs) foram lançadas. Era difícil ver como essas iniciativas eram geridas como um programa holístico ou se havia coordenação e supervisão dos resultados. Faltavam objetivos e metas claros para iniciativas individuais, e elas foram abordadas de forma isolada. Algumas lições importantes desse programa podem ser usadas para embasar o enfoque das mudanças planejadas para 2023 e anos seguintes.

20 Convém à OPAS estabelecer como meta um modelo operacional para articular a melhor forma de empregar seus recursos para atingir seus objetivos estratégicos. Esse modelo detalharia quem realizaria os diferentes trabalhos e em que local. Isso dá contornos a uma meta final coerente, que, por sua vez, estrutura a concepção do programa de mudanças e seus resultados. Para terem êxito, os programas de mudança precisam ser planejados e executados cuidadosamente, com o apoio suficiente de recursos e capacidades de pessoal. Deve haver uma estrutura clara de responsabilização, com visibilidade e prestação de contas aos Estados Membros sobre o andamento e os resultados.

21 Consideramos que a OPAS não explorou plenamente as opções disponíveis para aumentar a eficiência em suas operações, como a adoção de um modelo de serviços compartilhados, a terceirização de serviços transacionais e a prestação desses serviços em locais onde o custo é mais baixo. Embora tenham sido tomadas medidas *ad hoc* em algumas áreas muito específicas, não houve uma análise de custos nem do quanto se conseguiria economizar de forma mais ampla se uma abordagem de serviços compartilhados fosse adotada. Observamos que consultores externos foram contratados para informar a Direção sobre as opções. A Secretaria não explorou totalmente os benefícios em termos de custo das opções nem ouviu o interesse dos Estados Membros por mudanças.

22 De maneira análoga, a Secretaria poderia obter mais eficiência no uso de suas propriedades. No momento, a OPAS não tem uma estratégia clara para esse patrimônio que estipule suas necessidades ou o uso desses recursos para melhor apoiar o cumprimento de seus objetivos. O modelo de recursos da Secretaria oferece uma força de trabalho flexível. Isso, aliado a mudanças nas práticas de trabalho e a oportunidades de prestar serviços transacionais de forma diferente, vai gerar mais capacidade excedente. A oportunidade de rever as necessidades da Sede pode liberar capital e a OPAS deve considerar como isso pode apoiar futuros investimentos de capital.

23 A força de trabalho da OPAS continua a ser seu recurso mais importante. Voltamos às recomendações que fizemos em nosso relatório de 2019 e refletimos sobre o progresso alcançado. Tomamos nota da atualização da Estratégia para Pessoas 2.0 desde que a apresentamos em nosso relatório. Entendemos que uma nova estratégia será formulada, dependendo das iniciativas do novo diretor. Nesse ínterim, observamos que houve melhorias na análise das competências gerenciais. Uma análise de lacunas identificou as principais habilidades gerenciais necessárias para a OPAS executar com eficácia suas operações atuais, embora tenhamos visto

evidências limitadas de que o enfoque prevê ou identifica lacunas de competência específicas necessárias nos departamentos e centros de custos.

24 Observamos que o sistema de gestão de desempenho não é moderado de modo a assegurar uma avaliação uniforme por toda a Organização. Em nossa experiência, a classificação “excelente” seria concedida a um pequeno grupo de funcionários com desempenho excepcional. Em 2021, cerca de 58% dos funcionários receberam a classificação “excelente” e apenas dois funcionários ficaram “abaixo das expectativas”. Com uma proporção tão significativa de funcionários recebendo a classificação de desempenho mais alta, é difícil ver como isso permitiria à OPAS atingir o objetivo de atrair os mais talentosos e reter seus melhores funcionários.

25 Continuamos a observar que cerca de 65% do pessoal da OPAS não é obrigado a fazer uma avaliação de desempenho, apesar da semelhança da função exercida em muitos casos por funcionários que não fazem parte do quadro efetivo. De modo geral, convém à OPAS considerar se os atuais sistemas de gestão do desempenho fornecem os dados necessários para identificar as habilidades e necessidades de capacitação para alinhar o pessoal com as necessidades operacionais.

Recomendações anteriores

26 Das 33 recomendações feitas com referência a 2021 e referentes a anos anteriores que permaneceram em andamento, a OPAS implementou, de forma integral ou parcial, 12 recomendações, e encerramos outras nove por elas terem sido substituídas (duas) ou porque a OPAS não pretende fazer mais nenhum trabalho a respeito delas (sete). Doze recomendações permanecem em aberto ou estão em andamento. Continuamos a apoiar o Comitê de Auditoria no acompanhamento dessas recomendações.

Parte 1

Gestão financeira

Resultados gerais da auditoria

1.1 A nossa auditoria das demonstrações financeiras da OPAS não revelou deficiências nem erros que consideremos de importância para a exatidão, o caráter integral ou a validade das demonstrações financeiras. O parecer de auditoria confirma que essas demonstrações financeiras apresentam, fielmente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da OPAS em 31 de dezembro de 2022 e seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício então encerrado. Confirma também sua preparação de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público. As auditorias confirmaram ainda que, em todos os aspectos materiais, as transações que constituem a base das demonstrações financeiras foram feitas em conformidade com o Regulamento Financeiro e aplicadas às finalidades propostas pelos Órgãos Diretores.

1.2 A auditoria abrangeu um exame geral dos procedimentos contábeis da OPAS, uma avaliação dos controles internos que impactam os nossos pareceres de auditoria e testes de registros contábeis e outras evidências que consideramos necessárias nas circunstâncias. Os nossos procedimentos de auditoria foram concebidos principalmente para poder emitir esses pareceres. A auditoria não envolveu um exame detalhado de todos os aspectos dos sistemas de informação orçamentária e financeira, e os resultados não devem ser considerados uma declaração abrangente sobre eles. Por último, foi feito um exame para verificar se as demonstrações financeiras refletiam com exatidão os registros contábeis e estavam apresentadas de maneira justa.

1.3 Com a suspensão das restrições às viagens internacionais, conseguimos fazer visitas mais regulares à sede da OPAS para a auditoria de 2022. Além disso, trabalhamos em duas representações, na Argentina e no Chile, como parte da auditoria deste ano.

Comentário financeiro

1.4 A OPAS informou um superávit global de US\$ 26,8 milhões (2021: superávit de US\$ 9,3 milhões), com uma receita total de US\$ 1,578 bilhão (2021: US\$ 1,794 bilhão) e despesas de US\$ 1,562 bilhão (2021: US\$ 1,785 bilhão). O decréscimo das receitas e despesas em relação a 2021 se deveu principalmente à redução das atividades dos fundos de compras, na medida em que os Estados Membros adquiriram menos vacinas e provisões de emergência relacionadas à pandemia. Embora as atividades dos fundos de compras tenha diminuído, a OPAS continuou a receber recursos adicionais da Organização Mundial da Saúde (OMS),

bem como contribuições voluntárias de outros países para a compra de provisões de saúde pública e para financiar programas especiais de resposta a surtos e crises. O Quadro 1 mostra nossa análise dos elementos componentes da despesa em 2022.

Quadro 1: Principais fluxos de receita e despesa. As atividades da OPAS continuam dominadas cada vez mais pelos serviços de compras que a organização presta diretamente a governos nacionais individuais.

Fluxos de receita	2022	Porcentagem da receita total (2021 entre parênteses)
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 1,113 bi	70,5% (76,4%)
Contribuições voluntárias (incluídas as nacionais)	US\$ 266,7 mi	16,9% (9,9%)
Receita da OMS	US\$ 115,9 mi	7,3% (7,6%)
Contribuições fixas	US\$ 105,3 mi	6,7% (5,9%)
Receitas diversas e outras	-US\$ 22,5 mi ¹	-1,4% (0,2%)
Receita total	US\$ 1,5784 bi²	
Fluxos de despesa	2022	Porcentagem da despesa total (2021 entre parênteses)
Atividades de compras em nome dos Estados Membros	US\$ 1,1534 bi	74,3% (73,7%)
Serviços contratuais	US\$ 174,3 mi	11,2% (8,9%)
Pessoal e outras despesas de pessoal	US\$ 156,6 mi	10,1% (8,6%)
Transferências e subvenções	US\$ 22,6 mi	1,5% (3,1%)
Outras despesas	US\$ 44,7 mi	2,9% (5,7%)
Despesa total	US\$ 1,5516 bi	

Fonte: Análise das demonstrações financeiras da OPAS pelo NAO.

1.5 A Comparação dos montantes orçados e efetivos mostra a despesa em relação ao orçamento bienal aprovado e revisões,³ com a despesa efetiva do primeiro ano do biênio 2022-2023 somando US\$ 419,0 milhões, frente a uma alocação orçamentária de US\$ 440,8 milhões. Isso resultou em uma execução global de 95%. No caso dos programas de base, a OPAS informou gastos de US\$ 254,1 milhões frente a um orçamento de US\$ 339,8 milhões (75% de execução) e, no caso dos programas especiais, gastos de US\$ 164,8 milhões frente a um orçamento de US\$ 101,0 milhões (164% de execução).

¹ A receita negativa informada em 2022 abrange US\$ 43,1 milhões em perdas não realizadas com investimentos (Nota 4.2).

² Abrange US\$ 40,3 milhões de receita de apoio a programas, dos quais US\$ 11,3 milhões foram liberados para financiar despesas em 2022.

³ O orçamento revisado foi aprovado pela Conferência Sanitária Pan-Americana (documento CSP30/6, de 1º de julho de 2022).

1.6 Nos gastos com programas especiais, predominou o programa de resposta a surtos e crises, com US\$ 148,9 milhões informados. Além disso, os gastos com o projeto de Hospitais Inteligentes somaram US\$ 9,7 milhões, com o restante destinado aos programas de febre aftosa e poliomielite. Três doadores, entre eles a OMS, contribuíram com 85% do financiamento para o programa de resposta a surtos e crises. A maior parte dos recursos restantes foi fornecida por diversas organizações multilaterais. Observamos, no entanto, que um Estado Membro da OPAS forneceu US\$ 3,1 milhões, com a condição de que fossem gastos no país. Na nossa opinião, essa receita, bem como as respectivas despesas, deve ser tratada como uma contribuição voluntária nacional e não incluída nos programas especiais.

1.7 Como observado no ano passado, notamos a continuidade das variações significativas nos programas especiais. Embora entendamos que o programa de resposta a surtos e crises necessite de mais flexibilidade, não está tão claro por que essa flexibilidade é necessária para o programa “Hospitais inteligentes”. No próximo ano, temos a intenção de fazer um acompanhamento substancial do trabalho que fizemos em 2020 com respeito a esse programa.

Quadro 2: Programas especiais, 2022 (US\$ mil)

Programa especial	Orçamento	Gastos
Febre aftosa	5.500	6.062
Hospitais Inteligentes	5.000	9.695
Resposta a surtos e crises	90.000	148.941
Manutenção da erradicação da pólio	500	127
Total dos programas especiais	101.000	164.825

1.8 De modo geral, devido aos ganhos atuariais na avaliação do Seguro-saúde Pós-Serviço (ASHI) e aos níveis mais baixos da receita diferida, compensados por um nível global de investimentos gerais mais baixo e uma redução do capital de giro (contas a pagar e a receber), o ativo líquido cresceu para US\$ 547,8 milhões (2021: US\$ 340,2 milhões). O total do ativo diminuiu em US\$ 33,9 milhões, para US\$ 1,7622 bilhão, com a rubrica caixa e investimentos somando US\$ 1,2116 bilhão (2021: US\$ 1,2972 bilhão) e o ativo imobilizado totalizando um valor líquido de US\$ 146,6 milhões (2021: US\$ 139,1 milhões). As contas a receber subiram para US\$ 385,3 milhões (2021: 350,3 milhões) após uma redução ao valor recuperável de US\$ 36,0 milhões, dos quais US\$ 24,8 milhões diziam respeito a um único Estado Membro e US\$ 5,8 milhões, a outro. Continuamos a observar que, apesar dos Estados em atraso estarem sujeitos às restrições de voto previstas no Artigo 6B, não existe um processo para considerar e aprovar se um Estado pode recorrer à OPAS para usar os fundos de compras ou para participar do programa de contribuições voluntárias nacionais.

1.9 O total do passivo diminuiu em US\$ 241,5 milhões, para US\$ 1,2144 bilhão. Fazem parte do passivo a receita total diferida para contribuições voluntárias e fundos de compras no montante de US\$ 941,0 milhões (2021: US\$ 1,0689 bilhão) e a avaliação atuarial líquida da obrigação relativa aos benefícios do pessoal em 2022 no montante de US\$ 139,9 milhões (2021: US\$ 298,9 milhões), como mostrado na Nota 12 às demonstrações financeiras.

1.10 A saúde financeira da OPAS como um todo permaneceu amplamente uniforme nos últimos cinco anos, mas as atividades financiadas por meio dos recursos básicos enfrentaram pressões de caixa maiores do que as atividades financiadas com recursos voluntários. Em todas as nossas auditorias internacionais, usamos a análise por quocientes da saúde financeira de uma organização, a fim de mostrar como as situações financeiras variam com o tempo. Esses quocientes expressam a relação de um item de conta com outro. Por exemplo, há apenas US\$ 0,60 do ativo circulante para cada US\$ 1 do passivo circulante, o que demonstra que o passivo circulante excede o ativo circulante. Fizemos uma revisão dos indicadores da saúde financeira da OPAS usando os principais quocientes financeiros (Quadro 2).

1.11 Nossa análise das atividades gerais e básicas mostra que as pressões financeiras têm sido mais intensas, com o ativo circulante relacionado às atividades básicas correspondendo a apenas 20% do passivo circulante, o que significa que a OPAS não conseguiria honrar suas obrigações imediatas usando apenas os recursos básicos.⁴ Para mitigar esse risco, a OPAS tem a capacidade de liquidar investimentos não correntes em um curto prazo se necessário.

Quadro 2: Análise dos principais quocientes da saúde financeira (atividades básicas entre parênteses): Os quocientes mostram que as atividades básicas estão sob maior pressão do que as financiadas com recursos voluntários e que a OPAS não tem ativos líquidos suficientes para honrar as suas obrigações atuais.

Quociente	2022	2021	2020	2019	2018
Quociente do ativo circulante					
Ativo circulante: passivo circulante	0,6 (0,2)	0,6 (0,3)	1,1 (0,6)	1,1 (0,6)	1,2 (0,6)
Ativo total: passivo total					
Ativo: passivo	1,5 (1,1)	1,2 (1,1)	1,2 (1,2)	1,2 (1,1)	1,4 (1,1)
Quociente de caixa:					
Caixa e investimentos de curto prazo: passivo circulante	0,3 (-0,03)	0,4 (-0,02)	0,7 (0,00)	0,7 (-0,05)	0,8 (-0,02)

⁴ As atividades básicas estão definidas na Nota 18 às demonstrações financeiras e compreendem, predominantemente, as contribuições fixas, as receitas diversas e os fundos do orçamento ordinário da OMS.

Quociente	2022	2021	2020	2019	2018
Quociente de investimentos:					
Caixa e investimentos: ativo total	0,7 (-0,03)	0,7 (-0,01)	0,7 (0,00)	0,7 (-0,04)	0,7 (-0,02)

Relatórios financeiros

Demonstrações financeiras.

1.12 A OPAS implementou as IPSAS em 2010 e, desde então, a Organização evoluiu, o foco das atividades não essenciais mudou e as normas seguidas nos relatórios foram revistas. A OPAS continuou a fornecer demonstrações financeiras sem ressalvas que apresentam de maneira justa sua situação financeira. Desde a nossa nomeação em 2018, incentivamos a Secretaria a melhorar ainda mais a divulgação de informações e os relatórios financeiros. Em 2022, a Secretaria aprimorou a apresentação de sua demonstração de fluxos de caixa para apresentar melhor as informações de acordo com as IPSAS. Com a ajuda de consultores externos, a OPAS também considerou o impacto das novas normas de informação sobre instrumentos financeiros e fará mudanças na forma como aborda a avaliação dos instrumentos financeiros em suas demonstrações financeiras de 2023. Estamos trabalhando com a Direção para avaliar os impactos e as divulgações planejadas.

1.13 Juntamente com as mudanças feitas pela Secretaria, houve áreas em que recomendamos a divulgação de mais informações, sobretudo em torno das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados. Continuamos a acreditar que existem oportunidades para que a OPAS melhore seus relatórios aos Estados Membros, a fim de tornar as demonstrações financeiras mais acessíveis. No último ano de nosso mandato, incentivaremos um desenvolvimento ainda maior para aumentar a transparência dos relatórios financeiros.

Investimentos

1.14 A OPAS detém investimentos consideráveis; o valor de sua carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2022 era de US\$ 1,03 bilhão. Informações detalhadas nas Notas 4 e 5 das demonstrações financeiras explicam melhor a natureza e a diversificação desses investimentos. Devido às condições adversas do mercado em 2022, a OPAS registrou perdas não realizadas de US\$ 43,1 milhões, principalmente devido ao aumento das taxas de juros, que afetaram a avaliação dos títulos detidos pela OPAS.

1.15 A política de investimento da OPAS estabelece o Comitê de Investimentos, que compreende o Diretor de Administração, o Diretor Adjunto, o Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros e o Tesoureiro. Dada a escala da carteira de investimentos da OPAS, esperaríamos que o comitê tivesse acesso a especialistas independentes em investimentos para que pudessem compreender o ambiente mais amplo dos mercados e questionar seus gestores de investimentos.

Isso é de especial importância em vista do aumento da instabilidade do mercado e do movimento das taxas de juros.

1.16 A política atual exige que o comitê se reúna pelo menos duas vezes por ano e com mais frequência, se necessário, devido às condições dos mercados. Também exige que a OPAS elabore formalmente relatórios trimestrais de investimento para o Comitê, detalhando os ativos da carteira, indicando o valor nominal, o valor de mercado e a taxa de rendimento de cada título, o cálculo do vencimento médio, as estatísticas de diversificação e os resultados em termos de desempenho. Examinamos a atividade do Comitê de Investimentos e observamos que ele se reuniu apenas duas vezes para tratar do desempenho dos investimentos em 2022, apesar dos movimentos muito significativos nos mercados financeiros. Também notamos que não foram elaborados relatórios trimestrais referentes a março e junho de 2022. Os controles sobre os investimentos necessitam de atenção; o tamanho da carteira da OPAS deveria exigir reuniões mais regulares para demonstrar a devida diligência.

A OPAS deveria:

R1 a) Tomar medidas urgentes para rever a adequação de sua política atual e a supervisão do desempenho dos investimentos e b) zelar para que sua política de investimento esteja sujeita à análise objetiva de especialistas para gerir devidamente os riscos da estratégia de investimento.

Estoques

1.17 A OPAS informa que detém estoques no montante de US\$ 17,6 milhões, o que representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esse aumento se deve ao fato de a OPAS manter mais provisões médicas financiadas pelo Fundo de Preparação para Emergências e Assistência em Caso de Desastres, dos quais cerca de US\$ 12,9 milhões eram mantidos no Panamá. Como parte de nossa auditoria, examinamos os relatórios de fim de ano e encontramos algumas inconsistências quanto ao estoque informado na Venezuela. Isso resultou em ajustes de US\$ 1,2 milhão para remover itens registrados erroneamente como estoque, como seis veículos, que deveriam ter sido tratados como “ativo imobilizado”, e outros erros, como o registro de itens em dólares dos Estados Unidos que deveriam ter sido informados em moeda local. Após o ajuste, constatamos que a OPAS ainda não tinha aplicado o tratamento contábil apropriado no caso dos veículos. Dadas as falhas de controle, tivemos pouca segurança quanto à confiabilidade do saldo do estoque residual na Venezuela. O saldo residual, de US\$ 2,4 milhões, não era relevante para as demonstrações financeiras como um todo e, portanto, não afeta nosso parecer de auditoria. Discutimos com a Direção as falhas de controle que identificamos, as quais destacam as deficiências nos controles e monitoramento dos estoques, o que exige atenção da Direção.

1.18 Separadamente, o OIA concluiu uma auditoria dos estoques em novembro de 2022. De modo geral, o OIA constatou uma boa administração e cuidado com os estoques no dia-a-dia em toda a Organização, o que foi respaldado por resultados positivos da contagem dos estoques por amostragem em vários países, entre eles o

Panamá. O OIA levantou algumas observações importantes relacionadas à política de estoques e à forma como os registros são mantidos. Concordamos com suas recomendações e, caso a OPAS determine que é apropriado manter estoques, é necessário providenciar que o quadro dessa política e o ambiente de controle sejam desenvolvidos devidamente.

Benefícios pós-emprego

1.19 As obrigações mais significativas que a OPAS reconhece em suas demonstrações financeiras são as relacionadas aos benefícios aos empregados, que compreendem o seguro-saúde pós-serviço do pessoal e suas obrigações referentes aos pagamentos por rescisão de contrato de trabalho e repatriação. O passivo global relacionado a esses benefícios diminuiu para US\$ 231,9 milhões (2021: US\$ 404,9 milhões). Esse passivo é compensado pelos ativos do plano, no montante de US\$ 92,0 milhões (2021: US\$ 106,0 milhões, que a OPAS destinou para fazer face parcialmente a essa obrigação, deixando um passivo líquido não financiado de US\$ 123,8 milhões (2021: US\$ 298,9 milhões).

Quadro 3: Obrigações relacionadas a benefícios aos empregados: com a evolução das condições dos mercados e a evolução positiva dos pressupostos demográficos, o passivo líquido diminuiu consideravelmente nos últimos três anos.

Composição das obrigações relacionadas a benefícios aos empregados (US\$ mil)

	Seguro-saúde Pós-serviço (ASHI)	Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação (TAREP)	Total
1º de janeiro de 2022	380.345	24.541	404.886
Gastos atuais com a prestação de serviços	9.945	2.561	12.506
Gastos com juros	11.824	598	12.422
Pedidos de reembolso, contribuições e custos administrativos	(9.836)	(2.561)	(12.397)
Ganhos atuariais	(186.097)	(1.324)	(187.421)
Outros	1.949		1.949
31 de dezembro de 2022	208.130	23.815	231.945
Ativos do plano	74.992	17.017	92.009
Passivo líquido	133.139	6.799	139.938
31 de dezembro de 2022			

Obrigações relacionadas a benefícios aos empregados líquidas não financiadas ao longo do tempo (US\$ mil)

	2022	2021	2020	2019	2018
ASHI	133.139	295.795	330.330	270.249	198.792
TAREP	6.799	3.064	4.618	7.292	4.435
Total	139.938	298.859	334.948	277.541	203.227

Fonte: Demonstrações financeiras da OPAS.

1.20 Os fatores mais significativos que afetaram a avaliação do passivo são os pressupostos atuariais, projetados para fornecer a melhor estimativa dos custos futuros do passivo em valores de hoje. Para 2022, esses ajustes reduziram o passivo em US\$ 186,1 milhões (Figura 3) e compreendem:

- Ganho de US\$ 126,0 milhões com a variação dos pressupostos financeiros. Decorre de atualizações de pressupostos, como taxas de desconto, inflação, tendências médicas e aumentos de salários. Os ganhos estão relacionados principalmente a um aumento de 3,4% na taxa de desconto, que resultou em uma redução de US\$ 95,8 milhões no passivo e um decréscimo da taxa de tendência dos custos médicos, resultando em um “ganho” atuarial adicional de US\$ 30,2 milhões. Isso é aprofundado mais adiante.
- Ganho de US\$ 60,1 milhões com a variação dos pressupostos demográficos. Decorre de atualizações de pressupostos como rotatividade, mortalidade e invalidez, aposentadoria e ajustes relacionados à idade nos pedidos de reembolso de despesas médicas. Esse ganho está relacionado à evolução de aspectos demográficos da população desde a última avaliação completa, feita em 2019, e essa evolução está de acordo com nossa expectativa, considerando um período de três anos entre as avaliações.

Taxa de tendência dos custos médicos

1.21 É comum que as organizações definam pressupostos de inflação de custos médicos com uma taxa de tendência de custo de curto prazo que tende para uma taxa de longo prazo mais baixa. A OPAS definiu suas taxas de curto prazo para os membros dos Estados Unidos em 4,5%, tendendo para 3,85% a partir de 2030. De maneira semelhante, no caso dos membros de fora dos Estados Unidos, a taxa foi fixada em 7,3%, tendendo para 3,95%. A taxa de curto prazo os membros dos EUA e as taxas de longo prazo para as duas categorias estavam abaixo de nossas faixas previstas.

1.22 A justificativa da OPAS para as taxas de curto prazo mais baixas se baseia nas evidências de custos obtidas com a experiência com os pedidos de reembolso no período 2016-2019, que aumentaram a uma taxa menor do que as tendências globais do mercado. Isso levou a um fator de ajuste que reduziu os pressupostos de inflação para 75% das tendências do mercado. Discutimos com a Secretaria a necessidade de atualizar a análise para refletir as tendências do pós-pandemia com os pedidos de reembolso de despesas médicas visando a futuras avaliações atuariais.

1.23 No caso das taxas de longo prazo, esperaríamos ver pressupostos pelo menos 0,65% mais altos do que os adotados. O atuário da OPAS forneceu uma análise de sensibilidade adicional, constante da Nota 12.8 das demonstrações financeiras, que mostra que um aumento de 1% nas taxas de inflação médica aumentaria as obrigações em cerca de US\$ 41,3 milhões.

1.24 Com referência a 2022, embora tenha havido reduções significativas das obrigações líquidas do Fundo ASHI de modo geral, as obrigações associadas ao compromisso de oferecer esses benefícios ao pessoal continuam a ser um passivo bastante considerável que a OPAS precisa administrar. A OPAS não consegue controlar a taxa de desconto, determinada pela movimentação das taxas de juros, nem consegue controlar os custos da inflação médica. Em consequência, se os juros diminuïrem ou os custos médicos aumentarem, o passivo crescerá. Conforme informamos em anos anteriores, os impactos das obrigações do ASHI exigem atenção contínua da Direção.

1.25 Continuamos a observar que a Direção não obtém uma garantia própria direta da OMS sobre os ativos do plano da OPAS mantidos pela OMS antes da certificação dos fundos SHI da OMS pelos auditores da OMS, que ocorre após a preparação das contas da OPAS. Em 31 de dezembro de 2022, esses ativos estavam avaliados em US\$ 75,0 milhões. Consideramos importante que essas garantias sejam obtidas regularmente pela administração, e não apenas para fins de auditoria externa.

Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

1.26 A OPAS está filiada como organização membro ao Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (UNJSPF) por meio de seus funcionários. Contudo, como o plano de pensão não consegue estimar de forma precisa e confiável o respectivo risco de cada organização participante, não aparece uma obrigação atuarial referente ao plano de pensão nas demonstrações financeiras da OPAS.

1.27 As características do plano de pensão da ONU estão descritas na Nota 12.9 às demonstrações financeiras e essas informações são divulgadas dessa forma por muitas organizações participantes. Na mais recente data atuarial, 31 de dezembro de 2021, o UNJSPF tinha concluído que não havia nenhuma exigência de pagamentos por déficit a serem feitos nos termos do Artigo 26 do Regulamento do Fundo, pois seu coeficiente de financiamento tinha melhorado desde o último relatório atuarial, para 117% (2019: 107,1%). Caso essa situação mude no futuro, pagamentos por déficit passariam a ser exigidos da OPAS. Essa situação representa um possível risco financeiro no futuro para a Organização, que precisa continuar a ser acompanhado.

Processo na Justiça referente ao programa Mais Médicos

1.28 Em 2018, quatro médicos cubanos entraram com uma ação coletiva nos Estados Unidos contra a OPAS a respeito da função da OPAS no programa Mais Médicos, que esteve ativo no Brasil de 2013 a 2018. Os reclamantes alegaram que a OPAS atuou como intermediário financeiro entre o Brasil e Cuba. Alegam ainda que o programa efetivamente tratou como mão de obra forçada 8.300 médicos cubanos que trabalharam no Brasil em sua função como funcionários do governo cubano.

1.29 Inicialmente, a OPAS solicitou a extinção do processo com base no fato de que a Organização era imune tanto nos termos da legislação dos Estados Unidos quanto nos termos da Constituição da OMS. A OPAS nos informou que um juiz dos Estados Unidos tinha concordado que a OPAS desfrutava de imunidade nos termos da

legislação americana quanto à maioria das alegações dos litigantes. Contudo, relativamente a uma subparte de uma das alegações, o juiz decidiu que, se todas as alegações fossem verdadeiras, então haveria uma exceção à imunidade conferida pela legislação dos Estados Unidos. A OPAS pediu a extinção do processo com base nos fatos apresentados.

1.30 A OPAS acredita que as informações por ela divulgadas nas demonstrações financeiras continuam a ser apropriadas e não as alterou após a última decisão. Continua a acreditar que o processo não tem mérito, o que significaria que constituir uma provisão financeira seria desnecessário. O caso está atualmente coberto pelas informações genéricas divulgadas sobre o passivo contingente (Nota 24), sem qualquer quantificação. Embora um passivo possa ser remoto, continua a ser um risco financeiro possivelmente significativo para a OPAS.

Governança e controle interno

1.31 O Diretor é responsável por assegurar a administração financeira eficaz da Organização em conformidade com o Regulamento Financeiro. A OPAS estabeleceu e mantém sistemas de controle interno e delegação importantes para proporcionar uma estrutura que assegure os Estados Membros e na qual estes possam confiar. Continuamos a relatar que a OPAS tem uma base sólida para exercer o controle interno por meio da funcionalidade do PMIS. Nossa auditoria não identificou nenhuma deficiência significativa ou material nos controles internos, embora continuemos a destacar para a Direção áreas que podem ser melhoradas.

1.32 A OPAS usa o modelo das “três linhas de defesa” ao articular o controle interno dentro da Organização.

- A primeira linha de defesa são as funções que detêm a responsabilidade pelos riscos e que os gerem. É formada por gerentes e funcionários responsáveis pelas operações da linha de frente e de *back office*.
- A segunda linha de defesa compreende as funções que supervisionam a conformidade institucional ou a gestão de riscos organizacionais ou que se especializam nessas áreas.
- Já a terceira linha de defesa são as funções que fornecem garantia independente. No contexto da OPAS, trata-se do Escritório de Auditoria Interna e das funções de investigação e ética.

1.33 Será importante que o novo Diretor esteja satisfeito com o fato de que os arranjos existentes forneçam não apenas a estrutura, mas também a qualidade das garantias que ele considere necessárias para exercer sua função. Ao longo de nosso mandato, identificamos áreas para melhoria e estamos aproveitando a oportunidade para reiterar as áreas que reforçariam o modelo das três linhas de defesa na OPAS. As melhorias nessas áreas poderiam reforçar consideravelmente a declaração sobre controle interno, levando a uma maior transparência e melhor prestação de contas.

Estrutura de prestação de contas

1.34 Em nosso relatório do ano passado, recomendamos que a OPAS estabelecesse uma estrutura geral de prestação de contas. Essa estrutura reuniria: as três linhas de defesa; o planejamento; os relatórios financeiros e de desempenho; a avaliação; os regimes de delegação e autoridade; e a ética com o intuito de fornecer uma estrutura clara de prestação de contas aos Estados Membros. Como destacamos, muitos desses elementos existem na OPAS, mas articulá-los em uma estrutura conceitual geral e descrever como os elementos interagem aumentaria consideravelmente a transparência e a eficiência dos processos de controle. Notamos que a Secretaria adiou a implementação dessa recomendação até a posse do novo Diretor, e estamos prontos a apoiar a Direção nas discussões sobre os planos para formular uma estrutura coerente.

Programa, orçamento e avaliação

1.35 Em nosso relatório do ano passado, consideramos a eficácia da OPAS na elaboração estratégica do orçamento e na gestão baseada em resultados. Fizemos uma série de recomendações que foram consideradas pela Secretaria. Várias das respostas não abordaram a essência das observações que fizemos, sobretudo as relacionadas à necessidade de:

- Articular melhor a contribuição específica e mensurável da Secretaria para o Plano Estratégico geral para as Américas;
- Direcionar a priorização de recursos da Secretaria para as áreas em que ela consegue demonstrar maior impacto e eficácia;
- Elaborar um conjunto equilibrado de indicadores que permita à Secretaria demonstrar sua contribuição para os resultados esperados pelos Estados Membros.

1.36 Consideramos as responsabilidades da função do Programa, Orçamento e Avaliação (PBE) e, mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que a OPAS adota um enfoque único ao combinar as funções de estratégia e planejamento com as de orçamento, monitoramento e avaliação. A combinação dessas funções representa um conflito inerente e uma erosão da separação de funções que normalmente esperaríamos. O normal seria que as funções de contabilidade financeira e gerencial estivessem no mesmo departamento. Nossa experiência mostra que é importante ter essa integração completa entre a contabilidade gerencial, a gestão do fluxo de caixa e a contabilidade e prestação de contas financeiras para ter uma abordagem coerente e holística da gestão financeira dentro da OPAS. Atualmente, consideramos que as duas funções do PBE (contabilidade gerencial) e da Gestão dos Recursos Financeiros – FRM (prestação de contas financeira) estão desconectadas, o que enfraquece os processos gerais de monitoramento. Da mesma forma, normalmente esperaríamos que o processo de formulação da estratégia fosse executado separadamente da responsabilidade de alocar recursos. O PBE ressaltou sua percepção das vantagens organizacionais da abordagem atual,

mas consideramos importante que elas sejam testadas em comparação com os benefícios de uma abordagem holística da gestão financeira.

1.37 Saudamos as mudanças feitas para estabelecer um programa de avaliação eficaz. A ausência de avaliação tem sido um ponto fraco no ambiente de controle da OPAS durante nosso mandato, reduzindo a garantia que pode ser obtida com a análise e avaliação da eficácia da OPAS na prestação de seus serviços. O trabalho de avaliação da Secretaria começou bem, ao avaliar a própria eficácia na execução da resposta à pandemia, e isso demonstra claramente que a nova função está atenta aos riscos. Entendemos que o novo Diretor planeja publicar os resultados das avaliações, o que louvamos como um exemplo claro do compromisso com a transparência perante as partes interessadas da OPAS. A Organização nos informa que examinará as experiências e lições extraídas da aplicação das novas modalidades de avaliação. Embora os mecanismos já estabelecidos sejam sólidos, é muito cedo para avaliar plenamente sua eficácia, e consideraremos isso em nosso último ano.

1.38 Observamos que a quarta avaliação planejada diz respeito à gestão baseada em resultados, a principal responsabilidade do departamento. Considerando nossas constatações do ano passado, acreditamos que se trata de uma análise importante, e essa avaliação deve considerar o custo-benefício do atual processo de monitoramento e avaliação do desempenho (PMA, do inglês *performance monitoring assessment*), que continuamos a ver como um esforço desproporcional que oferece uma visibilidade limitada do impacto efetivo da Secretaria. A OPAS nos informou que elaborou um segundo relatório de PMA, que simplifica o processo; em nosso último ano consideraremos essas mudanças uma vez que tenham sido feitas. A OPAS nos informou que foram feitas mudanças no processo de PMA que serão efetivadas na avaliação semestral de 2023. Entendemos que isso resultará em uma abordagem diferenciada e mais leve.

1.39 Em nosso trabalho no nível das representações, continuamos a verificar um esforço desproporcional dedicado ao planejamento de produtos e serviços em grande medida teóricos como forma de alocar recursos. Temos a sensação de que o acompanhamento do desempenho por meio da oferta desses produtos e serviços lança pouca luz sobre o desempenho efetivo ou o valor agregado por parte da Secretaria. Continuamos a sublinhar a necessidade de elaborar indicadores-chave de desempenho reais para medir melhor o desempenho e o valor agregado da Secretaria.

1.40 Estamos preocupados que a avaliação faça parte das responsabilidades do PBE. Combinar a avaliação com as funções principais de planejamento de recursos, alocação e monitoramento do desempenho representa um conflito que poderia ser visto como algo que prejudica sua independência e seus resultados. Embora medidas mitigatórias tenham sido implementadas para gerir o processo, acreditamos que exista um conflito inerente na avaliação dos sistemas de gestão baseada em resultados, com o PBE informando, de maneira “independente”, sobre seu próprio desempenho e sistemas. O monitoramento do desempenho é uma função gerencial,

ao passo que a avaliação é uma função de garantia. Nesse sentido, é incomum posicionar essas duas disciplinas em uma única unidade operacional.

A OPAS deveria:

R2: Considerar as vantagens e as possíveis desvantagens de separar a estratégia e o planejamento das funções de contabilidade gerencial e orçamento, e os méritos de combinar o monitoramento financeiro e orçamentário em uma única unidade financeira.

R3: Considerando os riscos para a objetividade, separar a avaliação do processo operacional de prestação de contas e monitoramento do desempenho.

Gestão de riscos

1.41 As disciplinas de gestão de riscos são importantes para estimular o bom comportamento no estabelecimento de uma cultura transparente para identificar, controlar e monitorar os riscos. Em 2020, destacamos que os processos de gestão de riscos institucionais no nível local não eram usados ativamente para a tomada de decisões. Após o relaxamento das restrições relacionadas à pandemia, retomamos nosso programa de visita a representações e constatamos poucas mudanças no uso da gestão de riscos no nível local ou no valor que o processo institucional agregava ao trabalho nos países. De modo geral, a direção local estava ciente das questões de risco e as mitigava em suas operações diárias, mas essas práticas não eram documentadas e o uso do sistema institucional era superficial.

1.42 No decorrer de nosso mandato, fizemos várias recomendações relacionadas à gestão de riscos e os processos amadureceram. A OPAS estendeu a gestão de riscos de modo a abranger os acordos de contribuições voluntárias e agora está documentando as respectivas medidas para a mitigação de riscos. Embora isso tenha aumentado as responsabilidades dos pontos focais dos centros de custos, ainda é difícil ver como o processo de gestão de riscos embasa e influencia a tomada de decisões no nível local ou institucional. À luz de nossas seguidas observações, discutimos com a Direção a necessidade de avaliar o custo-benefício dos atuais processos de gestão de riscos. Entendemos que uma análise externa será feita em 2023 e consideramos importante focalizar como a gestão de riscos pode ser proporcional e melhor apoiar a tomada de decisões regulares pela Direção.

Conformidade

1.43 Em 2021, relatamos que a função de conformidade da OPAS não maximizava seu potencial de oferecer garantias comprovadas para apoiar as afirmações feitas na Declaração sobre Controle Interno. Tínhamos constatado que a conformidade não tinha funcionado dentro de uma estrutura geral de prestação de contas e que seu foco não estava apoiando nem garantindo os riscos principais e materiais das operações financeiras da OPAS. Embora outras medidas tenham sido tomadas com respeito ao desenho da função de conformidade, não houve nenhuma atividade substantiva de conformidade em 2022, enquanto se aguarda o ingresso de um novo

oficial de conformidade em meados de 2023. Acreditamos que essa deficiência no ambiente de controle deveria ter sido refletida claramente na declaração do Diretor sobre controle interno.

1.44 No início de nosso relatório, destacamos falhas na gestão de estoques que deveriam ter sido identificadas pelas atividades de controle por meio da primeira e da segunda linha. Reiteramos nossa opinião anterior de que a OPAS precisa elaborar um conjunto de relatórios funcionais para confirmar as principais áreas de conformidade e identificar padrões e tendências para embasar as avaliações de risco e outras respostas. Uma função de conformidade eficaz pode complementar os avanços rumo ao aumento da eficiência e eficácia dos processos operacionais. As recomendações relacionadas que fizemos em anos anteriores permanecem em andamento até que a Direção conclua seu trabalho de revisão da estrutura de conformidade da OPAS. No momento, a função de conformidade não está fazendo um trabalho proativo para apoiar a operação da segunda linha de defesa dentro da OPAS. Trata-se de um ponto fraco no ambiente de controle interno da OPAS.

Escritório de Auditoria Interna (OIA)

1.45 A função do OIA é ajudar a Direção a proteger e melhorar a gestão de riscos e os controles internos na Secretaria. Ela se situa ao lado de outros elementos da terceira linha de defesa, como ética e investigações. O OIA mostra de forma independente se os processos de gestão de riscos e os controles internos relacionados são projetados devidamente e funcionam de maneira eficaz. Seu trabalho deve cobrir todas as funções operacionais e institucionais, incluídos os sistemas de tecnologia da informação.

1.46 Em 2022, o OIA fez sete trabalhos de auditoria:

- Três auditorias no nível nacional e a auditoria da folha de pagamento cobrindo despesas informadas nas declarações financeiras no montante de US\$ 96 milhões (6% das despesas totais da OPAS);
- Uma auditoria dos estoques, abrangendo US\$ 17,6 milhões em ativos informados nessas demonstrações financeiras (1% do total de ativos);
- Auditorias da segunda linha de defesa e uma revisão da continuidade das operações e das providências para a resiliência institucional.

1.47 Conforme destacado anteriormente em nosso relatório, identificamos deficiências na gestão dos estoques na Venezuela e uma falta de atividade de conformidade em 2022; esta última questão, embora reconhecida no relatório mais abrangente da OIA, não resultou em um parecer insatisfatório, mas melhorias importantes foram identificadas.

1.48 Em seu relatório anual, o OIA observou que não tinha identificado nenhuma deficiência significativa nos controles internos que comprometesse seriamente a consecução dos objetivos estratégicos e operacionais da OPAS. Em seu parecer anual, o OIA concluiu que o ambiente de controle interno “fornecia uma garantia

razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos, e à salvaguarda dos ativos”. O relatório anual deu algum destaque às deficiências nas atividades da segunda linha e ao impacto em potencial que isso poderia ter sobre a estrutura de controle. Conforme observado anteriormente, o OIA não fornece um parecer específico sobre os processos de gestão de riscos nem sobre o ambiente de controle interno, o que consideramos ser uma boa prática.

1.49 De acordo com as boas práticas, o OIA encomendou uma avaliação externa da qualidade ao Institute of Internal Auditors (IIA) em 2022. O OIA não solicitou uma “avaliação externa total da qualidade”, mas fez uma autoavaliação validada de forma independente pelo IIA. A avaliação concluiu que o OIA “de modo geral está em conformidade” com as práticas profissionais do IIA com referência ao período 2017-2022, o que representa conformidade com as normas.

1.50 Embora o resultado da análise tenha sido positivo, consideramos que há espaço para que o planejamento siga um mais baseado em riscos, levando mais em conta os riscos financeiros e operacionais para a OPAS. Por exemplo, continuamos a notar a ausência de trabalho sobre os sistemas de TIC e os riscos cibernéticos da OPAS e incentivamos o OIA a aprofundar ainda mais seu parecer anual de modo a abranger o controle interno, a gestão de riscos e a governança. Embora saibamos que o OIA contratará um terceiro para examinar a segurança dos sistemas de TIC em 2023, consideramos que a ausência de trabalho de garantia nessa área nos últimos quatro anos constitui um risco significativo, dadas as ameaças globais a esses sistemas.

Investigações:

1.51 Em 2022, discutimos a atividade de investigação com o chefe dessa função e ficamos satisfeitos por não haver casos significativos que pudessem afetar o ambiente de controle interno da OPAS nem meu parecer de auditoria. Em nossas discussões, consideramos os termos de referência em relação às boas práticas e identificamos áreas em que as disposições da OPAS deveriam ser revistas. Observamos que a estrutura hierárquica atual tinha no seu topo o Diretor Adjunto e não o chefe da organização, como esperaríamos normalmente. Notamos, porém, que há uma relação hierárquica direta com os Órgãos Diretores.

1.52 A participação elevada de pessoal que não pertence ao quadro efetivo da OPAS cria uma situação incomum em que muitos ocupantes de cargos funcionais não podem ser investigados sem consulta prévia ao Escritório do Assessor Jurídico e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos. Embora se reconheçam os riscos jurídicos que estão sendo geridos pela OPAS, essa situação apresenta suas próprias restrições à independência normal da função investigativa. Para proteger a sustentabilidade e a integridade da função, em um momento apropriado no futuro, a OPAS deve considerar a possibilidade de criar uma função de supervisão, incorporando tanto a auditoria interna como as investigações, diretamente subordinada ao chefe da Organização.

Escritório de Ética

1.53 Durante o ano, discutimos as atividades do Escritório de Ética. Analisamos os resultados da “pesquisa sobre a ética e o clima” da OPAS, que tinha sido previamente comunicada a todo o pessoal. A pesquisa identificou, por exemplo, que uma pequena proporção (em relação ao indicador de referência) do pessoal da OPAS tinha ouvido falar do serviço de ajuda da OPAS ou consultado o código de ética. Também constatou que o Escritório de Ética tinha sido útil na resolução de conflitos e que o pessoal da OPAS não se sente pressionado a comprometer os princípios éticos. Embora a Direção tivesse a intenção de formular um plano de ação formal, a resposta não foi priorizada e os resultados não foram postos em prática. Para incorporar a cultura apropriada dentro da Organização, consideramos que ações claras nesta área são uma prioridade para a OPAS, sobretudo em vista dos riscos decorrentes da natureza das operações da OPAS, do uso de funcionários que não fazem parte do quadro efetivo e do nível significativo de atuação nos países.

1.54 Foi redigido um código de ética revisado que, segundo observamos, não chegou a ser finalizado e lançado pela antiga Diretora. A intenção é que ele agora seja considerado pelo novo Diretor e lançado, seguido pela elaboração de um plano de comunicação e treinamento. A Direção está estudando a possibilidade de exigir uma confirmação anual de adesão ao código. Essa é uma prática que apoiamos para fortalecer a responsabilização de todo o pessoal da OPAS e estabelecer um compromisso claro de promover e aplicar normas éticas.

1.55 Durante nossas conversas, muitas iniciativas pareceram ser limitadas por questões de capacidade dentro do Escritório de Ética. Entendemos que uma quantidade significativa de tempo do programa de declaração de interesses da OPAS é consumida pela análise dos formulários anuais de divulgação do pessoal em cargos sensíveis e de todos os novos funcionários e consultores. Há mérito em examinar o risco de que os conflitos declarados criem consequências significativas que afetem as finanças ou a reputação da OPAS. O risco real é a ausência de conflitos declarados que a OPAS não possa controlar. Identificar os riscos reais para a OPAS e concentrar o trabalho de exame de maneira compatível poderia reduzir o ônus administrativo e permitir uma redefinição das prioridades desse trabalho.

Independência e objetividade

1.56 Observamos que, diferentemente do Auditor Geral da OPAS, o Investigador tem um mandato limitado. Embora o OIA confirme em seu relatório anual que não houve obstáculos nem interferência quanto a sua independência, tomamos nota das observações anteriores da Unidade de Inspeção Conjunta das Nações Unidas nessa área. Sugerem que a limitação do mandato do chefe da auditoria interna é um meio eficaz de garantir a independência e a objetividade da função. Os limites de mandato têm a vantagem de introduzir um rodízio periódico, permitindo que sejam incorporados enfoques e abordagens renovados nos mecanismos de auditoria interna. Em um momento apropriado no futuro, a OPAS talvez deseje rever o Estatuto para refletir essa prática.

1.57 Em nossas discussões com o Escritório de Ética, observamos que eles tinham sido incumbidos, sem serem consultados, de assumir a importante função de ombudsman. A política da OPAS previa que o ombudsman da OMS desempenharia essa função. Esse seria um mecanismo com boa relação custo-benefício a ser explorado pela OPAS. Há um conflito fundamental quando a função de ética desempenha esse papel, mesmo em caráter provisório.

A OPAS deveria:

R4: Revisar seu Estatuto de Auditoria Interna para adotar limites ao mandato em futuras nomeações do “Auditor Geral”.

R5: Tomar medidas de imediato para estabelecer um ombudsman independente a fim de prestar apoio de forma inteiramente confidencial, neutra e imparcial fora da cadeia da Direção.

Declaração sobre Controle Interno

1.58 A Declaração sobre Controle Interno da OPAS deve fornecer aos Estados Membros garantias sobre o ambiente de controle interno da Secretaria, o funcionamento das linhas de defesa e outros elementos de controle. A Declaração representa o principal documento de prestação de contas para demonstrar aos Estados Membros como a responsabilidade pelo ambiente de controle foi cumprida. Descreve a qualidade de sua operação e as garantias nas quais se baseia a conclusão do Diretor sobre sua eficácia operacional. Em 2022, a operação dos controles e as garantias sobre sua robustez eram de responsabilidade da então Diretora. O novo titular do cargo concluiu e assinou a Declaração com base nas garantias fornecidas a ele pela antecessora, pela alta direção e pelos provedores de garantias. Ele também levou em consideração seu conhecimento e entendimento como membro da Direção.

1.59 No início de nosso relatório, destacamos a necessidade de melhorias em cada uma das três linhas de defesa. Em nossa opinião, embora a Declaração sobre Controle Interno seja amplamente coerente com nosso entendimento da estrutura, não acreditamos que ela descreva de maneira totalmente transparente a qualidade e a extensão das garantias que normalmente esperaríamos que sustentassem esse tipo de declaração. Os principais elementos devem ser:

- Processos operacionais eficientes com controles e revisões para detecção direcionados;
- Uma função de conformidade que produza resultados usados pela direção para identificar tendências e concentre seus relatórios nas principais exceções em áreas operacionais cruciais ou de maior risco;
- Um plano de supervisão interna inteiramente baseado em riscos que possa fornecer um conjunto específico de garantias sobre o controle interno e a gestão dos riscos relacionados ao período coberto pela Declaração.

1.60 Embora nossa auditoria confirme que não existem deficiências materiais no controle interno que afetem as transações apresentadas as demonstrações financeiras, as melhorias que destacamos acima aumentariam consideravelmente a qualidade das garantias que podem ser oferecidas na Declaração sobre Controle Interno. No momento, a declaração considera melhorias que podem ser realizadas no futuro. Ela não reflete integralmente a maturidade dos mecanismos existentes nem até que ponto as atividades forneceram evidências reais sobre os riscos significativos e materiais para a OPAS durante o período. As recomendações nessa área (2021: Recomendação 3) continuam em andamento.

Part Dois

Modernização da direção da OPAS

Introdução e alcance do trabalho

2.1 Em qualquer organização, uma mudança de liderança inevitavelmente dará origem a novas iniciativas. Desde a nomeação da Diretora anterior, as Américas passaram por uma crise financeira, instabilidade política e uma pandemia mundial. Nessa conjuntura, não é de surpreender que mudanças estejam sendo consideradas. Em nossas interações com o novo Diretor, ele ressaltou a importância da prestação de contas, da transparência e da tomada de decisões com base em dados. Todos esses conceitos são valiosos e consideramos que são áreas importantes para posicionar bem a OPAS perante as partes interessadas. O Diretor indicou a nós que está considerando mudanças e reunindo informações para decidir sobre as melhores e mais eficazes formas de prestar serviços.

2.2 Em nossa função de auditor externo, procuramos ajudar a embasar a tomada de decisões, destacando áreas de nosso trabalho que, em nossa opinião, poderiam agregar valor à Organização. O questionamento das formas de operação existentes proporciona maior garantia de que as decisões levem aos resultados mais eficazes e eficientes. Durante nosso mandato, destacamos que as decisões anteriores nem sempre articulavam os benefícios em termos de custo e destacamos regularmente a necessidade de abordar a eficiência de maneira holística.

2.3 Estamos cientes de que o novo Diretor iniciou vários programas e conceitos para explorar e considerar as formas atuais de trabalho e prestação de serviços. Acreditamos que essa é uma oportunidade real de considerar como a Secretaria presta seus serviços à Organização e aos Estados Membros.

2.4 A necessidade de mudança vem sendo um tópico ao longo de nosso mandato. Em nossos relatórios anteriores, observamos que a eficiência e a mudança eram vistas, em grande medida, sob a ótica do enfrentamento de pressões e desafios financeiros imediatos. No ano passado, destacamos que a abordagem da eficiência não deve se basear apenas nas oportunidades de economizar que se apresentem, como vimos em relação à abordagem anterior dos serviços compartilhados. Em vez disso, enfatizamos a necessidade de uma abordagem mais estruturada e holística para buscar eficiências e aumentar a eficácia. Examinamos o enfoque da OPAS nessa área, que nos últimos anos tem se concentrado nas Iniciativas de Desenvolvimento Organizacional (ODIs), e procuramos comentar o que pode ser aprendido com o funcionamento desse programa.

Iniciativas de Desenvolvimento Organizacional

2.5 Em resposta à crise financeira enfrentada pela OPAS em 2020, os Estados Membros solicitaram que a Direção explorasse eficiências na forma como ela trabalhava. A Secretaria elaborou uma série de 20 iniciativas, chamadas de Iniciativas de Desenvolvimento Organizacional (ODIs). Como um programa de mudanças, o alcance e os objetivos gerais das ODIs não eram claros e não havia uma responsabilização clara pelos resultados finais perante os Estados Membros. Embora tenha sido criado um comitê de supervisão para coordenar e supervisionar a implementação das iniciativas, não houve uma articulação clara da contenção de custos prevista nem de outros benefícios, e os projetos individuais não foram geridos como um programa de mudanças coerente.

2.6 Ao examinar as ODIs, muitas das iniciativas tinham interdependências, mas a abordagem adotada considerava cada ODI isoladamente, e era difícil ver como elas eram consideradas e acompanhadas. Em consequência, as oportunidades de sinergias e uma abordagem mais holística da mudança foram perdidas. Observamos que o ímpeto para a mudança foi reduzido à medida que as pressões financeiras arrefeciam e uma troca de liderança era aguardada. Após dois anos, encontramos poucas evidências do valor tangível ou mensurável alcançado. Foi difícil avaliar os resultados, dada a forma como as iniciativas tinham sido planejadas e a falta de objetivos e metas claros.

2.7 Ao refletir sobre os resultados do programa, incentivamos a OPAS a adotar uma abordagem mais holística para as iniciativas de mudança e definir objetivos claros, com resultados mensuráveis. As ODIs que examinamos não tinham benefícios em termos de custo quantificados nem uma articulação da justificativa do investimento para aumentar a eficiência na Organização. O processo também carecia de coordenação geral para gerir o programa. Em nossa opinião, não havia recursos suficientes e devidamente qualificados dedicados para explorar por inteiro o potencial para aumentar a eficiência e a eficácia.

2.8 Entendemos que as ODIs estão sendo revistas pelo novo Diretor. Na época de nossa auditoria, não foi possível analisar as opções que estavam sendo consideradas. Ao levar o programa adiante, é importante que a administração considere as lições do programa existente. Planejamos examinar a abordagem da OPAS nessa área durante o último ano de nosso mandato.

Gestão eficaz de um programa de transformação

2.9 Com a mudança na alta direção, surgem oportunidades únicas para a nova administração rever os modelos operacionais atuais. Ao considerar mudanças, é importante observar o desenho organizacional global e a abordagem geral da prestação de serviços aos Estados Membros.

Modelo operacional alvo

2.10 A implementação de mudanças pode ser difícil de gerir, sobretudo em uma organização como a OPAS, que tem formas de trabalho bem estabelecidas e uma

cultura organizacional única. Portanto, é importante abordar as novas iniciativas como um programa de mudanças e destinar a elas recursos suficientes. Inevitavelmente, isso criará incertezas e, assim, é necessário assegurar uma comunicação clara, que, em nossa opinião, estará mais bem posicionada no contexto de um modelo operacional alvo definido claramente.

2.11 Um modelo operacional alvo articula como uma organização empregará seus recursos para atingir seus objetivos estratégicos. Esse modelo detalharia quem realizaria os diferentes trabalhos e em que local. Descreve todos os aspectos da organização, tanto no âmbito administrativo como na execução dos programas. A definição de um modelo operacional alvo pode ser uma maneira poderosa de moldar um plano de melhoria coerente e embasar as decisões gerenciais.

A OPAS deveria:

R6: Elaborar um modelo operacional alvo para articular a abordagem para a prestação de serviços com boa relação custo-benefício, com atenção para a eficiência das funções facilitadoras para respaldar a execução operacional.

Gestão do programa de mudanças

2.12 Com base em nossas observações sobre o processo das ODIs, consideramos importante que as iniciativas do novo Diretor sejam articuladas em um plano global e coordenadas e geridas de um ponto central dentro da estrutura do modelo operacional alvo. Isso deve ser sustentado por uma equipe claramente dotada das habilidades e experiência para a execução de um programa de gestão de mudanças; é necessário investir para assegurar benefícios e retornos no futuro. Cada projeto deve ter objetivos claros, adotar parâmetros para demonstrar os benefícios em termos de custo e ser sustentado por cronogramas de implementação realistas e recursos para sua execução. Essa abordagem de gestão de carteira dedicada reforçaria a prestação de contas e a garantia de que o Diretor pode obter com respeito à consecução dos benefícios. Convém contar com uma estrutura clara de prestação de contas, com um líder nomeado para executar o programa de mudanças global.

2.13 Além disso, deve haver um programa de revisões pós-implementação para extrair lições e acompanhar a efetivação dos benefícios. Para assegurar a devida prestação de contas dos investimentos feitos em programas de mudanças, devem ser elaborados relatórios claros e transparentes sobre as opções e os resultados para os Estados Membros.

A OPAS deveria:

R7: a) Estabelecer um plano de mudanças global de modo a reunir as diversas iniciativas e propostas e providenciar que os projetos de transformação sejam supervisionados e coordenados por uma única equipe de projeto para ajudar os centros de custos a obter os benefícios em termos de custo identificados e a gerir as mudanças; b) assegurar que recursos suficientes e devidamente qualificados sejam destinados aos projetos de mudança para que os benefícios

das mudanças possam ser totalmente explorados e c) informar o progresso e as opções de custo aos Estados Membros para dar total visibilidade aos benefícios em termos de custo.

Maximização das funções facilitadoras com boa relação custo-benefício

Serviços compartilhados

2.14 Observamos que a Secretaria contratou um ente externo para fazer um exame da abordagem dos serviços compartilhados. Esse exame dava seguimento ao seu trabalho de 2018 para aprofundar ainda mais as eficiências que a Secretaria poderia obter com o investimento no Sistema de Informação para a Gestão da OPAS (PMIS), ocasião em que se notou que os benefícios do PMIS não estavam sendo explorados totalmente. O exame de 2022 delineou os pequenos passos dados rumo ao compartilhamento dos serviços, que se apresentaram até o momento, a saber, a redução de alguns cargos individuais que ficaram vagos e a reatribuição de responsabilidades à representação no Brasil.

2.15 As constatações do relatório sobre os serviços compartilhados refletem muitas das observações que fizemos sobre a abordagem das ODIs: faltavam governança, objetivos e parâmetros claros para acompanhar a consecução dos benefícios. Os serviços compartilhados podem oferecer oportunidades importantes e significativas para a eficiência das operações da OPAS. Os consultores ofereceram um roteiro para a consecução total dos benefícios do investimento substancial no PMIS, para alcançar eficiências por meio do desenvolvimento de processos operacionais melhores e da adoção de serviços compartilhados mais eficientes, com funções transacionais executadas por meio de processos mais eficientes em locais onde o custo é menor. Embora a abordagem possa exigir um investimento de recursos, sentimos que é necessário avaliar e explorar as possíveis economias e benefícios.

2.16 Os resultados desse relatório não receberam a atenção nem a análise que esperávamos. Mais especificamente, notamos que, ao considerar a abordagem, a Secretaria não quantificou os benefícios que poderiam ser obtidos em termos de contenção de custos e melhoria na prestação de serviços.

2.17 O modelo oferecido no relatório proporcionaria uma oportunidade de mudança transformacional que poderia gerar uma redução significativa dos custos, permitindo que os recursos fossem empregados em operações na linha de frente. De forma mais ampla, a OMS e o sistema das Nações Unidas estão explorando os benefícios em termos de custo da terceirização ou da transferência de serviços transacionais para locais onde os custos são mais baixos. Entendemos que a OMS obteve uma economia considerável com seu centro de serviços compartilhados. Estamos cientes de que a OMS está implementando a mesma solução de recursos empresariais que a OPAS já usa. Juntamente com a consideração de soluções de serviços compartilhados, também poderiam ser obtidos benefícios significativos com um

alinhamento mais estreito para permitir a terceirização de serviços transacionais para a OMS no futuro.

A OPAS deveria:

R8: Preparar uma análise das opções identificadas na consultoria de serviços compartilhados e envolver os Estados Membros no resultado.

Gestão das propriedades

Bens imóveis da OPAS

2.18 A OPAS tem uma grande base de bens imobiliários, avaliada em US\$ 147 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, os terrenos e prédios tinham um valor contábil líquido de US\$ 137 milhões. Os ativos em construção foram mantidos a um custo de US\$ 8,3 milhões. Como acontece com todos os ativos, é importante que sejam usados da melhor maneira possível para que a Organização atinja seus objetivos. Para tanto, é essencial ter uma estratégia clara para o patrimônio, acordada com os Estados Membros, além de um plano operacional atualizado periodicamente para executá-la.

Planejamento estratégico dos bens imóveis

2.19 Em 2014, a OPAS fez uma avaliação das condições de todos os seus imóveis. Essa pesquisa abrangeu uma avaliação do risco de incêndios, uma análise ambiental inicial e uma inspeção detalhada dos principais componentes de todos os prédios de propriedade da OPAS para identificar sua vida útil remanescente prevista e as implicações de em termos de custo da manutenção e reforma necessárias nos 10 anos seguintes. Os resultados dessa análise foram apresentados ao Comitê Executivo em maio de 2015 (documento CE156/24, Rev.1). Naquele momento, a OPAS identificou que a criação de um plano abrangente de investimento de capital em toda a Organização era considerada uma boa prática. Nessa etapa, a OPAS apresentou os custos preliminares estimados dos reparos e reformas identificados por meio da avaliação das condições em 2014, bem como as opções existentes para abordar as necessidades identificadas. Foram apresentadas sete opções para consideração, desde uma reforma mínima das instalações da sede até a transferência completa da sede para novas instalações.

2.20 Observando os resultados da avaliação das condições, a OPAS não avaliou as necessidades de acomodação juntamente com essa avaliação. Toda estratégia de bens imóveis deve se basear na necessidade organizacional, o que é ainda mais importante devido aos eventos relacionados à pandemia, que acarretaram mudanças significativas nas práticas de trabalho da OPAS. Conforme informamos em 2018, a OPAS ainda não tem uma estratégia abrangente para suas necessidades imobiliárias. Faz-se necessária uma abordagem mais transparente e estratégica para o uso do valor significativo do patrimônio da OPAS.

2.21 Uma boa estratégia para esse patrimônio imobiliário deve ter objetivos claros e mensuráveis, alinhados com as necessidades organizacionais e com uma avaliação

dos benefícios em termos de custo da abordagem planejada. Isso deve passar por uma articulação do motivo pelo qual não se buscam outros modelos operacionais, como alugar em vez de ser proprietário quando os países anfitriões não oferecem espaço de escritório adequado, bem como a realização de capital com a venda de imóveis. Os pressupostos que sustentam essa estratégia devem ser revisados regularmente em paralelo ao ciclo de planejamento operacional. A estratégia também deve considerar a obrigação da OPAS como organismo internacional de demonstrar claramente como incorporará a sustentabilidade ambiental à tomada de decisões.

A OPAS deveria:

R9: Fazer uma avaliação completa das suas necessidades em termos de imóveis para executar seu mandato, a fim de embasar a formulação de uma estratégia imobiliária baseada nas necessidades organizacionais.

Planejamento operacional dos bens imóveis

2.22 Na falta de uma estratégia imobiliária geral, os resultados da avaliação anterior sobre as condições dos imóveis estão orientando os planos da OPAS para investir em seu patrimônio. Esse plano previa um perfil de gastos ao longo de um período de 10 anos, abrangendo todos os escritórios. Observamos que o investimento real tem diferido consideravelmente do previsto em 2014. Embora a necessidade de mudanças em relação ao plano original seja esperada, observamos que o plano geral não foi revisado nem reformulado de modo a refletir os gastos efetivos e a evolução das prioridades. O relatório atual sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital se concentra na execução no período.

2.23 Como o período do plano existente se encerra em 2023, é necessário criar um plano de investimento revisado, em conjunto com a estratégia geral. Esse plano de investimento deve ser atualizado a cada biênio, juntamente com o planejamento estratégico organizacional para identificar a necessidade de recursos. Atualizações regulares do plano e relatórios sobre seu progresso reforçariam a prestação de contas e a transparência sobre as decisões de investimento e facilitariam a medição de como as necessidades organizacionais estão sendo supridas. As necessidades de recursos devem ser levadas em conta no processo de planejamento e financiadas devidamente, por exemplo, com propostas aos Estados Membros de alteração do orçamento por programas ou de uma transferência de recursos internos, como as reservas acumuladas de apoio a programas. Um plano de capital operacional confiável precisa ser acompanhado pela alocação de recursos para sua execução. A falta de recursos alocados afetou a execução do plano atual.

Após formular uma estratégia para os bens imóveis, a OPAS deveria:

R10: Acordar um plano financeiro e de gestão claro e financiado para a manutenção e o desenvolvimento previstos de seu patrimônio imobiliário.

R11: Elaborar mecanismos de prestação de contas adequados para acompanhar a execução do plano, com revisões regulares para refletir as mudanças nos pressupostos e necessidades.

Atividade atual

2.24 Em 2022, a OPAS iniciou um projeto para abordar três componentes do prédio da sede que, conforme identificado inicialmente em 2014, necessitavam de melhorias:

- Reforma do sistema de ventilação de ar em todo o edifício para resolver as deficiências na qualidade do ar, aquecimento e resfriamento no 10º andar e nas instalações para conferências;
- Reforma do sistema elétrico obsoleto em todo o prédio;
- Reforma das salas de conferência do 2º e 10º andares, com a atualização de todos os sistemas audiovisuais.

2.25 Em 31 de dezembro de 2022, a OPAS tinha gastado US\$ 8,3 milhões e a construção estava em andamento no fim do ano. Outros US\$ 4,5 milhões tinham sido desembolsados até 31 de março de 2023. O orçamento projetado para essa fase das obras foi de US\$ 28,7 milhões, desagregados em US\$ 1,8 milhão para trabalhos envolvendo o projeto, US\$ 19,6 milhões para os custos de instalações e reformas e US\$ 7,3 milhões para equipamentos de TIC e audiovisual. Os gastos até o momento foram financiados pelo Fundo Mestre de Investimentos de Capital (do qual foram aprovados até US\$ 20,4 milhões do orçamento total) e o restante será financiado pelo Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas (US\$ 5,3 milhões) e pelo fundo do Encargo de Ocupação de Postos (US\$ 3 milhões). Para que a OPAS opere dentro dos limites orçamentários determinados pelo Diretor no nível dos resultados intermediários, a intenção é dividir os custos totais do projeto entre os resultados intermediários 27 e 28. A justificativa da OPAS para isso é que os sistemas audiovisuais beneficiarão as reuniões dos Órgãos Diretores, as comunicações e as iniciativas de capacitação. Acreditamos que seria mais transparente obter a aprovação específica dos Órgãos Diretores para uma despesa de capital tão grande.

2.26 Na atualização do cronograma de setembro de 2022, a conclusão das obras de construção estava prevista para o fim de março de 2023, com a instalação dos equipamentos audiovisuais previstas para ocorrer do fim de julho até setembro. Até 31 de março, tinha havido alguns atrasos e as obras não estavam concluídas. Na segunda fase do projeto, se prevê a substituição dos vidros externos, estimada em US\$ 21 milhões, e a reforma dos sistemas de aquecimento e ventilação do 3º ao 9º andar, a um custo estimado de US\$ 5 milhões. Embora os mecanismos de financiamento para as obras atuais já tenham sido acertados, ainda não foi proposta nenhuma fonte de financiamento para as obras adicionais.

2.27 Embora consigamos entender a necessidade de investir na manutenção do prédio da sede, a ausência de uma estratégia com objetivos claros dificulta a avaliação do custo-benefício dos investimentos. Convém à OPAS considerar meios de medir os benefícios decorrentes das decisões de investimento e como eles maximizarão o valor de seu patrimônio. Por exemplo, atualmente não existem parâmetros nem indicadores de desempenho sobre o uso dos prédios ou sobre a eficiência energética. Observamos que a Iniciativa de Desenvolvimento

Organizacional (ODI) 20, sobre a redução da necessidade de espaço físico, estava em suspenso.

2.28 Em 2019, informamos sobre as circunstâncias da aquisição do prédio situado no número 2121 da Virginia Avenue. Naquela ocasião, surgira uma oportunidade imprevista de adquirir o imóvel então alugado e destacamos a necessidade de que uma estratégia abrangente para os bens imobiliários fosse acordada com os Estados Membros. A recomendação não foi adotada pela Secretaria. Embora reconheçamos que haverá a oportunidade de fazer melhor uso do prédio caso ocorram outras obras de grande porte na sede, sua subutilização continua a ser considerável, com muito espaço sem ser usado atualmente para qualquer finalidade. Na última avaliação, o prédio situado no número 2121 da Virginia Avenue fora avaliado no mercado aberto em US\$ 56,0 milhões. A ODI 20 e qualquer estratégia futura para os bens imobiliários devem levar em conta a necessidade desse espaço considerável e como o valor desse ativo de capital poderia suprir melhor as necessidades da Organização.

2.29 Como observamos em 2019, a realização do valor do prédio do número 2121 da Virginia Avenue pode oferecer oportunidades para a OPAS empregar melhor seus recursos globais. Saudamos o fato de o novo Diretor ter encomendado uma avaliação para atualizar os levantamentos sobre as condições dos imóveis e avaliar vários cenários para usos alternativos ou para a alienação do imóvel. Entendemos que essa avaliação também considerará a utilização geral do espaço em Washington. Examinaremos os resultados dessa avaliação no próximo ano.

Gestão de recursos humanos

Antecedentes

2.30 Em 2019, informamos sobre a gestão de recursos humanos da OPAS e o progresso da Organização na implementação de sua Estratégia para Pessoas 2015-19. Naquela época, essa estratégia tinha sido concebida para “atrair, reter e motivar os melhores talentos...”. Desde então, a Estratégia para Pessoas evoluiu e se alinhou de modo a apoiar o Plano Estratégico 2020-2025 com foco na otimização, inovação e agilidade funcionais.

2.31 Conforme informamos no ano passado, estamos examinando substancialmente o progresso de nossas recomendações anteriores, considerando o desenvolvimento da nova Estratégia para Pessoas 2.0, aprovada em 2021. Essa estratégia visa a modernizar e agilizar as operações administrativas, formular políticas flexíveis de recursos humanos, promover a aprendizagem e criar um ambiente de trabalho inclusivo. Os objetivos da nova estratégia da OPAS são agilidade (“executamos”), otimização funcional (“atualizamos”) e inovação (“transformamos”), conforme descrito abaixo:

- **Agilidade:** eliminar as restrições e dotar os gestores e o pessoal para que assumam funções variáveis e tomem decisões informadas em nome da Organização. Criar uma força de trabalho adaptável com uma combinação de especialistas e generalistas dotados de pensamento crítico e da capacidade de

absorver novas informações, para que estejam aptos a responder a demandas e ambientes de trabalho em constante evolução.

- **Otimização funcional:** o compromisso de fortalecer as competências de acordo com as necessidades atuais e reduzir os custos sem comprometer a qualidade dos serviços prestados aos Estados Membros. Examinar os perfis e funções dos cargos e estabelecer expectativas claras das qualificações e comportamentos para atingir as metas organizacionais e permitir a progressão na carreira;
- **Inovação:** a capacidade de manter-se pertinente à medida que o mundo passa dos escritórios físicos para locais de trabalho cada vez mais virtuais, com maior dependência da inteligência artificial para executar tarefas tradicionalmente realizadas por humanos. Uma força de trabalho que adote novas tecnologias e assuma a responsabilidade pela renovação das qualificações para responder às necessidades em evolução dos Estados Membros de maneira oportuna e eficaz. A ampliação dos esforços para promover e recrutar candidatos diversos, incluindo jovens e novos talentos, para diversificar ainda mais seu conjunto de qualificações e reforçar sua capacidade de resposta.

2.32 Os recursos humanos são o bem mais importante da OPAS, e o desempenho da Organização é determinado, em grande medida, pelo modo como ela contrata, emprega e desenvolve seu pessoal. Desde o nosso relatório de 2019, tornou-se ainda mais importante que a organização seja mais ágil e que sua força de trabalho esteja alinhada com um ambiente em evolução que exige diferentes qualificações e técnicas de gestão. A pandemia mudou a forma como a OPAS opera e isso criou diferentes desafios e demandas para o Departamento de Gestão de Recursos Humanos (HRM). É necessário zelar para que as iniciativas prioritárias atuais permaneçam apropriadas nesse novo ambiente.

2.33 Nesse contexto, e com as inevitáveis mudanças decorrentes do enfoque de um novo Diretor, é importante que se reserve tempo suficiente para elaborar a próxima versão da Estratégia para Pessoas, para que ela se torne um facilitador para o sucesso na realização das mudanças. Trata-se de uma oportunidade importante para a OPAS desafiar seu modelo operacional existente, o que poderia ter consequências significativas para o planejamento da força de trabalho. A expectativa da OPAS é que a versão atual da Estratégia para Pessoas continue a servir à Organização até 2025, quando o novo Plano Estratégico for elaborado.

2.34 Desde 2019, percebemos algum progresso positivo, conforme descrito no anexo de recomendações, e aproveitamos a oportunidade para encerrar ou reorientar nossas observações relacionadas à gestão de recursos humanos. Nossas observações sobre o desenvolvimento de um “Modelo Operacional Alvo” para a OPAS significam que substituímos nossa recomendação sobre o planejamento da força de trabalho. A seguir, apresentamos em mais detalhes as outras áreas em que acreditamos serem necessárias outras ações.

Análise das lacunas de qualificações e competências

2.35 Houve melhorias na análise das competências gerenciais e uma análise de lacunas identificou, em um nível elevado, as principais qualificações gerenciais necessárias para executar com eficácia as operações atuais da Organização. A OPAS priorizou soluções de formação para dotar seu pessoal dos conjuntos de qualificações gerenciais genéricas. Contudo, vemos evidências limitadas de que o enfoque prevê ou identifica lacunas específicas em termos da competência necessária nos departamentos e centros de custos. A OPAS cita a falta de recursos como a principal restrição para lidar com a escassez de qualificações específicas. É importante articular um argumento claro para demonstrar o retorno que poderia ser obtido com um investimento adequado nessa área.

Fortalecimento da gestão do desempenho

2.36 Notamos melhorias na realização da avaliação obrigatória do desempenho do pessoal. Contudo, continuamos a observar que o sistema de gestão de desempenho não é sustentado por uma moderação objetiva de modo a assegurar uma avaliação uniforme por toda a Organização. Em nossa experiência, a classificação “excelente” seria concedida a um pequeno grupo de funcionários com desempenho excepcional. Em qualquer organização, haveria um pequeno grupo semelhante de funcionários que precisaria de mais desenvolvimento para atingir seu potencial.

2.37 Quando examinamos essa área anteriormente, constatamos que 45% do pessoal atingira a classificação mais alta (“excelente”), enquanto apenas 1% recebera uma classificação “abaixo da expectativa”. Em 2021, cerca de 58% dos funcionários receberam a classificação “excelente” e apenas dois funcionários ficaram “abaixo das expectativas”. Com uma proporção tão significativa de funcionários recebendo a classificação de desempenho mais alta, é difícil ver como isso permitiria à OPAS atingir o objetivo de atrair os mais talentosos e reter seus melhores funcionários.

A OPAS deveria:

R12: Estabelecer um perfil esperado de classificações de desempenho para cada categoria e elaborar e implementar processos de moderação para assegurar a coerência das classificações das avaliações em toda a Organização.

2.38 Convém à OPAS considerar se o atual sistema de gestão do desempenho está fornecendo os dados necessários para identificar as habilidades e necessidades de capacitação para alinhar o pessoal com as necessidades operacionais. A menos que a OPAS disponha desses dados e tenha confiança em sua integridade, será difícil avaliar até que ponto o investimento na provisão de capacitação está proporcionando benefícios reais à Organização. Atualmente, poucas evidências demonstram como o processo gera melhorias mensuráveis.

2.39 Continuamos a observar que os funcionários que não fazem parte do quadro efetivo da OPAS (cerca de 65% da força de trabalho) e desempenham funções muito semelhantes, quando não idênticas, às do pessoal efetivo não são avaliados no

mesmo nível. Acreditamos que essa é uma lacuna significativa e que se faz necessária uma avaliação mais sistemática para fornecer evidências objetivas de seu desempenho. A OPAS sustenta que não é apropriado avaliar quem não faz parte do quadro efetivo. Embora o uso do mesmo processo de avaliação aplicado aos funcionários efetivos possa não ser considerado apropriado, opinamos que é importante avaliar o desempenho de quem não pertence ao quadro efetivo e identificar as necessidades de desenvolvimento para que a OPAS opere com eficácia.

Pesquisas periódicas com o pessoal

2.40 Em nosso relatório anterior, destacamos a importância de a OPAS fazer pesquisas periódicas sobre o envolvimento do pessoal para permitir a identificação de problemas comuns, medir melhorias e acompanhar tendências ao longo do tempo. Em 2019, informamos sobre a primeira pesquisa de envolvimento do pessoal da OPAS, que apresentou pontuações abaixo da maioria das encontradas em outras organizações. A OPAS pediu a cada centro de custos que formulasse um plano de ação para tratar das preocupações levantadas. À época, 47% das entidades (27 de 57) tinham apresentado planos ao HRM.

2.41 Em 2022, a OPAS fez outra pesquisa sobre o envolvimento, e os resultados foram compartilhados com toda a Organização. Mais uma vez, solicitou-se a cada departamento que formulasse um plano de ação para levar adiante as questões emergentes. Em fevereiro de 2023, 41 de 59 planos tinham sido apresentados (69%). Entendemos que essa porcentagem aumentara ainda mais, para 90%, até 31 de março de 2023.

2.42 O aumento do envolvimento dos funcionários deve fornecer dados mais ricos para embasar a tomada de decisões, e sua frequência significará que a Direção pode monitorar melhor os impactos das futuras mudanças que estão sendo adotadas na OPAS. Comparamos as duas atividades e constatamos uma pequena melhoria na pontuação geral do envolvimento. Embora as pesquisas tenham usado a mesma metodologia para permitir a análise dos resultados ao longo do tempo, houve pouca evidência de que essas informações sobre tendências serviam de base para a estratégia institucional, o foco de HRM ou as atividades dos centros de custos. A experiência tem demonstrado que, se não é possível abordar as questões identificadas, os funcionários acabam por perder a confiança no processo e deixam de se envolver ativamente, o que reduz a participação. A OPAS deve monitorar de perto esse risco para salvaguardar seu compromisso com o pessoal.

Part Três

Recomendações de anos anteriores

3.1 Das 33 recomendações feitas com referência a 2021 e referentes a anos anteriores que permaneceram em andamento, a OPAS implementou, de forma integral ou parcial, 12 recomendações, e encerramos outras nove por elas terem sido substituídas (duas) ou porque a OPAS não pretende fazer mais nenhum trabalho a respeito delas (sete). Doze recomendações permanecem em aberto ou estão em andamento.

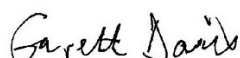
3.2 Apresentamos a seguir as oito recomendações que encerramos porque não consideramos que as medidas tomadas pela OPAS abordem o espírito da recomendação ou porque ela não tomará nenhuma outra medida.

Recomendação	Nossa opinião sobre as medidas da Direção
Considerar medidas de desempenho mais granulares em seus indicadores de resultados imediatos que forneçam indicadores mais mensuráveis ligados aos principais objetivos da organização e da estratégia para pessoas.	A resposta da OPAS não aborda nossa recomendação de estabelecer indicadores mensuráveis para o desempenho da gestão de recursos humanos.
Fazer um exame mais amplo do uso de contratos para funcionários "não efetivos" a fim de considerar a possibilidade de rever a relação custo-benefício do mecanismo de contratação e considerar mais cuidadosamente a necessidade de renovação dos contratos de consultoria, considerando o equilíbrio entre a necessidade operacional no longo prazo e as demandas no curto prazo.	Não foram feitas alterações substanciais no enfoque dos contratos de funcionários que não fazem parte do quadro efetivo.
Formular uma estratégia de redução de custos clara e com prazo definido que reflita mudanças nas formas de trabalho, uma mudança de cultura e o desenvolvimento e planejamento de pessoal. Deve considerar oportunidades para melhorar o uso de serviços compartilhados, aumentar o uso da terceirização e fazer outras mudanças nas modalidades tradicionais de execução.	Não existe um documento específico de estratégia de redução de custos com prazo determinado e não consideramos que a resposta atenda à recomendação.
Fazer melhor uso operacional dos sistemas de gestão de riscos existentes no nível dos centros de custo e continuar a promover o uso das ferramentas de registro de riscos e	Não consideramos que a gestão de riscos esteja incorporada no nível dos centros de custos. No relatório deste ano,

relatórios como insumo para a tomada de decisões e supervisão no âmbito local.	formulamos mais observações a esse respeito.
Considerar se o Regulamento Financeiro deve ser revisado de modo a limitar os compromissos e gastos com os programas de base e exigir um processo de aprovação específico para qualquer orçamento complementar quando for provável que o orçamento original aprovado seja excedido.	Acreditamos que esta recomendação não foi aceita pela Direção.
Elaborar conteúdo dentro do Plano Estratégico para melhor articular a contribuição específica e mensurável da Secretaria para o Plano Estratégico para as Américas como um todo, com vínculos mais bem desenvolvidos com as demais atividades significativas que não entram no programa básico.	Não acreditamos que a Direção tenha considerado a essência da recomendação e observamos que nenhuma outra medida será tomada.
Considerar os benefícios de direcionar a priorização de recursos para as áreas em que consegue demonstrar que gera maior impacto e eficácia, com base em um programa claro de avaliação independente e objetiva para demonstrar o maior retorno do investimento por parte dos Estados Membros na Secretaria.	Não acreditamos que a Direção tenha considerado a essência da recomendação e observamos que nenhuma outra medida será tomada.
Examinar o enfoque dado à gestão baseada em resultados e elaborar um conjunto equilibrado de indicadores que permitam à Secretaria demonstrar sua contribuição para os resultados esperados pelos Estados Membros para o nível de recursos determinado e fornecer dados para avaliar o desempenho da organização e dos centros de custo que possam ser agregados para proporcionar indicadores quantificáveis do desempenho da Secretaria.	Não acreditamos que a Direção tenha considerado a essência da recomendação e observamos que nenhuma outra medida será tomada. Destacamos a necessidade de uma medição mais eficaz do desempenho da Secretaria no relatório deste ano.

Agradecimentos

3.3 Gostaríamos de agradecer ao Diretor e à sua equipe a cooperação ao facilitar nosso trabalho de auditoria.



Gareth Davies

Controlador e Auditor Geral, Reino Unido – Auditor Externo

12 e maio de 2023

Apêndice 1 Recomendações de anos anteriores

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2018 Rec. 3	Analisar os gastos para avaliar até que ponto o custo total é recuperado em atividades financiadas com recursos voluntários e formular uma política de recuperação de custos equitativa, uniforme e transparente.	Devido a demandas e prioridades concorrentes, o PBE e o FRM contratarão especialistas externos para fazer o estudo em 2023. A data prevista pela OPAS para conclusão é 31 de dezembro de 2023.	Observamos que a OPAS decidiu adiar as medidas relacionadas a esta recomendação.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2018 Rec. 17	Instituir uma abordagem mais sistemática para a gestão de riscos em seus processos de aprovação e monitoramento de projetos, para que ela	No relatório de auditoria de 2021, parágrafo 1.41, os comentários relacionados à gestão de projetos não estão alinhados com o espírito da recomendação original (2018 R17). Parece que o NAO está estendendo o alcance da gestão de projetos propriamente dita, incluída a avaliação. Esforços contínuos têm sido envidados para fortalecer a integração da gestão de riscos na gestão de projetos da Organização que envolvam contribuições voluntárias (CV), com o intuito de apoiar um reforço da	Observamos que a OPAS ampliou seus processos de gestão de riscos de modo a abranger os contratos de contribuições voluntárias. Com base nisso, estamos encerrando a	Implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>se torne uma parte integrante da devida diligência dos projetos. A avaliação desses riscos deve ser escalável, de modo a refletir o tamanho e a abrangência de um projeto e tirar partido dos exemplos de boas práticas dentro da OPAS.</p>	<p>governança e da tomada de decisões. Um avanço crucial foi a automação e integração da ferramenta do processo de revisão das contribuições voluntárias com o Registro de Riscos Institucionais. Com ele, se tornou mais fácil para o ERP gerir a conformidade das entidades com a política sobre o processo de análise das contribuições voluntárias e contratos, bem como capturar diferentes aspectos da complexidade dos projetos no estágio de concepção que poderiam apresentar possíveis riscos para uma avaliação e uma mitigação mais profundas durante a implementação dos projetos. O fluxo de trabalho automatizado está em vigor há mais de um ano e meio, com capacitação contínua e suporte <i>ad hoc</i> prestados às entidades (regionais, sub-regionais e nacionais) pelo ERP e pelo AM/ERM para abordar conceitos de gestão de projetos e de riscos, bem como o uso contínuo das ferramentas. O ERP também faz o monitoramento institucional de projetos ativos de contribuições voluntárias para identificar projetos com possíveis desafios de implementação e discutir com as entidades executoras questões como gargalos de projetos, possíveis soluções e medidas para a mitigação de riscos. Os relatórios institucionais de monitoramento das contribuições voluntárias são compartilhados periodicamente com os auditores externos.</p> <p>Como existe um enfoque sistemático para a gestão de riscos em projetos de contribuições voluntárias, com base em políticas e usando ferramentas e metodologias automatizadas para assegurar a conformidade, a prestação de contas e a transparência nos processos institucionais, a OPAS considera esta recomendação implementada e nenhuma outra medida será tomada.</p>	<p>recomendação. Retomaremos a gestão dos riscos dos projetos em nosso último ano de mandato.</p>	
Relatório detalhado	Estabelecer um roteiro para a elaboração de relatórios de	O Oficial de Conformidade elaborará um roteiro plurianual para a apresentação de relatórios de conformidade, a ser revisto pelo Comitê Permanente de Gestão de Riscos Institucionais periodicamente, bem como	Tomamos nota da resposta da Direção a esta recomendação. Contudo,	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
de 2019 Rec. 7	conformidade priorizados e fornecer aos gerentes as ferramentas para monitorar os controles internos e os processos de negócio sob sua responsabilidade.	<p>um painel de controle do PMIS para que os gerentes dos centros de custos possam monitorar o cumprimento dos controles internos e processos de negócio.</p> <p>Atualização em março de 2021</p> <p>O Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade examinou o roteiro proposto pelo AM/ERM e o aceitou. O novo Oficial de Conformidade, assim que for contratado, implementará o roteiro.</p> <p>O processo de contratação está em andamento, e candidatos altamente qualificados foram pré-selecionados; assim, estamos confiantes de que identificaremos um candidato forte.</p> <p>Esta recomendação foi concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	a Direção está elaborando e implementando um enfoque revisado para a conformidade, que, segundo suas previsões, estará em operação no fim de 2023. Em consequência, a recomendação continua em andamento, pois nenhuma atividade de conformidade ocorreu em 2022.	
Relatório detalhado de 2019 Rec. 8	Formular uma estratégia para os gerentes de centros de custos e gerentes de orçamento monitorar a conformidade com os principais controles internos e processos de negócio e prestar contas a esse respeito à Direção, com o respaldo de um regime de	<p>A OPAS está passando por uma reavaliação da função de conformidade, no intuito de seguir as melhores práticas do setor para monitorar e informar a conformidade com os principais controles internos e processos operacionais. O gabinete da Diretora de Administração está trabalhando por meio do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade e de um grupo de discussão formado por gerentes de centros de custos para levar à frente esse processo de revisão e reestruturação.</p> <p>As sanções e outras medidas desencadeadas pela não conformidade são regidas pelas políticas e procedimentos da OPAS e pelas regras e regulamentos do pessoal, e a Organização conta com processos claros</p>	Tomamos nota da resposta da Direção a esta recomendação. Contudo, a Direção está elaborando e implementando um enfoque revisado para a conformidade, que, segundo suas previsões, estará em operação no fim de 2023. Em consequência, esta recomendação continua em andamento,	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	sanções ligado à conformidade para responsabilizar os gerentes.	<p>para investigar e tratar casos de descumprimento das regras e regulamentos.</p> <p>Um provedor externo foi contratado para desenvolver e integrar vários painéis ao PMIS usando as ferramentas Power BI. Um novo portal relacionado apenas à conformidade será criado no site do Escritório de Administração. O Oficial de Conformidade, uma vez integrado, cuidará da gestão dessas ferramentas de conformidade existentes e aprofundará ainda mais a função e a estratégia de conformidade.</p>	pois nenhuma atividade de conformidade ocorreu em 2022.	
Relatório detalhado de 2019 Rec. 9	Identificar oportunidades para realinhar ainda mais a força de trabalho como parte de mudanças nos processos de negócio e de um planejamento estratégico mais amplo.	<p>Implementamos as medidas identificadas: concluímos a análise das lacunas em matéria de qualificações e competências (consulte o PowerPoint apresentado ao Comitê de Supervisão das ODI's pelo HRM); fortalecemos o exercício bienal de planejamento de RH; desenvolvemos o painel de implementação do plano de RH para auxiliar no monitoramento e avaliação do desempenho (PMA).</p> <p>Os painéis são:</p> <p>1) Corporate Human Resources Dashboard [Painel de Recursos Humanos Institucional]</p> <p>PAHO HR Plan Implementation PMAs 22-23 [Painel de Monitoramento e Avaliação do Desempenho na Implementação do Plano de RH da OPAS 22-23]</p> <p>Essas recomendações foram incorporadas ao processo de planejamento operacional padrão da Organização. A Organização continuará a conduzir o processo de planejamento de RH e o painel de controle terá dados em tempo real atualizados automaticamente com a mudança de biênio.</p>	Não vimos uma articulação clara do enfoque da OPAS para o planejamento da força de trabalho. Notamos que a análise das competências e lacunas identificou, em um nível elevado, as principais competências gerenciais necessárias para executar com eficácia as operações da OPAS. A Organização também identificou soluções de formação para dotar seu pessoal dos conjuntos de qualificações gerenciais genéricas. Contudo, vemos evidências limitadas de que o enfoque prevê ou identifica lacunas	Substituída por nossa recomendação deste ano sobre o Modelo Operacional Alvo. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		Esta recomendação foi concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.	específicas em termos da competência necessária nos centros de custos da OPAS.	
Relatório detalhado de 2019 Rec. 10	Examinar as causas fundamentais dos prazos para contratações por meio da análise de dados do PMIS para embasar a prática de contratações no futuro.	<p>Concluída. Identificamos e analisamos três causas principais dos prazos para contratações e tratamos de cada uma delas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Situação financeira e moratória; 2) Confirmação tardia da disponibilidade de recursos; 3) A demora na revisão da lista de pré-selecionados pelo gerente que está contratando. <p>Novo módulo de contratação de trabalhadores contingentes implementado no primeiro trimestre de 2022. Plano para passar o sistema de contratação para cargos do quadro efetivo do sistema Stellis para o módulo de recrutamento do Workday em 2024, quando a OMS implementará o Workday HCM. A Organização está aproveitando todas as oportunidades para simplificar e agilizar o processo de contratação.</p> <p>Esta recomendação foi concluída e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção, que descreve as medidas a serem tomadas para melhorar os prazos de contratação. Será importante que a OPAS monitore a eficácia dessas medidas ao longo do tempo.	Implementada. Encerrada.
Relatório detalhado de 2019 Rec. 12	Ter a certeza de que está investindo no desenvolvimento de todos os recursos humanos em todas as modalidades de	<p>A OPAS identificou três pontos de ação: 1. A OPAS continua a promover o uso das plataformas de aprendizagem existentes;</p> <p>2. Análise das Lacunas de Qualificações e Competências para o Plano Estratégico 2020-2025 — concluída.</p>	A OPAS contratou consultores para ajudar a identificar a análise das qualificações e lacunas. A OPAS estabeleceu um enfoque claro para a	Implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>peçoal. Essa necessidade deve ser sustentada por uma “análise atualizada das qualificações necessárias” e por um fluxo de financiamento confiável, além de ser monitorada e analisada rotineiramente para avaliar a absorção e o impacto.</p>	<p>3. Medida 3: O HRM está em vias de estabelecer caminhos de aprendizagem para abordar as constatações e recomendações da Análise das Lacunas de Qualificações e Competências.</p> <p>4. O HRM lançou o primeiro caminho de aprendizagem em 26 de abril de 2022 usando a plataforma UNSCC (cópia anexa).</p> <p>Conforme aprovado pela Direção Executiva, a Organização continuará a usar a abordagem dos caminhos de aprendizagem para implementar o plano de aprendizagem institucional de forma bienal. Como resultado do trabalho realizado em torno desse tópico, o HRM incorporou as recomendações a seu plano de trabalho.</p> <p>Esta recomendação foi concluída e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	<p>capacitação com base em práticas da ONU, com um catálogo de opções.</p> <p>A eficácia disso depende do fato de o programa receber recursos suficientes e da avaliação sistemática da aprendizagem e de seu impacto sobre a consecução dos objetivos.</p>	
<p>Relatório detalhado de 2019 Rec. 14</p>	<p>Repetir regularmente as pesquisas de envolvimento do pessoal de modo a refletir elementos-chave de sua estratégia para as pessoas e proporcionar um foco para tratar de áreas de preocupação do pessoal.</p>	<p>A pesquisa foi concluída em junho de 2022 e os resultados foram compartilhados com o pessoal durante o diálogo com a Diretora em 19 de setembro de 2022. Os gerentes das entidades deveriam necessariamente formular e apresentar planos de ação até 30 de novembro de 2022.</p> <p>A Pesquisa do Envolvimento do Pessoal agora faz parte das funções institucionais da Organização. Os resultados da pesquisa já foram compartilhados com o Diretor eleito como parte dos documentos informativos que lhe estão sendo fornecidos. O progresso do plano de ação das entidades será informado durante os exercícios de monitoramento e avaliação do desempenho.</p>	<p>Em 2022, a Direção OPAS fez uma segunda pesquisa sobre o envolvimento, e os resultados foram compartilhados com toda a Organização. Cada departamento formulou um plano de ação para levar adiante as questões emergentes.</p> <p>No relatório deste ano, formulamos observações</p>	<p>Implementada. Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		Esta recomendação foi concluída e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.	mais substanciais a esse respeito.	
Relatório detalhado de 2019 Rec. 15	Fortalecer o regime geral de gestão do desempenho do pessoal de maneira a aumentar seu valor para empregados e gerentes, permitir uma diferenciação precisa e justa de desempenho e potencial, e ajudar a lidar com o desempenho insuficiente. A conclusão de um processo de avaliação deve ser obrigatória para os gerentes de linha, a conformidade deve ser monitorada e medidas devem ser tomadas conforme necessário.	<p>A OPAS identificou cinco possíveis medidas para fortalecer a gestão do desempenho:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Fazer um monitoramento e uma prestação de contas constantes aos gerentes de centros de custos e à Direção Executiva sobre a conformidade do pessoal com as avaliações do desempenho. 2) Distinguir entre os níveis de desempenho por meio da avaliação do cumprimento de objetivos, valores, competências básicas e de gestão para embasar os planos de aprendizagem e desenvolvimento do pessoal; 3) Avaliar a viabilidade de incorporar o “<i>feedback</i> a qualquer momento” ao processo de avaliação do desempenho; 4) Vincular o aumento do salário dentro do mesmo nível ao cumprimento do processo de avaliação do desempenho; 5) Promover a participação do pessoal de direção para fazer cumprir as avaliações de desempenho. <p>Medida 4: Não mais planejada. A OPAS decidiu que não dispõe dos recursos para fazer a revisão do processo operacional para vincular a conformidade com a avaliação do desempenho ao aumento do salário dentro do mesmo nível.</p> <p>Como parte das responsabilidades gerenciais, o painel a seguir foi projetado e está disponível no PMIS:</p>	Notamos melhorias na realização da avaliação obrigatória do desempenho do pessoal. Mais pode ser feito para permitir uma diferenciação precisa e justa do desempenho e do potencial. No relatório deste ano, formulamos observações mais substanciais a esse respeito.	Implementada parcialmente. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p><i>PAHO HRM People Strategy Cost Center Manager</i> [OPAS, HRM, Estratégia para Pessoas, Gerente de Centro de Custos] no qual os gerentes podem monitorar e tomar as medidas correspondentes, conforme necessário. O painel de controle abrange a situação da conformidade com a capacitação obrigatória, a composição da força de trabalho, o desempenho do pessoal, a projeção da aposentadoria e a gestão de contratos.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>		
Relatório detalhado de 2019 Rec. 17	Formular uma abordagem estruturada, simples e transparente para o planejamento sucessório em toda a organização, reconhecendo o perfil etário atual do pessoal profissional e as necessidades específicas da Organização. Isso é importante e pertinente para todas as diferentes modalidades de pessoal.	<p>Essas recomendações foram incorporadas ao processo de planejamento operacional padrão da Organização. A Organização tem um processo integrado de planejamento de RH que abrange o planejamento da sucessão. Cada gerente de centro de custos é obrigado a formular, a cada dois anos, um plano de trabalho bienal e um plano de RH correspondente. A implementação desses planos é monitorada como parte do processo estabelecido de monitoramento e avaliação do desempenho a cada seis meses.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção.</p> <p>Acreditamos que mais poderia ser feito para identificar os cargos mais cruciais em toda a Organização, a fim de assegurar que existam disposições adequadas para manter as qualificações e a continuidade do serviço.</p>	Implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2019 Rec. 18	Considerar medidas de desempenho mais granulares em seus indicadores de resultados imediatos que forneçam indicadores mais mensuráveis ligados aos principais objetivos da organização e da estratégia para pessoas.	<p>Medidas previstas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atualizar a Estratégia para Pessoas em consulta com o Comitê Consultivo para a Implementação da Estratégia para Pessoas (ACIPS, na sigla em inglês) estabelecido pela Diretora em 2019; 2) Elaborar um roteiro de implementação para o período 2021-2023; 3) Preparar um orçamento abrangente para a alocação de recursos para financiar as iniciativas do roteiro; 4) implementar uma pontuação para a prestação de contas dos gerentes no PMIS para medir o desempenho nos níveis gerencial e departamental. <p>Medidas 1, 2 e 3: A Estratégia para Pessoas 2.0 foi apresentada à Diretora em março de 2021 e já foi implementada.</p> <p>Medida 4: Recursos Humanos Institucionais. As informações apresentadas no painel dos Recursos Humanos Institucionais permitem que os gerentes de centros de custo tomem decisões informadas sobre a estrutura de pessoal e a conformidade de suas respectivas entidades.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção.</p> <p>Em nossa opinião, não abordam nossa recomendação de estabelecer indicadores mensuráveis para o desempenho da gestão de recursos humanos. Essa é uma questão mais ampla que identificamos em toda a Organização e à qual a alta direção precisa estar atenta.</p>	Não implementada. Encerrada.
Relatório detalhado de 2019 Rec. 21	Examinar a capacidade em termos de recursos e qualificações do HRM para usar plenamente o PMIS a fim de assegurar um maior foco na conformidade	<p>Um painel de controle institucional diretamente alinhado às pontuações da Estratégia para Pessoas foi desenvolvido e está disponível no PMIS.</p> <p>Todos os painéis de controle necessários foram desenvolvidos e estão disponíveis no PMIS. Portanto, esta recomendação foi concluída e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	<p>Tomamos nota da resposta da Direção e das medidas tomadas pelo HRM para desenvolver os painéis.</p> <p>No relatório deste ano, consideramos de forma</p>	Implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	da gestão on-line com as regras de RH e investigar um conjunto de relatórios que possam ser usados para responsabilizar os gerentes por suas atividades de RH. A análise de dados também deve ser usada para identificar as causas fundamentais da falta regular de conformidade a fim de informar a política e os controles.		mais geral a abordagem da OPAS para a conformidade.	
Relatório detalhado de 2019 Rec. 22	Fazer um exame mais amplo do uso de contratos para funcionários “não efetivos” a fim de considerar a possibilidade de rever a relação custo-benefício do mecanismo de contratação e considerar mais cuidadosamente a necessidade de	<p>Um grupo de trabalho foi convocado para examinar a Política de Consultores (maio a julho de 2022). O grupo de trabalho examinou a política e fez recomendações, com destaque para a necessidade de identificar mecanismos adicionais para a contratação de funcionários para apoio temporário à execução de funções operacionais. A política atual permanece em vigor até segunda ordem.</p> <p>O HRM continuará a identificar outras disposições para contratação temporária a fim de oferecer outras opções para complementar a composição do pessoal.</p> <p>Esta recomendação foi concluída e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção e de que não foram feitas alterações substanciais no enfoque dos contratos de funcionários que não fazem parte do quadro efetivo.	Não implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	renovação dos contratos de consultoria, considerando o equilíbrio entre a necessidade operacional no longo prazo e as demandas no curto prazo.			
Relatório detalhado de 2019 Rec. 23	Estabelecer mecanismos claros para monitorar e rever, de forma centralizada, o uso das disposições para contratação a fim de assegurar a conformidade dos centros de custos com novas políticas que surjam após a revisão pelo IES de abril de 2020. Convém incluir entre esses mecanismos a apresentação à Direção de relatórios mais frequentes sobre os principais parâmetros e	<p>O Módulo de Recrutamento do PMIS foi lançado com sucesso em 17 de janeiro de 2022 e está em operação. O HRM tem uma função de supervisão dentro do sistema para novos contratos e prorrogações.</p> <p>Todas as medidas necessárias foram tomadas e estão incorporadas às funções gerais de RH da Organização. Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção. Será importante que OPAS avalie os benefícios decorrentes do novo sistema e se ele abordou integralmente as questões anteriores relatadas pela auditoria interna.	Implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	os aspectos da conformidade.			
Relatório detalhado de 2020 Rec. 3	<p>Formular uma estratégia de redução de custos clara e com prazo definido que reflita mudanças nas formas de trabalho, uma mudança de cultura e o desenvolvimento e planejamento de pessoal. Deve considerar oportunidades para melhorar o uso de serviços compartilhados, aumentar o uso da terceirização e fazer outras mudanças nas modalidades tradicionais de execução.</p>	<p>A RSPA está empenhada em usar seus recursos com eficiência e eficácia. Embora não exista um documento específico de estratégia de redução de custos com prazo determinado, a eficiência e a eficácia são parte integrante do enfoque de gestão baseada em resultados da OPAS, que orienta os aspectos facilitadores e de cooperação técnica do trabalho da Organização. Assim, estratégias para a redução e contenção de custos estão incluídas em todos os processos e são revistas regularmente.</p> <p>O Orçamento por Programas 2022-23 aprovado incorporou uma série de eficiências em termos de gastos. A Organização está envolvida em uma avaliação completa das oportunidades para assegurar que a OPAS seja adequada ao seu propósito e esteja posicionada para maximizar seus limitados recursos em apoio aos Estados Membros, por meio do trabalho com as Iniciativas de Desenvolvimento Organizacional.</p> <p>Por exemplo, durante o biênio 2020-2021, a OPAS aproveitou as capacidades de seu Sistema de Informação para a Gestão (PMIS) e a tecnologia de nuvem do Microsoft Office 365 para implementar uma ampla gama de iniciativas de simplificação administrativa. Essas inovações reduziram consideravelmente o tempo de trabalho do pessoal administrativo necessário para executar tarefas administrativas de rotina que apoiam os controles internos e funções facilitadoras para a cooperação técnica.</p> <p>Entre outras, essas inovações abrangem:</p>	<p>No presente relatório, fizemos outros comentários sobre o enfoque da OPAS quanto às medidas de contenção de custos no contexto do programa de ODIs e destacamos a necessidade de um enfoque mais estratégico para o uso dos recursos.</p>	<p>Substituída por nossas recomendações atuais sobre a transformação. Encerrada.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>a) Eliminação de documentos em papel para transações internas por meio de assinatura eletrônica;</p> <p>b) Digitalização das comunicações internas através do SharePoint para eliminar a impressão e digitalização repetitiva de correspondência;</p> <p>c) Estabelecimento de uma estratégia <i>paperless</i> de gerenciamento e arquivamento de documentos, eliminando os custos associados à impressão, arquivamento e recuperação manual de documentos;</p> <p>d) Criação de um portal on-line para os Estados Membros e fornecedores de vacinas para agilizar as comunicações de rotina sobre a logística de distribuição de vacinas.</p> <p>e) O estabelecimento de uma estrutura de governança e de um roteiro para ampliar os serviços compartilhados de forma mensurada e metódica em toda a região será concluído neste biênio.</p> <p>Outros exemplos específicos de conquistas em termos de reduções de custos e/ou aumentos de eficiência no biênio 2020-21 são: a) automação do processo de verificação de ativos; b) automação da criação de faturas de fornecedores; c) autorização de faturas avulsas para compras inferiores a US\$ 5.000; d) eliminação de publicações físicas, exceto sob demanda, com a economia de US\$ 100.000; e) implementação em caráter experimental de um centro de serviços compartilhados para o processamento de transações financeiras selecionadas; f) automação da documentação relacionada ao emprego na modalidade self-service; g) criação de uma ferramenta de elaboração de relatórios de reuniões virtuais; h) redução de pessoal em tempo integral (redução de 10% do pessoal de Serviços Gerais na sede nos anos 2018-2020); i) ampliação do uso de consultores de curto prazo em vez de cargos em tempo integral</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>para reduzir os custos fixos relacionados aos recursos humanos e j) instalação de melhorias em termos de eficiência energética no prédio da sede que reduzam os gastos com serviços públicos. Outras estratégias visando à eficiência dos gastos em 2022-23 são a implementação de uma nova política de consultoria e software de recrutamento e discussões contínuas com a OMS para a aceitação do uso de um administrador terceirizado (TPA) para o processamento dos pedidos de reembolso de despesas do SHI para os membros da ALC.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>		
Relatório detalhado de 2020 Rec. 4	Consultar regularmente os Estados Membros sobre os riscos e benefícios de continuar a participar do Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da OMS, dado o controle limitado dos Estados Membros sobre esse importante passivo.	A OPAS está ativamente envolvida com o GOC e seus subcomitês para tratar de riscos, obrigações e benefícios do pessoal, e presta contas regularmente aos Estados Membros da OPAS por meio do Comitê de Auditoria, do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração (SPBA) e do Comitê Executivo da OPAS.	Em sua resposta, a OPAS não refletiu sobre os riscos e benefícios da participação contínua no Fundo do Seguro-saúde do Pessoal da OMS.	Não implementada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 5	Fazer melhor uso operacional dos sistemas de gestão de riscos existentes no nível dos centros de custo e continuar a	Esse processo já foi institucionalizado, incluindo o monitoramento regular do Registro de Riscos, a prestação de contas pela instituição por meio do monitoramento e avaliação do desempenho, e capacitação e lembretes no caso dos pontos focais de risco no nível dos centros de custos.	Tomamos nota da resposta da Direção e, no relatório deste ano, formulamos mais observações sobre como a gestão de riscos	Não implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	promover o uso das ferramentas de registro de riscos e relatórios como insumo para a tomada de decisões e supervisão no âmbito local.	Esta recomendação foi concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.	está incorporada no nível dos centros de custos. Notamos que a Direção não planeja tomar nenhuma outra medida a respeito desta recomendação.	
Relatório detalhado de 2020 Rec. 6	a) Considerar a inclusão de uma pontuação posterior à mitigação no registro de riscos para proporcionar maior visibilidade da eficácia das ações de mitigação e b) considerar o encaminhamento dos riscos residuais fora da tolerância aceita aos Estados Membros.	a) A seção de mitigação do registro de riscos foi reforçada. Para ajudar os usuários, desenvolvemos um menu de possíveis medidas de mitigação padronizadas, adicionamos um sistema de pontos com base na situação da mitigação, um menu para indicar o nível de encaminhamento/exame necessário e o funcionário responsável. Esses novos recursos foram anunciados em 7 de junho de 2022. Foram montados cursos específicos, e foram enviados lembretes para que se examinasse o registro de riscos e se verificassem as informações, com atenção especial para as medidas de mitigação. b) Existe um processo definido para, quando necessário, encaminhar aos Estados Membros riscos relacionados às contribuições voluntárias. Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.	Tomamos nota da resposta e, no relatório deste ano, formulamos mais observações sobre a mitigação. A resposta “b” apresentada não aborda a recomendação. Na seção 1, fizemos outras observações acerca da mitigação de riscos.	Implementada parcialmente. Encerrada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 7	Fazer uma avaliação abrangente e sistemática das lições extraídas da implementação de planos de preparação	Uma auditoria interna da continuidade das operações foi feita no segundo trimestre (relatório nº 04/22 do OIA). Implementaremos as recomendações do OIA nos próximos 12 meses. As recomendações 7 e 8 de 2020 serão abrangidas pela implementação das recomendações do relatório de auditoria do OIA.	Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	em resposta à pandemia para embasar a elaboração de procedimentos para a continuidade das operações.	Data de implementação: 30 de setembro de 2023	da auditoria do próximo ano.	
Relatório detalhado de 2020 Rec. 8	Esperamos que isso abranja uma clara incorporação das respostas do plano de continuidade dentro da avaliação dos riscos das representações locais e políticas claras, aplicadas a partir do nível central, em todas as operações da OPAS para exigir o trabalho em casa quando necessário; reunir dados críticos sobre postos-chave e assegurar que haja controle sobre o pessoal que esteja trabalhando em escritórios da OPAS durante períodos de crise.	Esta recomendação será abordada como parte da recomendação anterior.	Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte da auditoria do próximo ano.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2020 Rec. 12	Elaborar uma estrutura de desempenho abrangente que permita análise e relatoria mais sistemáticas do avanço em relação aos objetivos dos Fundos perante os Estados Membros e a Direção Executiva.	<p>Os Fundos Rotativos são mecanismos de cooperação técnica que apoiam programas prioritários em saúde nas Américas. Como tal, os relatórios de progresso são incorporados aos relatórios elaborados para os Órgãos Diretores acerca da imunização (por ex., níveis de cobertura de vacinação), controle do HIV, tuberculose e malária (por ex., níveis de cobertura no acesso a medicamentos) e outras doenças prioritárias, etc. Mais informações e atualizações são fornecidas aos Órgãos Diretores sobre a precisão das previsões da demanda nacional por vacinas, as condições dos mercados mundiais, dados sobre o uso e desempenho dos Fundos Rotativos e sobre o uso dos gastos de apoio a compras.</p> <p>Os KPIs estratégicos e operacionais para o Fundo Estratégico e para o Fundo Rotativo já estão disponíveis. Estamos aguardando que o Grupo de Sinergia e Integração (SIG) finalize o alinhamento dos KPIs.</p> <p>Data de implementação: 1º de dezembro de 2023</p>	Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte da auditoria do próximo ano.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 14	À luz da crescente complexidade dos modelos de precificação mundiais, analisar sua estratégia e políticas de precificação para os Fundos como um todo para melhor capacitar os Estados Membros a avaliar o poder de compra e a proposta de valor da OPAS.	<p>Observe que a OPAS não pode ter uma estratégia de preços como os fornecedores têm. Como um organismo mundial de saúde com capacidade de compra, a OPAS tem acesso aos mercados e a estratégias de compras para contrabalançar as estratégias de preços dos fornecedores. O acesso aos mercados e as estratégias de compras são esforços contínuos da OPAS e estão sendo implementados a cada ano com processos anuais de previsão e licitação.</p> <p>Em 2023, a OPAS tomou medidas organizacionais e estruturais importantes para ampliar as sinergias entre o Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas e o Fundo Estratégico para Provisões Essenciais de Saúde. A gestão conjunta desses dois mecanismos de compras possibilitará um enfoque coordenado sobre a formação do mercado e as estratégias de compras, o que, por sua vez, afetará os preços dos fornecedores. Esse</p>	Tomamos nota da resposta da OPAS. Faremos um acompanhamento de nossa auditoria anterior dos fundos de compras como parte de nossa auditoria final no próximo ano.	Implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>enfoque coordenado levará tempo para ser elaborado, dadas as diferentes estratégias de formação de mercado associadas aos diversos produtos.</p>		
<p>Relatório detalhado de 2020 Rec. 15</p>	<p>Analisar e avaliar as lições extraídas do uso dos Fundos durante a pandemia para: a) explorar o potencial de obter mais economia ou aprimorar a cadeia de suprimento por meio de uma cooperação mais ampla com parceiros e b) fundamentar discussões sobre como a OPAS pode responder a futuras emergências de saúde. Também deveria comunicar suas conclusões aos Estados Membros para fundamentar a tomada de decisões no futuro.</p>	<p>Nos últimos meses, a OPAS tem se envolvido ativamente com os governos dos países desenvolvidos na defesa e coordenação de doações para nossa Região, bem como no apoio à preparação dos países. Em reuniões ministeriais mensais de alto nível e durante as reuniões dos Órgãos Diretores, a OPAS tem apresentado atualizações sobre a situação da COVID-19 (incluindo informações atualizadas sobre a dinâmica dos mercados/da demanda) no que diz respeito ao acesso a vacinas, EPIs, diagnósticos e equipamentos médicos. Uma análise inicial das lições extraídas e do contexto regional está sendo apresentada aos Órgãos Diretores da OPAS no documento CD59/8 que embasará estratégias para os Fundos Rotativos, e orientações em matéria de políticas para os países a fim de aumentar a capacidade de fabricação. Além disso, uma análise dos avanços para o Fundo Estratégico foi apresentada ao 159º Comitê Executivo. À medida que a pandemia perder força, uma revisão mais ampla do desempenho será iniciada.</p> <p>Outubro de 2022</p> <p>Já foram apresentados relatórios sobre as diversas lições extraídas dos Fundos Rotativos.</p> <p>A avaliação externa da resposta da OPAS à COVID-19 está prevista para ser concluída até dezembro de 2022.</p> <p>Data de implementação: 1º de dezembro de 2023</p>	<p>Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte da auditoria do próximo ano.</p>	<p>Em andamento.</p>

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2020 Rec. 18	Assegurar que o modelo de recuperação de custos dos seus fundos seja revisto regularmente para que eles recuperem apenas os custos diretamente atribuíveis e que não se acumulem saldos de apoio a programas.	<p>A OPAS apresenta relatórios periódicos aos Estados Membros sobre os custos diretamente atribuíveis em resposta aos mandatos estabelecidos, comparando-os com a receita. Os relatórios são apresentados aos Órgãos Diretores para examinar o nível de gastos de apoio aos programas que garantirá a cobertura dos custos diretamente atribuíveis. Para melhorar esse processo de prestação de contas, o Grupo de Sinergia e Integração (SIG), presidido pelo Subdiretor, após deliberação, emitiu princípios orientadores sobre que custos de mão de obra e de material, atividades e/ou programas serão apoiados pelos Fundos no âmbito do Programa de Trabalho Bienal 2022-2023. A Direção determinou que uma rede de proteção do financiamento significativa se faz necessária para garantir a sustentabilidade das medidas tomadas em relação ao Fundo e para mitigar um cenário significativo e/ou o pior cenário possível em termos de envolvimento futuro dos Estados Membros com os Fundos Rotativos.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção.	Implementada. Encerrada.
Relatório detalhado de 2020 Rec. 19	Considerar como pode usar os sistemas existentes para melhorar as suas informações sobre o custo do uso de recursos de pessoal e entender melhor o custo total dos programas e processos.	<p>O PBE coordenará uma análise das informações de custo dos fundos rotativos, examinando o uso de recursos de pessoal e o custo total dos programas e processos.</p> <p>Data de implementação: 1º de dezembro de 2023</p>	Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte da auditoria do próximo ano.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
Relatório detalhado de 2020 Rec. 20	a) Assegurar que todas as futuras decisões de investimento em sistemas digitais sejam sustentadas por um <i>business case</i> sólido e documentado que exponha argumentos estratégicos, econômicos, financeiros, comerciais e gerenciais em favor da mudança; b) submeter todos esses <i>business cases</i> a um devido processo de exame e aprovação; c) implementar um plano abrangente de realização de benefícios para seu programa digital atual para os Fundos de Compras e d) obter <i>feedback</i> dos usuários sobre o valor de um portal do cliente por meio de uma análise após a implementação.	<p>As iniciativas atuais de transformação digital derivam principalmente do documento “<i>Future State Blueprint</i>” fornecido pela Ernst & Young em 2018. Todos os projetos pertinentes atuais e futuros são discutidos e aprovados conforme apropriado pelo SIG, pelo Comitê Consultivo do PMIS e pelo Conselho de Governança de TI da OPAS, que examinam as justificativas estratégicas, econômicas, financeiras, comerciais e gerenciais para mudanças. No ano passado, o roteiro passou por várias mudanças para responder às necessidades comerciais urgentes resultantes da pandemia de COVID-19, em especial para apoiar a função da OPAS no apoio ao mecanismo COVAX e na compra e distribuição de vacinas contra a COVID-19, EPIs, diagnósticos, dispositivos biomédicos e terapêuticas para os países membros.</p> <p>Em vista do volume dos investimentos necessários, diferentes estratégias de aprovação serão implementadas, mas a priorização dessas iniciativas será administrada pelo SIG.</p> <p>Serão feitos um exame e uma avaliação após a implementação de cada uma das grandes iniciativas a fim de assegurar que os objetivos e benefícios declarados no plano operacional sejam atingidos e as lições extraídas sejam aplicadas em iniciativas futuras.</p> <p>Os usuários finais serão envolvidos para validar as iniciativas e confirmar a adoção pelos usuários e obter seu feedback para medir o impacto e os benefícios do ponto de vista dos usuários.</p> <p>Reuniões regulares do Comitê Diretor do Portal dos Estados Membros, abrangendo os líderes do SF, RF, PRO, ITS e FRM, asseguram o alinhamento dos objetivos estratégicos, da governança e do progresso dos</p>	Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte da auditoria do próximo ano.	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>programas. Os exames pós-implementação serão incorporados progressivamente à medida que os programas sejam implantados.</p> <p>Data de implementação: 1º de dezembro de 2023</p>		
Relatório detalhado de 2020 Rec. 21	Assegurar que a implementação do portal esteja alinhada com objetivos estratégicos claros, entre eles, os delineados na estratégia de sistemas de informação da OPAS	<p>ITS propõe uma posição de Arquiteto Empresarial em seu plano de RH para o Biênio 2022-2023 a fim de assegurar que o Portal dos Estados Membros e outros projetos digitais dos Fundos de Compras da OPAS estejam alinhados com as capacidades operacionais, informações, produtos de TI e plataformas tecnológicas de toda a Organização. Além disso, a OPAS está buscando assessoria externa para validar o roteiro e a implementação das iniciativas dos Fundos de Compras, e para assegurar que busquemos uma carteira de tecnologias emergentes modernas que alavanque novas tecnologias inovadoras sempre que possível (por exemplo, inteligência artificial, big data, blockchain).</p> <p>A OPAS contratou consultores externos para ajudar a elaborar o roteiro digital para os fundos de compras.</p> <p>O cargo de arquiteto empresarial foi aprovado e o processo de contratação foi iniciado.</p> <p>Data de implementação: 1º de dezembro de 2023</p>	Tomamos nota da futura data de implementação. Retomaremos esta recomendação como parte da auditoria do próximo ano.	Em andamento.
Relatório detalhado de 2021 Rec. 1	Considerar se o Regulamento Financeiro deve ser revisado de modo a limitar os compromissos e gastos com os programas de base e exigir um	A Organização considera que o Regulamento Financeiro não deve ser revisado de modo a limitar os compromissos e gastos com os programas de base e exigir um processo de aprovação específico para qualquer orçamento complementar quando for provável que o orçamento original aprovado seja excedido.	Tomamos nota da resposta e acreditamos que esta recomendação não foi aceita pela Direção.	Não implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>processo de aprovação específico para qualquer orçamento complementar quando for provável que o orçamento original aprovado seja excedido.</p>	<p>De fato, na seção III do Regulamento Financeiro, O Programa e Orçamento, o parágrafo 3.6 estipula que “propostas complementares podem ser apresentadas pelo Diretor quando consideradas necessárias” e, na Seção IV do Regulamento Financeiro, o parágrafo 4.1 estabelece que “o Programa e Orçamento aprovado pela Conferência ou pelo Conselho Diretor constituirá uma autorização para que o Diretor assuma compromissos e faça pagamentos para os propósitos para os quais o Programa e Orçamento foi aprovado, observada a disponibilidade de recursos”.</p> <p>Em vista da natureza emergencial dos recursos recebidos no biênio 2020-2021 e no biênio atual (2022-2023) para os programas especiais, sobretudo para a resposta a surtos e crises, e da discussão contínua com os Estados Membros sobre a resposta à pandemia de COVID-19 e seu financiamento ao longo de todo o biênio (conforme atestado nos documentos oficiais indicados no parágrafo a seguir), não foi considerado necessário apresentar uma proposta de orçamento suplementar para o biênio 2020-2021. Cumpre notar que a OPAS recebeu e executou mais recursos do que o esperado nos programas especiais, mas não nos programas de base. O relatório de fim do biênio 2020-21 continha explicações detalhadas dos recursos recebidos e usados para responder à pandemia.</p> <p>No caso do biênio 2022-23, dada a situação singular e sem precedentes resultante da COVID-19, a Conferência Sanitária Pan-Americana aprovou o documento CSP30/6 para alterar o Orçamento por Programas da OPAS. O Orçamento por Programas da OPAS 22-23 foi alterado de modo a refletir o aumento da alocação orçamentária da AMRO para os programas de base, resultando em um aumento geral do orçamento da OPAS para esses programas de US\$ 640 milhões para US\$ 679,5 milhões. A bem da</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		<p>transparência e da prestação de contas perante os Estados Membros, a OPAS aproveitou a oportunidade para apresentar aos Órgãos Diretores informações atualizadas sobre o espaço reservado para o segmento de programas especiais, dado o fluxo de entrada de recursos já recebidos para a resposta a surtos e crises e para a iniciativa Hospitais Inteligentes.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>		
Relatório detalhado de 2021 Rec. 2	a) Aprofundar o enfoque de gestão de riscos com mais atenção à qualidade e granularidade das medidas de mitigação de risco e b) considerando nossas observações e as mudanças propostas para a função de conformidade, rever os termos de referência do Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade.	<p>a) A seção de mitigação do registro de riscos foi reestruturada. Para ajudar os usuários, desenvolvemos um menu de medidas de mitigação padronizadas e adicionamos um sistema de pontos referente à situação da mitigação e um menu para indicar o nível de encaminhamento/exame necessário. Um curso para os pontos focais sobre o uso do registro de riscos e medidas de mitigação foi organizado em 15 de junho de 2022. Até o fim do ano, o ERM terá informações mais detalhadas sobre a mitigação de riscos.</p> <p>b) A versão preliminar dos termos de referência está programada para ser revista pelo Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade na sessão de outubro.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção. Conforme relatamos neste ano, recomendamos que a OPAS avalie seu enfoque da gestão de riscos.	Implementada. Encerrada.
Relatório detalhado	a) Rever seu enfoque para a Declaração sobre Controle Interno	a) Um mapeamento do controle interno atualizado usando os componentes do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO) foi elaborado com o objetivo de verificar as mudanças no ambiente	Com referência a (a), o teor da resposta não aborda a recomendação e a base da	Em andamento.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
de 2021 Rec. 3	focalizando as fontes de garantias e b) considerar a adoção de uma estrutura geral de prestação de contas para reunir os diversos elementos de prestação de contas e fontes de garantia da organização.	<p>de controle interno. Podemos comparar as informações fornecidas em 2019 com as de agosto de 2022. Além disso, o Escritório do Assessor Jurídico e o programa ERM fizeram um mapeamento completo do manual eletrônico no nível das políticas para detectar políticas que estão obsoletas, se sobrepõem a outras políticas ou exigem alinhamento com os procedimentos atuais. Essas informações serão apresentadas ao Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade para embasar a elaboração de uma declaração sobre controle interno. A previsão é que o mapa de garantia total esteja atualizado até o fim deste ano.</p> <p>b) A estrutura de prestação de contas será abordada no próximo ano, sob o comando do novo Diretor da OPAS.</p>	<p>declaração sobre controle interno não foi alterada.</p> <p>Já com referência a (b), a recomendação tem uma data de implementação futura.</p>	
Relatório detalhado de 2021 Rec. 4	Elaborar conteúdo dentro do Plano Estratégico para melhor articular a contribuição específica e mensurável da Secretaria para o Plano Estratégico para as Américas como um todo, com vínculos mais bem desenvolvidos com as demais atividades significativas que não entram no programa básico.	Resposta: (4a) O Plano Estratégico (PE) “define a direção estratégica da Organização com base nas prioridades coletivas dos seus Estados Membros (...) e estabelece o compromisso conjunto dos Estados Membros da OPAS e da Repartição Sanitária Pan-Americana...” (PE 2020-2025, parágrafo 1), incluindo uma cadeia de resultados definida em conjunto com os Estados Membros. A resolução CD57.R2, Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025 estipula que toda modificação do Plano Estratégico 2020-2025 precisaria ser considerada pelo Conselho Diretor. Além disso, é importante esclarecer que, como o PE se concentra na direção estratégica de alto nível e que, como parte da cooperação técnica da OPAS, os resultados são alcançados em conjunto pelos Estados Membros, RSPA e parceiros. Nesse sentido, as contribuições específicas e mensuráveis da Repartição são capturadas em um nível mais operacional nos Orçamentos por Programas e planos operacionais. Dessa forma, solicitamos que a recomendação 4a, relacionada às mudanças no PE, seja encerrada e adiada para um	Tomamos nota da resposta da Direção. Não acreditamos que a Direção tenha considerado a essência da recomendação e observamos que nenhuma outra medida será tomada.	Não implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>Reiteramos ainda as recomendações anteriores para formular medidas e estratégias mais definidas para os fundos de compras, os fundos especiais e o Fundo Mestre de Investimentos de Capital.</p>	<p>momento futuro para coincidir com a elaboração do PE 2026-2031 (a ser proposto em 2025).</p> <p>Nesse ínterim, a RSPA continuará a reforçar os mecanismos existentes para refletir e informar sobre a contribuição da Secretaria. Isso abrange o Orçamento por Programas, que descreve explicitamente, para todos os resultados intermediários, as principais intervenções de cooperação técnica que a RSPA levará a cabo no biênio. Observou-se também que a Secretaria envidou mais esforços para documentar suas contribuições para a obtenção de resultados no Relatório da Avaliação de Fim do Biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021, apresentado à 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana (documento CSP30/7 e CSP30/7 Add. I). Os Estados Membros elogiaram a Secretaria pela continuidade da prestação de contas e transparência na forma da avaliação de fim do biênio. No entanto, a RSPA continuará a explorar como refletir melhor essa contribuição para os dois anos restantes do PE 2020-2025 no Orçamento por Programas 2024-2025, a ser proposto em 2023, e nos planos de trabalho bienais para todas as entidades da RSPA, de responsabilidade exclusiva da Secretaria e monitorados a cada seis meses ao longo de cada biênio.</p> <p>(4b) Os Fundos Especiais e de Compras e o Fundo Mestre de Investimentos de Capital estabeleceram mecanismos de governança que não fazem parte do Plano Estratégico nem do Orçamento por Programas. Conforme necessário, esses fundos são considerados como temas independentes nas agendas dos Órgãos Diretores, de acordo com seus mecanismos de governança e procedimentos operacionais padrão. Portanto, estratégias e medidas atualizadas são formuladas fora do âmbito do plano estratégico.</p>		

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
		Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.		
Relatório detalhado de 2021 Rec. 5	Considerar os benefícios de direcionar a priorização de recursos para as áreas em que consegue demonstrar que gera maior impacto e eficácia, com base num programa claro de avaliação independente e objetiva para demonstrar o maior retorno do investimento por parte dos Estados Membros na Secretaria.	<p>A Organização já tem uma metodologia de priorização (documento CD55/7), usada para identificar as prioridades programáticas em conjunto com os Estados Membros, à luz da situação de saúde, da eficácia e do valor agregado da cooperação técnica da OPAS. Essa metodologia é aplicada para preparar o Orçamento por Programas (OP) e para orientar a alocação de recursos e o monitoramento e avaliação da execução do OP.</p> <p>Os resultados da priorização programática também são usados para o planejamento nas representações (ver os parágrafos 37 e 70-73 do Orçamento por Programas 2022-2023). No relatório de fim do biênio 2020-2021, as figuras 6, 7 e 8 e os parágrafos 207 e 208 ilustram como a Repartição leva em conta a implementação dos resultados intermediários por prioridade. A RSPA tem feito melhorias constantes no alinhamento dos resultados da priorização com os recursos alocados aos resultados, refletindo os constantes esforços da Repartição nessa área. A Repartição continuará a monitorar essas informações por meio de seus processos internos de monitoramento e avaliação para assegurar um alinhamento melhor no biênio 2024-2025.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	Tomamos nota da resposta da Direção. Em nosso relatório do ano passado, reconhecemos os processos de priorização existentes, que não consideravam onde a própria Secretaria poderia agregar mais valor. Não acreditamos que a Direção tenha considerado a essência da recomendação e observamos que nenhuma outra medida será tomada.	Não implementada. Encerrada.
Relatório detalhado de 2021 Rec. 6	Examinar o enfoque dado à gestão baseada em resultados e elaborar um conjunto equilibrado de indicadores que	Como a resolução CD57.R2 estabelece que toda modificação do Plano Estratégico 2020-2025 precisaria ser considerada pelo Conselho Diretor, solicitamos que esta recomendação seja encerrada e adiada para um momento futuro para coincidir com a elaboração do Plano Estratégico 2026-2031 (a ser proposto em 2025).	Tomamos nota da resposta da Direção. Não acreditamos que a Direção tenha considerado a essência da recomendação e observamos que	Não implementada. Encerrada.

Referência anterior	Resumo da recomendação	Comentários da Direção sobre a situação: março de 2023	Opinião do Auditor Externo	Situação
	<p>permitam à Secretaria demonstrar sua contribuição para os resultados esperados pelos Estados Membros para o nível de recursos determinado e fornecer dados para avaliar o desempenho da organização e dos centros de custo que possam ser agregados para proporcionar indicadores quantificáveis do desempenho da Secretaria.</p>	<p>Nesse íterim, a Repartição propõe usar os mecanismos existentes (descritos acima) para refletir e informar sobre sua contribuição de cooperação técnica para o Plano Estratégico atual. Isso inclui a avaliação conjunta pela RSPA e Estados Membros dos indicadores dos resultados imediatos e intermediários, um mecanismo acordado pelos Estados Membros desde o biênio 2014-2015. O relatório de fim do biênio 2020-2021, apresentado recentemente à 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, contendo os resultados da avaliação conjunta, foi bem recebido pelos Estados Membros.</p> <p>Consideramos esta recomendação concluída, e a OPAS não tomará nenhuma outra medida.</p>	<p>nenhuma outra medida será tomada. No relatório deste ano, destacamos a necessidade de uma medição mais eficaz do desempenho da Secretaria.</p>	

